

GÊNEROS E SEXUALIDADES: A VIOLÊNCIA DE CADA DIA



Andréa Cristina Martelli
Kaoana Sopelsa
(Organizadoras)

GÊNEROS E SEXUALIDADES: A VIOLÊNCIA DE CADA DIA



Pedro & João
editores

Andréa Cristina Martelli
Kaoana Sopelsa
(Organizadoras)

**GÊNEROS E SEXUALIDADES:
A VIOLÊNCIA DE CADA DIA**



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e Autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Andréa Cristina Martelli; Kaoana Sopelsa (Organizadoras)

Gêneros e sexualidades: a violência de cada dia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 207p.

ISBN 978-85-7993-827-6

1. Gêneros e sexualidades. 2. Discurso do ódio. 3. Violência contra mulheres e contra a população LGBT. 4. Autores. I. Título.

CDD – 370

Capa: Andersen Bianchi com trabalho de Ingrid Gili Martins

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
GÊNEROS E SEXUALIDADES: AS VIOLÊNCIAS DE CADA DIA	11
O DISCURSO DE ÓDIO E SEU REFLEXO NA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MINORIAS	19
A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO FAMILIAR: UM DESCOMPASSO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	37
O IMPACTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT NA SUA CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE	55
DEVE OU NÃO A MULHER TRABALHAR? CLARICE LISPECTOR EM ENTREVISTA PARA A REVISTA A ÉPOCA (1941)	69
A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NAS CANÇÕES POPULARES MAIS TOCADAS NO BRASIL DE 2013 A 2018	89
<i>CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM: A CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS</i>	111
PAPÉIS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	139

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO NA PRISÃO	151
BEIJO FATAL: ANÁLISE DO DISCURSO, HISTÓRIA DA IMPRENSA E DAS MULHERES E REPRESENTAÇÃO NA ESCRITA DO TEXTO DE CLARICE LISPECTOR (1960)	171
AS NARRATIVAS FILMICAS, FORMAÇÃO CONTINUADA E O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL	185
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	203

PREFÁCIO

Ao ser convidada para escrever o Prefácio desse livro, me senti muito feliz, primeiro pelas organizadoras do livro: MULHERES de luta, de raça, de briga, empoderadas e que continuam acreditando e construindo um mundo melhor. Segundo pelas temáticas explanadas nessa coletânea, que conforme as organizadoras tratam de “conceitos analíticos de violência, gênero e educação, perpassando, portanto, formas de violência, pautadas em crenças e discursos heteronormativos e heterocompulsórios, em ações contra as mulheres, a comunidade LGBTQI+, as identidades de gêneros e orientações sexuais, assim como a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes”.

Ao participarem como coordenadoras de um Grupo de Trabalho (GT) intitulado “Gêneros e sexualidades: as violências de cada dia” no VI Simpósio Internacional de Educação Sexual, Gênero, Sexualidades e diferenças: categorias de análise, (des)territórios de disputa (organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá), durante os dias 24 a 26 de Abril de 2019, na cidade de Maringá-PR, convidaram as pessoas que apresentaram seus trabalhos nesse GT, bem como outras envolvidas em estudos da temática de violência, gênero e sexualidades.

Estudar essas temáticas, em tempos tão difíceis, em um país em que está sendo regido pelo conservadorismo sobre as pautas de gênero e sexualidade, principalmente nos espaços escolares, e em que poucas profissionais de educação estudam sobre esses temas e os reproduzem em sala de aula, visando a (re)produzir uma proposta educacional pautada em respeito, discernimentos e igualdade de gênero.

Esses capítulos, pautados em diversos temas, tais como: discurso de ódio, discriminação por orientação sexual no âmbito familiar, impacto da violência contra a população de lésbicas, gays,

bissexuais e travestis (LGBT) na sua condição de vulnerabilidade, sobre trabalho e mulher, papéis de gênero e violência doméstica, abuso sexual, gênero e prisões, mulheres nas letras de músicas, englobando discussões sobre violências que ainda nós, mulheres, vivemos cotidianamente, com as inter-relações entre raça, etnia, classe social, mobilidade social, entre outros aspectos, ainda discriminatórios, preconceituosos e violentos, em todos os sentidos.

Como psicóloga de formação e professora de ensino superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, lato sensu e stricto sensu, há mais de trinta anos, tenho escutado histórias de muitas mulheres sobre violência doméstica, sobre trabalhos domésticos excessivos, cuidados com filhos/as, estudo conciliado com trabalho não bem remunerado, falta de apoio familiar etc. São tantas histórias de humilhações, descrenças, desgastes físicos e emocionais que, com certeza, dariam muitos capítulos de livros.

Assim que escuto essas histórias, procuro redimensioná-las, revertê-las, colaborar na medida em que sinto que essas mulheres estão em situação de vulnerabilidade, em que suas histórias de vida, as amarras do patriarcado, que visam à continuidade da liderança política, da autoridade moral, do privilégio social e do controle das propriedades.

Em nossos estudos, sobre Feminismos, destacamos que o patriarcado é baseado em um sistema de hierarquia baseado nas questões de gênero, que atribui, quase desde o útero, mais valor e supremacia aos homens. As amarras são tão fortes e tão aprisionantes que fazem que tanto homens quanto muitas mulheres, acabem reforçando essas cenas, educando as crianças com as marcas indelévels de gênero, que separam características ditas para “meninos” e outras para “meninas”, reforçadas pelas roupas, cores, brinquedos, atitudes, ações diferenciadas, destacando mais os homens do que as mulheres, num mundo que se quer heterossexista, como forma de se gostar de alguém.

Sair e romper essas amarras não são muito fáceis, ainda mais em um país que ainda somos controladas, governadas, regidas por

homens, geralmente brancos, heterossexuais, que se dizem cristãos e de classe média. São eles que ocupam cargos políticos, dos meios de comunicação, de empresários e, assim, detentores do poder econômico. Enquanto nós, mulheres e pessoas LGBT, priorizando-se pessoas negras, que são mais invisibilizadas ainda, não ocuparmos estes cargos, visando à igualdade de direitos, continuaremos colaborando com atitudes machistas, misóginas, violentas que nos calam, nos machucam e nos aprisionam.

Esse livro, recheado de capítulos científicos e por que não, empoderados, visam a aproximar discussões sobre igualdade de direitos, problematizações sobre violências, como também destaque sobre caminhos possíveis para a modificação desse status quo de opressão da mulher, das pessoas LGBT e do patriarcado.

Estudemos muito, lutemos e assim sairemos por aí soltando a nossa voz, e com alguns excertos do poema de Cora Coralina, intitulado Mulher da Vida, feito em 1975, para o Ano Internacional da Mulher, referindo-se às prostitutas e ao invés de lançar sobre essas pessoas um olhar contaminado de preconceito e distanciamento, destaca empatia, acolhimento e união. Que assim sejamos, contra quaisquer formas de violência, preconceitos e abusos: unidas e IRMÃS!

Mulher da Vida,
Minha irmã.
De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada
dos mais torpes sinônimos,
apelidos e ápodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à toa.

Mulher da vida,
Minha irmã.
[...] Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.
Desprotegidas e exploradas.
Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.
Necessárias fisiologicamente.
Indestrutíveis.
Sobreviventes.
Possuídas e infamadas sempre por
aqueles que um dia as lançaram na vida.
Marcadas. Contaminadas,
Escorchadas. Discriminadas.
Minha irmã.

Dra. Eliane Rose Maio

Professora do Programa de
Pós-graduação em Educação (UEM)

GÊNEROS E SEXUALIDADES: AS VIOLÊNCIAS DE CADA DIA

Essa coletânea, proposta e organizada pelas coordenadoras Andréa Cristina Martelli (UNIOESTE) e Kaoana Sopelsa (UFGD) do Grupo de Trabalho que nomeia o livro, as(aos) pesquisadoras(es) cujos resumos foram apresentados no VI Simpósio Internacional de Educação Sexual, Gênero, Sexualidades e diferenças: categorias de análise, (des)territórios de disputa (organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá), durante os dias 24 a 26 de Abril de 2019, na cidade de Maringá-PR, acrescidos convites a demais participantes que integram o grupo de pesquisa e de extensão Grupo de estudos sobre educação e sexualidade – GEPEX (Unioeste) ou o Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade – LEGHI/Cátedra UNESCO (UFGD).

Ao manter o objetivo inicial do Grupo Temático, reunimos pesquisas que operam com conceitos analíticos de violência, gênero e educação, perpassando, portanto, formas de violência, pautadas em crenças e discursos heteronormativos e heterocompulsórios, em ações contra as mulheres, a comunidade LGBTQI+, as identidades de gêneros e orientações sexuais, assim como a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A presença do diálogo entre diferentes campos teóricos dos estudos de gêneros, mulheres e violências, numa perspectiva intercultural, multi e interdisciplinar que enriquece tanto a visibilidade do cotidiano e da luta pela sobrevivência e por representatividade desses atores sociais, quanto as problemáticas socioculturais, políticas e econômicas que resultam em desigualdades, discriminação, alienação e violência. Desta forma, reflexões tangenciadas pela erradicação dessas condições inconstitucionais, em prol da equidade, da garantia e manutenção

dos direitos já conquistados, ou mesmo daqueles a conquistar são feitas, considerando o contexto em que se apresentam.

O texto, “O discurso de ódio e seu reflexo na representatividade política das minorias” de Valéria Silva Galdino Cardin e Ingrid Gili Martins apresenta reflexões do discurso de ódio enquanto ferramenta de poder que legitima a exclusão e a opressão das minorias no espaço político, bem como das consequências simultâneas sofridas por indivíduos de grupos minoritários, que têm seus direitos fundamentais lesados. Como casos práticos das consequências do discurso de ódio, analisar-se-á, assim, o afastamento de representantes da diversidade no espaço político, os quais possuem defesas parlamentares dos direitos do movimento LGBTQ+, do movimento negro, e também possuem pautas de combate ao feminicídio e assédio sexual, como também, explanar-se-á, casos emblemáticos de homicídios que demonstram a materialidade do discurso.

Julia Polato e Tatiana Richetti em “A discriminação por orientação sexual no âmbito familiar: um descompasso com os princípios constitucionais”, abordam a discriminação pela orientação sexual, calcado nos princípios aplicáveis às relações familiares conforme esculpido na Carta Magna. Busca-se demonstrar que a orientação sexual se encontra dentro dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, em especial o direito a livre orientação sexual. Por meio dos princípios, a Lei Maior garante a proteção à família, reconhecendo como instituto a ser protegido, estabelecendo os deveres da família, elencado, em seu rol, colocá-los a salvo de toda forma de discriminação. Através das incumbências da família, somado aos princípios constitucionais aplicáveis, tenciona-se abordar o preconceito ao homossexual no âmbito familiar, demonstrando que a discriminação no seio familiar vai contra todos os objetivos e premissas legais aplicáveis no âmbito familiar.

Em “O impacto da violência contra a população LGBT na sua condição de vulnerabilidade” Dilermando Aparecido Borges Martins e Lislei Teresinha Preuss relacionam os conceitos de

vulnerabilidade e violência contra a população LGBT, a fim de compreender de que modo este fator contribui para que o referido grupo seja considerado vulnerável. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e revisão de literatura de caráter histórico e crítico para responder ao objetivo. São variados os conceitos de vulnerabilidade, especialmente ao se a considerar sob o aspecto da saúde, que é decorrente de fatores diversificados. O conceito adotado no presente trabalho aborda a vulnerabilidade social como elemento fundamental para a condição em que a população LGBT se encontra na atualidade, sujeita a exclusão social. Como resultado, compreendeu-se que a violência é um fator contributivo para tal vulnerabilidade, posto que motivadas pelo preconceito e demais elementos que circundam a vida do indivíduo pertencente a esta população.

No texto “Clarice Lispector e o trabalho feminino: artigo para a revista acadêmica *A Época* (1941)”, Kaoana Sopelsa aborda como o governo centralista e autoritário do Estado Novo trouxe para a imprensa brasileira o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, com responsabilidades como o controle e a censura de conteúdos. A fonte utilizada é parte da compilação realizada por Aparecida Maria Nunes intitulada *Clarice na cabeceira: jornalismo* (2012), que traz uma publicação de Clarice Lispector para a revista *A Época*, pertencente ao corpo discente da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, curso que Clarice fazia parte. Observando o contexto global de sua atualidade – lê-se Primeira e Segunda Guerra Mundial -, é possível notar como Clarice utiliza desse momento de incentivo ao trabalho feminino “fora do lar” para corroborar em favor da luta pelo direito feminino ao trabalho remunerado. A análise dessa fonte midiática, através da História das Mulheres e da História da Imprensa, revela a articulação da escrita e das entrevistas de Clarice para um desfecho favorável aos Direitos Femininos, mas também indica como o pensamento patriarcal, moralista e ditatorial incentivado pelo governo varguista se fazia presente na sociedade. Assim, no início da carreira, ainda que Clarice trabalhasse para o DIP, encontrava

meios de colocar-se a favor da luta feminina, mesmo em momentos de censura e controle estatais sobre a imprensa brasileira.

Em “A representação das mulheres nas canções populares mais tocadas no Brasil de 2013 a 2018”, Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto e Luana Regina Borges analisam as representações femininas contidas nas canções populares brasileiras a partir dos registros feitos pelo sistema Crowley no período de 2013 a 2018. Após é destacado a música vinculada ao termo cultura, pois estas canções expressam em suas letras a cultura construída por grupos ou espaços sociais. Apontam a relação entre a música e a educação informal, uma vez que ao ter contato com estas músicas o sujeito está sob uma ação educativa, mesmo que informalmente. Por último, as análises trouxeram à tona a forma como a mulher vem sendo representada no universo musical popular. Os conceitos de violência contra a mulher e inferioridade feminina são constantemente retomados quando se verificam os versos das músicas selecionadas. Mesmo com várias discussões de gênero existentes no viés acadêmico, os estereótipos de gênero ainda estão presentes e naturalizados nos discursos de alguns que produzem cultura, reflexos de uma sociedade misógina e machista.

Joice Souza Garcia no texto “Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim: a casa da mulher brasileira de Campo Grande-MS”, busca compreender os meandros da instalação inaugural da Casa da Mulher Brasileira (CMB) na capital sul-mato-grossense, Campo Grande. Para tal, analisamos representações sociais acerca do processo histórico que envolve a criação desse espaço de enfrentamento à violência de gênero no Brasil. O espaço é permeado por práticas que podem ser vistas nos discursos, narrativas de mulheres vítimas de violência de gênero e de mulheres que participaram ativamente do processo político de instalação da CMB na referida capital. Ademais, nos utilizamos da canção Maria da Vila Matilde, interpretada por Elza Soares, a fim de elucubrarmos a temática interseccional da Lei da Maria da Penha, de relevância para a compreensão da temática de gênero na contemporaneidade. Por fim, consideraremos as motivações que

levaram o projeto inaugural CMB, vinculado ao Programa Mulher Viver sem Violência, a ser efetivado em Campo Grande.

No texto, “Papéis de gênero e violência doméstica” as autoras Luciana Grandini Cabreira, Miguel Faria e Sandra Cristina Martins Nogueira Guilherme de Paula abordam a violência contra a mulher tem sido alvo de inúmeros estudos que atentam para a complexidade que a relação de gêneros abarca. O Patronato desenvolve ações multidisciplinares com uma equipe formada pelas áreas de Administração, Direito, Serviço Social, Psicologia e Pedagogia visando a recuperação e reinserção de assistidos pelo Sistema Judiciário. No Patronato de Apucarana na área de Psicologia desenvolvemos atendimentos e encontros que visam combater a violência de gênero contra a mulher. Dessa forma, selecionamos alguns temas que pudessem subsidiar os atendimentos e encontros com os assistidos do projeto que receberam medidas restritivas por praticarem violência contra a mulher. Assim, desenvolvemos nos atendimentos em grupo a análise de temas que pudessem desnaturalizar a violência contra a mulher, desconstruindo preconceitos e papéis sociais que, muitas vezes, estão presentes nas situações de enfrentamento de casais.

Selson Garutti em “Estado do conhecimento sobre gênero na prisão” discute a questão do gênero na prisão como uma construção histórico-social, contemplando as múltiplas identidades, uma vez que a identidade não é única e estável. Identidade e Gênero são categorias dinâmicas que dependendo do contexto social, político e econômico em que ocorrem, assumem significados e efeitos distintos. Mais ainda, quando discutido nas prisões, em que o gênero é utilizado marcadamente para definir as relações de poder. Como conclusão foi selecionada vinte quatro (24) dissertações e cinco (05) teses, totalizando uma produção de vinte nove (29) trabalhos produzidos entre o período de 2003 a 2018.

Na escrita de Kaoana Sopelsa, “Beijo Fatal: Análise do Discurso, História da Imprensa e das Mulheres, e representação na escrita de Clarice Lispector (1960)”, o texto Beijo Fatal, publicado

na coluna Feira de Utilidades (1959-1961) do Jornal Correio da Manhã, tem como objetivo analisar a representação da jovem índia e as influências contextuais sobre a escrita midiática de Clarice. Através da Análise do Discurso e da História da Imprensa, vinculada à História das Mulheres, observa-se que Clarice fomenta, indiretamente, ponderações tanto sobre a representação quanto sobre o consentimento das mulheres, até os anos 1960. Ao mesmo tempo, proporciona reflexões acerca da relação de posse do corpo das indígenas, através da (re)ação de uma mulher dos povos originários frente às investidas do colonizador. O processo produtivo perpassou, portanto, a condição socioeconômica da autora e o contexto histórico da mídia brasileira, ainda que de forma implícita. Clarice utilizou estratégias de escrita, a fim de apresentar, nas entrelinhas, um posicionamento inquieto em relação ao viés sócio-histórico-cultural patriarcal que “(re)conheceu” e viveu.

“As narrativas filmicas, formação continuada e o enfrentamento ao abuso sexual”, Izana Stamm Brol e Andréa Cristina Martelli abordam o papel da escola no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Esta violência, em muitos casos, é praticada por alguém da família ou pessoas próximas as crianças e adolescentes, tornando a identificação e denúncia difíceis. Depois do ambiente familiar é na escola que crianças e adolescentes passam boa parte do seu dia, interagindo com professores/as, colegas, equipe pedagógica e demais profissionais, logo, este é ambiente de identificação e denúncia. Analisar o papel da escola no enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes, nos permitiu compreender a responsabilidade da identificação e denúncia de possíveis casos aos profissionais ou órgãos competentes. Todavia, é comum que a falta de formação e conhecimento dos professores/as interfira negativamente na abordagem da temática e identificação de possíveis vítimas. Formações continuadas são uma ferramenta na capacitação de professores/as enquanto agentes de prevenção primária (abordar cientificamente a temática) e secundária

(identificar/denunciar). Narrativas fílmicas, considerados artefatos culturais, podem ser um recurso didático útil nas formações continuadas. Neste sentido, apontamos filmes que abordam a temática e retratam de forma verossímil situações de abuso sexual. Sugestões: “Spotlight – Segredos Revelados”, “Confiar”, “O Quarto de Jack”, “Preciosa – Uma História de Esperança” e “A ira de um anjo”. Estes artefatos culturais permitem problematizar a temática, frequentemente permeada de tabus, medos, receios, preconceitos e desconhecimento de diferentes formas. As histórias fictícias podem facilitar a aproximação, compreensão e envolvimento destes/as profissionais na identificação de casos e na adoção de novas práticas pedagógicas, motivando-os a reconhecerem suas responsabilidades diante desta violência.

Desejemos a todas e todos uma leitura agradável e que nossas escritas sejam vistas como resistência e luta!

O DISCURSO DE ÓDIO E SEU REFLEXO NA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MINORIAS

Valéria Silva Galdino Cardin
Ingrid Gili Martins

Introdução

O período da eleição presidencial do ano de 2018 ficou conhecido como a época eleitoral mais violenta, pois, por razões ideológicas, o país foi dividido em dois polos considerados como extremos, a direita e a esquerda política, o que gerou conflitos discursivos bem como práticas delitivas, como agressões físicas e homicídios, motivados pela intolerância dos integrantes de diversos grupos.

Além do aumento das violências perpetradas neste determinado período, chama-se atenção aos atos dos representantes políticos, pois estes utilizaram do pânico moral da população para disseminar discursos de ódio e, assim, angariar votos, já que o ambiente havia se tornado totalmente propício para isso, tendo em vista os clamores sociais.

Destarte, apesar de serem subestimados e parecerem inofensivos, os discursos possuem potencial de transformação em ações, deixando, assim, seu caráter eminentemente discursivo para tornar-se atos, atitudes, condutas etc. Quando disseminados por figuras públicas ou por políticos influentes, estes servem como uma espécie de mandado para ações de movimentos ou grupos que seguem os mesmos princípios que seus representantes.

Assim, tendo em vista a intensa propagação do discurso de ódio no ambiente político, disseminado por candidatos de diferentes partidos, é necessário refletir e analisar se estes atos geraram consequências ou sequelas à população brasileira.

Para tanto, no primeiro capítulo, preocupar-se-á em definir o direito à liberdade de expressão, pois, é comumente, utilizado como escusas de sujeitos que manifestam discursos de ódio, e, por não haver transparências na distinção do exercício à liberdade de expressão e discurso de ódio, é necessário conceituar a liberdade de expressão, buscar por suas características, e, assim, observar até que ponto é possível exercer esse direito sem prejudicar os direitos de outrem.

Dessa forma, focar-se-á, após o segundo capítulo, na análise do discurso de ódio e sua manifestação no ambiente político, para questionar sobre os reflexos deste na esfera política, bem como nos demais ambientes públicos.

Por fim, discutir-se-á sobre a necessidade e a importância da representatividade política dos grupos minoritários, para, dado aos possíveis reflexos do discurso de ódio e de sua disseminação na esfera política. Ademais, salienta-se que o presente trabalho – desenvolvido por meio do método teórico que consiste na pesquisa em livros, artigos de periódicos, documentos eletrônicos e legislação pertinente ao tema – não possui como objetivo o esgotamento do assunto, tendo em vista sua complexidade e dimensão teórica.

Do direito ao exercício da liberdade de expressão

Ao analisar o passado histórico ditatorial brasileiro, é possível perceber que a democracia ainda está em passos iniciais, e, para que retrocessos não aconteçam, é importante uma constante atenção e fiscalização à tutela dos direitos fundamentais, garantidos e consolidados pela Constituição Democrática de 1988.

Em razão das emblemáticas censuras e das práticas de torturas que aconteceram durante a ditadura militar, deram-se uma relevância jurídica ao direito de expressar ideias publicamente, de forma livre. Com isso, a liberdade de expressão foi reconhecida enquanto um direito fundamental, inserida no inciso IV do art. 5º

da CF/88, o qual leciona que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”¹.

Todavia, apesar do reconhecimento jurídico constitucional dado a esse direito, nenhum dispositivo legal trouxe à baila um conceito do termo “liberdade de expressão”, logo, essa tarefa ficou à cargo de doutrinadores da área do direito e das jurisprudências.

Tendo isto em vista, Sérgio Cavalieri traz a definição do direito à liberdade de expressão, o qual o conceitua como um “direito de expor livremente uma opinião, um pensamento, uma ideia, seja ela política, religiosa, artística, filosófica ou científica (2012, p. 122). Outrossim, de acordo com a autora Maria Helena Diniz (2012, p. 131) a liberdade de expressão possui como características a indisponibilidade, a impenhorabilidade, a universalidade, a imprescritibilidade, além de ser um direito absoluto e irrenunciável, em virtude de tratar-se de um direito fundamental.

Dada a sua importância, a proteção à liberdade de expressão também possui reconhecimento em âmbito internacional, pois esse direito encontra-se positivado no art. XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como no artigo 13² da Convenção

¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Saraiva, 1988, p. 6.

² Artigo 13 – Liberdade de pensamento e de expressão. 1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. 2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para assegurar: a) o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas. 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões. 4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.5. A lei deve proibir toda

Americana Sobre Direitos Humanos do Pacto de São José da Costa Rica (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1970), o que evidencia a dimensão da relevância dada ao direito à liberdade de expressão.

Das Limitações à Liberdade de Expressão

É importante salientar que por mais que a liberdade de expressão seja um direito fundamental e possua reconhecimento nacional e internacional, há limitações a esse direito no momento que viola outros bens jurídicos igualmente assegurados pela Constituição. Em situações como essas, é necessária uma intervenção Estatal, pois, de acordo com o artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, é dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No que tange às limitações da liberdade de expressão, Alexandre Assunção e Silva (2012, p. 51) afirmam que a própria Constituição limita o direito à liberdade de expressão, e explicam que “o primeiro limite constitucional explícito ao direito de liberdade de expressão é que ele não produza dano material, moral ou à imagem (art. 5º, V, CF)”, pois nessas situações garante-se “o direito de indenização ao ofendido, deixando claro que o ato não é lícito”.

Ademais, quando há a transgressão do artigo constitucional supramencionado, além de responder na esfera cível, há também a responsabilização penal do agressor que, de acordo com o Código Penal, aquele que atenta contra a honra, contra a imagem, ou contra a vida privada de outrem, pode responder pelos crimes previstos nos artigos 138 a 145, isso porque, embora seja assegurada a liberdade de expressão, o exercício desse direito não pode ofender outros bens jurídicos. Dessa forma, por consequência, não deve ser

propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

utilizado como meio de disseminação de ofensas e insultos sexistas, LGBTfóbicos, racistas e/ou contra a liberdade religiosa de alguém.

Além da previsão constitucional e dos delitos supramencionados previstos no Código Penal, recentemente, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADO 26-DF proposta pelo Partido Popular Socialista (PPS), decidindo como crime a prática da LGBTfobia, utilizando-se como fundamento do pleito o art. 5.º, incs. XLI e XLII da CF/88. Dessa forma, após o julgamento da ADO 26, a LGBTfobia é considerada crime de racismo no Brasil, e a pessoa que praticar tal delito pode responder sem a possibilidade do pagamento de fiança.

Todavia, em que pese existir limitações à liberdade de expressão dentro do ordenamento jurídico, na prática, muitas pessoas utilizam o direito de expressar seus pensamentos livremente como uma prerrogativa para disseminar discursos que subjugam corpos, como o caso da manifestação de discurso de ódio.

Do discurso de ódio

A liberdade de expressão sempre foi um direito alvo em regimes ditatoriais, e, em paralelo, o discurso de ódio sempre foi uma ferramenta utilizada por líderes políticos, dado o seu potencial controlador das massas, já que consiste em uma forma de epistemicídio³.

É comum nos casos de manifestação do discurso de ódio, o sujeito ativo do discurso utilizar-se como escusa o direito de exercer a liberdade de expressão, pois, na maioria dos casos há o intuito de maquiar os atos ilícitos praticados, bem como de manipular a

³ De acordo com (CARNEIRO, 2005, p. 96), epistemicídio consiste em práticas de “negação do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento”, isso implica na extirpação da cultura do “outro”, e conseqüentemente, na extirpação do “outro” enquanto sujeito.

população, para, assim, dificultar a punição dos atos ilícitos praticados contra os bens jurídicos dos sujeitos passivos do discurso.

Em razão de não haver distinções nítidas entre o uso do exercício da liberdade de expressão e a prática do discurso de ódio, faz-se necessário não apenas uma análise ao direito supramencionado, mas também é necessário traçar critérios de definição do discurso de ódio, bem como de diferenciação entre esses dois tipos de manifestação de pensamento para sanar as confusões existentes.

Dessa forma, para a definição do discurso de ódio, algumas preliminares devem ser ressaltadas. Posto isso, de acordo com a teoria do filósofo Michel Pêcheux (1975) o conceito de “discurso” não pode ser definido por uma simples análise da semântica e da sintaxe, pois o discurso consiste em expressões linguísticas ideológicas por serem manifestações de sujeitos que são interpelados por marcadores de uma específica conjuntura social, como condições políticas e históricas.

Do mesmo modo, de acordo com Michel Foucault, para analisar o discurso, deve-se observar o momento histórico em que este é disseminado, tendo em vista que o discurso não obedece apenas às regras linguísticas ou formais, ele também está sujeito às regras normativas controladoras e próprias do período. O autor explica que, entre as formas de controle na sociedade encontra-se a prática discursiva e os diversos tipos de poder que as permeiam. Nessa linha de pensamento, Michel Foucault destaca que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (2014, p. 8).

Assim, ao pensar que em cada expressão de pensamento há um universo de conotações e significados epistemológicos

diferentes, é factível concluir que a maior parte das manifestações de pensamento não são meros enunciados, mas sim discursos.

Sendo assim, nem toda manifestação do pensamento é discurso, e nem todo discurso é discurso de ódio, mas é possível realizar o raciocínio de forma contrária, ou seja, todo discurso de ódio é um discurso, e, que, portanto, é uma manifestação de pensamento.

Destaca-se que um simples discurso se diferencia do discurso de ódio dado que o último, de acordo com Silveira consiste em manifestações de pensamento que buscam transmitir e alimentar o ódio, desvalorizando, menosprezando, desqualificando, e inferiorizando o ser humano à condição de objeto. Além disso, o autor explica que o ódio social não é apenas o motivo de conflitos entre os indivíduos isoladamente considerados, mas também, em sua coletividade, organizados em grupos, em classe ou mesmo enquanto sociedade, caracterizando-se por sua essência de repulsa advinda de razões sociais (2007, p. 80-82).

Essa explicação fica mais clara com a análise de Mayer-Pflug (2009, p. 97), pois, para a autora, essa categoria de discurso é encontrada em ataques racistas, xenofóbicos e LGBTfóbicos, tendo em vista que o discurso de ódio “tem como alvo de discriminação os grupos minoritários, e não se confunde com o insulto individual, ou seja, com a difamação de um indivíduo em particular”.

Ademais, ressalta-se que o conceito de minoria não é dado pelo número de pessoas pertencentes à um determinado grupo, mas sim pela representatividade que o mesmo grupo possui em mídias, cargos com *status* valorativos e pela vulnerabilidade dada a falta políticas públicas específicas. Dessa forma, mulheres, pessoas não brancas e LGBT (lésbica, gays, bissexuais e transgêneros) são considerados integrantes de grupos minoritários, por essa razão, são os alvos de ataques do discurso do ódio.

Da presença do discurso de ódio na política brasileira

Essa categoria de discurso predomina na esfera política tendo em vista que alguns candidatos a cargos do poder legislativo e

executivo utilizam do desprezo e da intolerância para angariar votos e audiência, elegendo, dessa forma, um inimigo em comum.

Um dos exemplos que ficou conhecido na mídia foi o caso que o presidente da República havia proferido discursos racistas. De acordo com a notícia veiculada no site da Carta Capital em 2017, na época que o presidente estava na posição de deputado federal do estado do Rio de Janeiro, foi condenado pela juíza Frana Elizabeth Mendes, da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, a pagar 50 mil reais de indenização por danos morais coletivos a comunidades quilombolas e à população negra em geral, pois, o presidente havia dito que quilombolas e indígenas atrapalham a economia, e que havia visitado um quilombo e que constatou que o “afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”.

É possível observar que, mesmo mascarada, a animosidade racial brasileira é tão patente, mas, ao mesmo tempo, tão velado, que precisa, por vezes, travestir-se de humor para só então se revelar, como bem demonstra Adilson Moreira, em sua obra “Racismo Recreativo” (2019). Apesar de o humor aparentar ser uma chave explicativa de somenos importância neste estudo, a luz da fala supracitada do atual presidente do Brasil, é capaz de nos demonstrar como a hostilidade racial brasileira se manifesta de múltiplas formas, seja por meio da violência física/verbal aberta, seja num discurso jocoso, até mesmo via projeto legislativo.

Por mais evidente que seja essa declaração do atual chefe do executivo brasileiro, é imperioso dizer que o uso de expressões empregadas no manejo animal, a exemplo de “arrobas” e “procriador”, está ligado intimamente com a permanência da representação animalesca que os brancos tinham dos negros escravizados no período colonial.

O tom jocoso e o ar deleitoso do discurso empregado – quase que como quem fala de uma fazenda improdutiva na qual os animais são gordos, preguiçosos e nem para fins reprodutivos servem mais - confirma a tese de que o racismo busca, além de outras coisas, a gratificação psicológica do membro do grupo racial

dominante por meio do reforço de uma representação negativa que se tem do grupo racial dominado.

Ademais, o discurso de ódio esteve presente também nos discursos em “prol” da “família tradicional brasileira”, o qual subjugou a existência da pluralidade de famílias – já reconhecidas pela Constituição – e a existência de pessoas que não pertencem ao padrão da heteronorma, e que apareceu em peso na fundamentação dos votos do impeachment da ex presidenta Dilma no ano de 2016. Assim como percebe-se no animus da fala da a ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que, de acordo com o portal “O Globo” (2019), havia dito que estava inaugurada uma “nova era” no país, em que “menino veste azul e menina veste rosa”.

Conforme mencionado em tópico anterior, é necessária uma análise temporal e social no qual discurso está inserido, sendo insuficiente a caracterização do discurso de ódio por uma simples busca de significado das palavras.

Nos exemplos mencionados, é possível perceber a presença de discursos de ódio, mesmo sem o uso de palavras explicitamente ofensivas, pois, os discursos possuíam conotações pejorativas e sentidos moralizantes, o qual deslegitima a existência e a vivência de pessoas de grupos minoritários, e, conseqüentemente, fere os direitos personalíssimos dos indivíduos alvos de tais manifestações

Todavia, o discurso de ódio de candidatos que disseminaram racismo, LGBTfobia, xenofobia e machismo, ganharam os votos da maioria da sociedade brasileira, o que impactou diretamente na representatividade política das pessoas da comunidade LGBT e demais minorias, pois, os ambientes de participação política tornaram-se intimidadores, e até mesmo inseguros para estes grupos.

Do reflexo do discurso de ódio à representatividade política das minorias

Usado como ferramenta de dominação o discurso de ódio possui potencial ofensivo ainda mais exorbitante quando

manifestado por líderes políticos, tendo em vista a influência desses sobre inúmeras pessoas e instituições que reproduzem o discurso de forma materializada, com o escopo de calar ou de excluir minorias sociais.

Nesta vênua, ao se examinar a atual conjuntura política brasileira, percebe-se que, após uma intensa propagação do discurso de ódio, durante e depois das eleições presidenciais de 2018, houve um afastamento de mulheres e de pessoas que não fazem parte do padrão branco-hetero-cisnormativo no cenário parlamentar.

A título de exemplo, segundo a matéria veiculada no Jornal G1 Globo, em janeiro do ano de 2019, Jean Wyllys, deputado federal do Partido Socialismo e Liberdade, do Rio de Janeiro (PSOL-RJ), decidiu não assumir o terceiro mandato parlamentar, em razões de possíveis perseguições discriminatórias mencionadas em notícias pelo deputado, o qual optou por se exilar do país por segurança. Segundo o deputado federal, estes fatos aumentaram de frequência com a perseguição dos seguidores do atual presidente e depois do assassinato de Marielle Franco (CALGARO; VIVAS, 2019).

Salienta-se que, durante a sua atuação na política, Jean Wyllys apresentou vários projetos de leis que visavam combater violências discriminatórias como a LGBTfobia, com a proposta de criação de espaços de vivência específicos para travestis e transexuais em estabelecimentos penais, e, em parceria com Marielle Franco – mulher, negra, ativista e política, assassinada à tiros quando voltava de um evento com jovens negras –, ele apresentou proposta de combate às violências contra as mulheres com o projeto de companhia permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio sexual em transporte público (WYLLYS, 2017).

Destaca-se que as consequências advindas do discurso de ódio dentro de espaços de participação política refletem, concomitante, no crescimento de violência em outros espaços públicos e privados, naturalizada e legitimada pela disseminação do discurso de ódio, pois, apesar de possuir caráter linguístico/verbal e não verbal, o discurso de ódio apresenta potencialidade de transformação em

diversos outros tipos de violência, isso é, quando a prática deixa o seu caráter eminentemente discursivo e, materializa-se por meio de práticas violentas.

Em razão do discurso de ódio ter como fim a incitação da violência contra as minorias, como consequência lógica, há o ataque aos direitos de integrantes desses grupos, pois este serve como uma espécie de mandado para ações violentas. Nesta vênua, o discurso de ódio LGBTfóbico contribui para o crescimento de estatísticas de homicídios de pessoas LGBT, assim como os discursos misóginos refletem diretamente nos números de feminicídios e o discurso racista nos índices de homicídios de jovens negros e na marginalização de pessoas negras.

Como exemplo, a eleição presidencial de 2018 ficou marcada pelo simbólico caso do assassinato de Moa Katendê, mestre de capoeira esfaqueado por ter se manifestado contra o atual presidente da República, à época presidenciável. Ademais, após a onda de disseminação de discurso de ódio contra as mulheres, verificou-se o espantoso número de casos de feminicídios registrados já o começo no ano de 2019, sendo que, no primeiro trimestre, apenas na cidade de São Paulo, foram contados 37 casos de feminicídio (ACAYABA; ARCOVERDE, 2019), enquanto, no ano de 2018, o Ministério dos Direitos Humanos registrou o número de 27 feminicídios ocorridos em janeiro até o mês de julho no país inteiro (BRASIL, 2018).

Em suma, o discurso de ódio, manifestação pública de pensamento usada como instrumento de poder por líderes políticos, possui capacidade de propagar e legitimar a violência, o que reflete diretamente nos casos de violências nos demais espaços públicos, impactando não apenas na ausência de integrantes de grupos minoritários em cargos parlamentares, mas também sobre as vidas de mulheres, pessoas não brancas e LGBTQ+ em outros ambientes públicos e privados.

Dessa forma, observa-se que o discurso de ódio de líderes políticos possui influência na exclusão de representantes da diversidade na esfera da política, o que reflete não apenas a

desestruturação social em caráter coletivo, mas também legitima atentados aos direitos individuais de pessoas pertencentes aos grupos alvos de discriminação.

Da importância dos representantes políticos das minorias

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), até o primeiro semestre do ano de 2019, o país somava mais de 210 milhões de pessoas em sua população, sendo que a minoria deste número consegue o acesso e ascensão em espaços de participação política, os que conseguem representam uma parcela ainda menor da população brasileira.

Em um país em condições de subalternidade, com mais de 210 milhões de indivíduos, com uma área de dimensão continental, rico em diversidade cultural, questões como participação política e representatividade estampam um verdadeiro desafio democrático, isto pois, considerando essas características, fica praticamente impossível que uma só pessoa represente todos os grupos sociais do país.

A questão da representatividade fica ainda mais complexa ao considerar que cada indivíduo é formado pela interpelação de diversas condições sociais e históricas, ou seja, existe não só uma característica, mas sim uma intersecção de características que definem o sujeito. A título de exemplo, uma mulher branca, de classe média alta, não representa toda a categoria de mulher, pois, além da condição do gênero, há a interpelação da condição de classe e de raça.

É nesta linha de pensamento, que a cientista política Iris Marion Young nos explica:

Diferenças de raça e de classe perpassam o gênero, diferenças de gênero e etnia perpassam a religião e assim por diante. Os membros de um grupo de gênero, racial etc. tem histórias de vida que os tornam muito diferentes entre si, com diferentes interesses e diferentes posicionamentos ideológicos. Assim, o processo

unificador requerido pela representação de grupos buscava congelar relações fluidas numa identidade unificada, o que pode recriar exclusões opressivas (YOUNG, 2011, p. 141).

Para a autora, há três aspectos das pessoas que podem ser representados, sendo estes o interesse, a opinião e a perspectiva social. No que tange à representatividade por interesse, essa é sustentada por questões de ordem econômica e comercial, já a representatividade por opinião corresponde aos princípios norteadores de cada político ou partido, como por exemplo, um princípio religioso ou moral e, por fim, pela representação por perspectiva social, uma figura política pode representar um grupo de pessoas por possuir vivências similares, sendo essa a mais indicada para a representação de grupos minoritários.

A ideia da representatividade por perspectiva social fica mais clara quando a autora utiliza de exemplo o caso das denúncias de assédio sexual que envolvia o senador norte americano Robert Packwood, segundo o relato da Autora em sua obra:

Em 1992, o senador norte-americano Robert Packwood foi acusado de assédio sexual por várias de suas assessoras. Quando as acusações vieram à tona, muitos senadores se mostraram relutantes em realizar audiências com as partes envolvidas. Packwood tinha uma eminente folha de serviço no Senado, e muitos de seus colegas assumiram a atitude de que aquelas acusações escandalosas não mereciam que se formasse uma comissão parlamentar para apurar o caso. Diante disso, senadoras e, também deputadas convocaram uma conferência com a imprensa para exigir que o Senado apurasse as acusações contra Packwood e eventualmente aplicasse as sanções éticas cabíveis. Essas mulheres tinham muitos interesses divergentes, não cultivavam os mesmos valores políticos e não confluíam em suas opiniões acerca da culpabilidade de Packwood. Seu propósito era influenciar a agenda do Senado e, ao fazê-lo, expressaram uma mesma perspectiva sobre a importância e a gravidade das acusações de assédio sexual, uma perspectiva que muitos de seus colegas do sexo oposto pareciam não compreender, pelo menos de início (2000, p. 168).

Dessa forma, é totalmente possível que dois indivíduos podem possuir diferentes compreensões sobre um mesmo evento, bem como sobre as mesmas regras, estruturas e de suas consequências, pois pessoas que se encontram posicionadas em diferentes contextos sociais tendem a interpretar situações por perspectivas diferentes.

Em razão da disseminação violência LGBTfóbica por meio de discursos de ódio manifestados em espaços políticos – como mencionado em tópico anterior – onde se discutem e executam políticas públicas, legislam normas e regras para a população, questões como as consequências da LGBTfobia são deixadas de lado, e, por essas razões, a teoria da representatividade política por perspectiva corresponde à uma solução para esse problema.

Pela teoria da representação por perspectiva social, pessoas LGBT são representadas de forma mais específica por políticos LGBT, pois, o posicionamento social do representante aproxima-se da posição dos cidadãos integrantes desse grupo, e, por essa razão, os projetos de leis e as políticas públicas criadas, tendem a atender de forma mais específica e eficaz as demandas deste grupo em específico. Nesta linha de pensamento, Young deixa evidente em sua obra “Justice and Politics of Difference” (1990) que todo sujeito se encontra situado histórico e socialmente, e, em razão disso, suas experiências e perspectivas influenciam diretamente em suas posições tomadas, sendo impossível um posicionamento universal. Assim, por essas razões, por mais que uma pessoa se preocupe com a causa LGBT, se ela não possui perspectivas sociais similares à da comunidade LGBT, haverá falhas na representação e no atendimento às demandas específicas referentes ao grupo determinado.

Dado os inúmeros grupos sociais identitários existentes em um país como o Brasil, concentrar a representatividade em um único sujeito coopera para a universalização de uma única perspectiva, o que, por consequência, exclui as demais perspectivas, o que contribui para a formação de uma política antidemocrática.

Dessa forma, tendo em vista a onda de ataques aos direitos personalíssimos de grupos minoritários por meio de discursos de ódio disseminados por indivíduos que estão ocupando cargos políticos, houve uma fragilidade à representatividade de diversas perspectivas sociais, inclusive às da comunidade LGBT.

Ocorre que, sem a presença de representantes políticos que possuam perspectivas sociais similares à da comunidade LGBT e de pessoas não brancas, há a diminuição da possibilidade de representatividade de um número maior de grupos. Assim, medidas como “maior inclusão política nos processos democráticos” compõem estratégias “que propicie maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais” (YOUNG, 2011, p. 140).

Sob o panorama da representatividade, as presenças e as atuações de políticos como Jean Wyllys e Marielle Franco são essenciais, dado que integram grupos que exercem menos espaço de fala e, conseqüentemente, gozam de menos espaço para reivindicarem por seus direitos. Sem essas presenças, pautas como feminicídio, racismo, LGBTfobia são tratadas por pessoas que relativizam ou, até mesmo, negam a existência dessas violências – o que ecoa sobre os números de homicídios e outros tipos de crimes que crescem e permanecem velados por índices que não representam a realidade.

Dessa forma, as perspectivas sociais de sujeitos que compõem esses grupos não serão completamente integradas aos debates públicos e, por conseqüência, deixarão de corresponder aos diversos interesses, demandas e reivindicações específicas da sociedade. Portanto uma maior inclusão de integrantes de grupos subalternizados ao poder é a solução hábil para a representação de perspectivas, pois possui o condão de veicular conhecimentos e visões sobre as dinâmicas dos processos sociais silenciados e desconhecidos na discussão e na deliberação políticas entre representantes e representados.

Considerações finais

Observou-se que, apesar do direito à liberdade de expressão possuir garantia constitucional, tendo em vista ser um direito essencial à realização do ser humano, existe uma tênue linha entre a liberdade de expressão e a manifestação do discurso do ódio, sendo que este último é entendido como a manifestação de pensamento que possui o fim de violar os bens jurídicos de pessoas que pertencem, na maioria das vezes, a grupos minoritários.

Outrossim, verificou-se que houve uma intensa disseminação do discurso de ódio por parte de candidatos e políticos eleitos, os quais utilizaram-se das tensões sociais para angariar votos por meio do ódio e aversão em relação ao outro e que isso gerou o afastamento de representantes políticos da diversidade, os quais possuíam como defesas parlamentares a luta contra a desigualdade social, contra a violência de gênero, contra a LGBTfobia e demais violências.

Além disso, percebeu-se, em concomitância ao afastamento da diversidade na política brasileira, o aumento das estatísticas de feminicídio e atentados contra a vida de pessoas que possuem características dos grupos alvo do discurso de ódio disseminado por líderes políticos.

Ademais, constatou-se que, sem a presença de representantes da diversidade nos cargos políticos, pautas como o enfrentamento a esses tipos de violências são deixados em terceiro plano, ou até mesmo ignorados por pessoas que não possuem as mesmas perspectivas sociais dos grupos minoritários, e por isso, desconhece a importância das demandas específicas de cada grupo.

Diante disso, a exclusão de perspectivas sociais de sujeitos que compõem esses grupos nos espaços do poder legislativo e executivo reflete na exclusão de pautas como LGBTfobia, feminicídio, racismo, xenofobia aos debates públicos e, por consequência, deixarão de corresponder aos diversos interesses, demandas e reivindicações específicas da sociedade, contribuindo, diretamente no aumento dessas violências nos demais espaços públicos.

Referências

ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. **Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP**; número de mulheres vítimas de homicídio cai. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/29/casos-de-feminicidio-aumentam-76percent-no-1o-trimestre-de-2019-em-sp-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-cai.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **MDH divulga dados sobre feminicídio**. 2018. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contras-as-mulheres>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CALGARO, Fernanda; VIVAS, Fernanda. **Jean Wyllys decide não tomar posse para novo mandato em razão de ameaças**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/24/deputado-jean-wyllys-nao-tomara-posse-para-novo-mandato-diz-assessoria.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CAPETTI, Pedro; GRANDELLE, Renato. **Cento e sete casos de feminicídio foram registrados em 2019, diz estudo**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/cento-sete-casos-de-feminicidio-foram-registrados-em-2019-diz-estudo-23390072.html>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CAPITAL, Carta. **Bolsonaro é condenado por comentário racista contra quilombolas**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-e-condenado-por-comentario-racista-contras-quilombolas-leia-a-integra/>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. **O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana**. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, Maringá, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016. ISSN 2176-9184. Disponível em: <periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/5465/2893>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

MAYER-PFLUF, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p. 317. Edição original francesa: *Les Vérités de la Palice: linguistique, sémantique, philosophie*. Paris: François Maspero, 1975.

WYLLYS, Jean. **Projetos de lei**. Disponível em: <http://jeanwyllys.com.br/acessivel/?page_id=2136>. Acesso em: 20 fev. 2019.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. 2000. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Lua Nova, v. 67, p. 263-269, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf/>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton University Press: With a New Foreword By Danielle Allen, 2011.

A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO FAMILIAR: UM DESCOMPASSO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Julia Polato
Tatiana Richetti

Introdução

A homossexualidade é, ainda, tema que gera bastante preconceito no meio da sociedade. O grau de preconceito e discriminação sofrido pelos homossexuais é realidade enfrentada por muitos e está presente em todos os setores do cotidiano, desde o ambiente de trabalho ao ambiente familiar.

Como sabido, a Constituição Federal consagra, em seu texto, a efetividade dos direitos fundamentais, buscando garantir o tratamento igualitário. Além dos princípios arraigados no texto constitucional, a família é considerada como base da sociedade e tem especial proteção do estado, elenca, ainda, os deveres da família, concluindo que é seu dever colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme estabelecem os artigos 226 e 227 da Constituição Federal.

Apesar de a Constituição Federal estabelecer os deveres da família, a realidade no âmbito familiar não é essa, notadamente quando o assunto se refere à sexualidade de seus membros.

Não muito incomum, há composições familiares em que um dos filhos apresenta orientação homossexual, todavia, no seio da família, nasce a primeira discriminação, o tratamento diferenciado.

Evidentemente que o tratamento diferenciado traz diversas consequências no âmbito emocional do filho discriminado, situação que vai de encontro com os postulados vigentes nas relações familiares, pois é no seio da família que devemos encontrar

amparo e afeto, sendo um dos deveres da família proteger seus entes, salvaguardá-los de toda forma de discriminação, consoante norma esculpida no artigo 227 da Constituição Federal.

Da família

Conceito

Um fenômeno que acontece em toda a sociedade é sua natural mudança, as quais refletem em sua toda a estrutura e composição e, como consequência, ocorre também no âmbito familiar.

Para conceituar família, é interessante, inicialmente, trazer seu significado etimológico, que é termo que vem do latim e significa “famulus”, que significa escravo doméstico, que designava os escravos que trabalhavam de forma legalizada na agricultura familiar das tribos ladinas, situadas onde hoje se localiza a Itália.

A manutenção de vínculos afetivos é que faz com que a família tenha surgimento, porém, mantê-los não é uma prerrogativa da espécie humana. Dias (2016, p. 33) afirma que o “acasalamento sempre existiu, seja em decorrência do instinto de perpetuação da espécie, seja pela verdadeira aversão que todos têm à solidão. Parece que as pessoas só são felizes quanto têm alguém para amar”.

Mesmo sendo a vida aos pares um fenômeno natural, para Dias (2016, p. 33), a família é “um agrupamento informal, de forma espontânea no meio social, cuja estruturação se dá através do direito.”.

Embora a formação familiar tenha inicialmente um viés conservador, como já dito, é instituto que mais sofre mudanças com o avanço da sociedade e atualmente o cenário é completamente diverso daquele patriarcal inicialmente formado.

Nessa esfera, Rolf Madaleno faz importante comentário acerca das mudanças ocorridas no conceito tradicional de família:

A família matrimonializada, patriarcal, hierarquizada, heteroparental, biológica, institucional vista como unidade de

produção cedeu lugar para uma família pluralizada, democrática, igualitária, hetero ou homoparental, biológica ou socioafetiva, construída com base na afetividade e de caráter instrumental (MADALENO, 2015, p. 36).

O sentido do termo família do ponto de vista jurídico, para Rosa Maria de Andrade Nery é abordado sob duas vertentes, a primeira como referente a um organismo estruturado para que o homem vivencie sua experiência de família e, a segunda, como o conjunto de pessoas que a compõe (NERY, 2013, p. 64).

Ainda sobre a conceituação acima, a autora aponta que a primeira vertente se relaciona com o sentido dado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, *caput*, quando a família é considerada como a base da sociedade (BRASIL, 1988, WEB). E com relação a segunda vertente, aponta a definição do Código Civil, uma vez que guarda relação com o conjunto de pessoas que se relacionam por laços de parentesco civil, de consanguinidade ou por outra origem, conforme artigo 1.593 do Código Civil (NERY, 2013, p. 64).

Podemos entender que a família é a base da sociedade e, por essa razão, é especialmente protegida pelo Estado e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (XVI 3) a conceitua como: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado” (ONU, 2009, p. 10).

A conceituação da família extrapola os adjetivos existentes, pois é o primeiro agente socializador do ser humano, terra onde se aprende os mais ternos sentimentos, ponto de partida de todo ser humano, raiz estrutural, é porto e, por ser fonte de tantos sentimentos e sentidos, traduz, quiçá, as maiores dores e decepções.

Dias (2016, p. 138) citando João Baptista Villela, aponta que “a teoria e a prática das instituições da família dependem, em última análise, da competência em dar e receber amor. A família continua mais do que nunca empenhada em ser feliz”.

Evolução histórica

A família sofre e sofreu diversas mudanças ao longo do tempo, tendo iniciado como uma sociedade conservadora, e era voltada ao casamento, não se permitindo outra forma de constituição familiar, tinha como mesmo modelo da família patriarcal, em que os homens geriam a unidade familiar, pois eram dotados de força física e possuíam condições de trabalho braçais, que geravam a maior e, muitas vezes, única fonte de renda.

Com relação ao alicerce dos moldes apresentados pela família, na percepção de Gomes, entende-se que:

A base dos modelos familiares tem início com uma sociedade conservadora, onde a família tinha como prerrogativa a matrimonialização, pois era voltada exclusivamente ao casamento, não admitindo outra forma de constituição familiar. Seguiu os moldes patriarcais, era hierarquizada, com o homem gerindo a unidade de produção, e patrimonializada, pois seus membros correspondiam à força laboral, visando sempre o progresso da entidade familiar (GOMES, 2007, p. 45).

Silvio Neves Baptista (2014, p. 26), resumidamente, explica que com o surgimento da industrialização e o processo de urbanização, muitas mulheres se emanciparam e muitas transformações sociais e econômicas ocorreram, trazendo reflexos na composição familiar, iniciando o fim da família patriarcal.

Legalmente, o modelo de família patriarcal foi perdendo suas forças com a Constituição de 1988, que tem por principal objetivo a afetividade. Paulo Lobo (2014, p. 15) ensina que enquanto houver *affectio* haverá família, unida por laços de liberdade e responsabilidade e consolidada na simetria, na colaboração, na comunhão da vida.

Atualmente, a família tem base formada no afeto e não é relevante quem irá compô-la, hodiernamente a família tem

multifacetadas, se apresenta de diversas formas, porém, tem em comum o afeto.

Princípios norteadores da família

Princípio da dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana é princípio basilar do sistema jurídico, princípio fundamental elencado na Constituição Federal, aplicável em todas as relações jurídicas, sejam públicas ou privadas.

A Carta Magna consagra o referido princípio em seu artigo 1º, III, o qual reza que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático e de Direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, WEB).

Pablo Stolze (2011, p. 45) ousa mencionar que seria em vão a tarefa de dimensionar o princípio da dignidade da pessoa humana, e que todas as conotações que lhe são dadas são restritas e essencialmente Aristocrática.

O doutrinador e atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, conceituou a dignidade da pessoa humana:

A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos (MORAES, 2005, p. 58).

A dignidade é atributo que deve ser assegurado amplamente pelo Estado, que deve adotar meios e ferramentas para que cada

indivíduo possa ter garantido o mínimo existencial, e aí que encontramos amparo ao princípio em comento, uma vez que deve ser garantido aos dependentes do segurado a manutenção de uma existência digna, permitindo que esteja em igualdade com os demais cidadãos.

Maria Berenice Dias, nomina o princípio da dignidade da pessoa humana como um macroprincípio, vejamos, o “princípio da dignidade humana é o mais universal de todos os princípios. É um macroprincípio do qual se irradiam todos os demais: liberdade, autonomia privada, cidadania, igualdade, uma coleção de princípios éticos” (DIAS, 2016, p. 62).

A dignidade da pessoa humana vai muito além da definição trazida em dicionário, pois trata de princípio solar, cuja definição é uma missão considerada árdua, já que traduz um valor fundamental de respeito a própria existência humana.

Esse princípio visa garantir além da sobrevivência, também assegura o direito de viver plenamente, configura um princípio de eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais. Um princípio que fundamenta nosso Estado de Direito, ou indo além conforme Rizzato Nunes seria verdadeiro “supraprincípio constitucional que ilumina todos dos demais princípios e normas constitucionais” (NUNES, 2002, p. 89).

Nesse contexto, Gustavo Tepedino ensina:

Com efeito, a escolha da dignidade da pessoa humana como fundamento da República, associada ao objetivo fundamental de erradicação da pobreza e da marginalização, e de redução das desigualdades sociais, juntamente com a previsão do artigo 2º do artigo 5º, no sentido da não exclusão de quaisquer dos direitos e garantias, mesmo que não expressos, desde que decorrentes dos princípios adotados pelo Texto Maior, configuram uma verdadeira cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, tomada como valor máximo pelo ordenamento (TEPEDINO, 2002, p. 75).

Percebe-se que o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana permeia por todo o ordenamento jurídico, sendo

que sua efetividade só será alcançada quando observado também nas relações familiares. Notadamente, sua existência não deve se limitar a um contexto doutrinário, mas sim ter incidência nas relações cotidianas.

Princípio da afetividade e da convivência familiar

O princípio da afetividade tem sido amplamente aplicado ao moderno direito de família, sua conceituação não pode se afastar do conceito de amor, que racionalmente não pode ser definido.

Em que pese não seja possível sua racional definição, sua existência, por outro ângulo, é especialmente forte no direito de família, ramo do direito cuja raiz deriva da própria afetividade.

Referido princípio não encontra previsão específica no ordenamento jurídico brasileiro, sua previsibilidade, porém, é derivada dos princípios da proteção integral e dignidade da pessoa humana.

O Código Civil, por sua vez, no parágrafo quinto do artigo 1.584, quando trata da guarda unilateral ou compartilhada, observou que verificado que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda à pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade.

Stolze (2011, p. 48) esclarece a aplicação do princípio da afetividade:

Ainda com base na afetividade, sem pretendermos, claro, esgotar o seu âmbito de aplicação, podemos citar as normas da criança e do adolescente, que, em inúmeras passagens, toma por base o afeto como vetor de orientação comportamental dos pais ou representantes, inclusive no que tange à inserção em família substituta, como podemos verificar da leitura dos considerandos da Convenção de Cooperação Internacional e Proteção de Criança e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional.

Através da convivência familiar, princípio previsto e amplamente aplicado do direito de família, faz-se possível a aplicação do princípio da afetividade.

Percebe-se que os princípios do direito de família, assim como os dos demais ramos do direito, se entrelaçam e a aplicabilidade de um faz com que se atinja, do mesmo modo, o intento do outro.

Pablo Stolze (2011, p. 48) inicia a descrição do princípio da convivência familiar indicando que “pais e filhos, por princípio, devem permanecer juntos”, enaltecendo que o afastamento é medida de exceção, que só deve ser adotada em situações justificadas.

Cumprе esclarecer que o direito a convivência familiar não se limita a pais e filhos, estende-se também aos outros integrantes da família, como irmãos, avós, tios, com os quais haja um vínculo de afetividade.

Princípio da solidariedade

O princípio da solidariedade é derivado do princípio constitucional da solidariedade social, que é objetivo fundamental da Constituição Federal, cuja finalidade é incumbir ao poder público a realização de políticas de atendimento às necessidades familiares dos menos abastados e marginalizados, buscando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Tal princípio, além da aplicação externa, com a atuação do Estado, ecoa, também, dentro das relações familiares, uma vez que cada membro da entidade familiar tem de cooperar para que o outro consiga concretizar o mínimo necessário para seu desenvolvimento, seja psíquico ou material.

O pagamento dos alimentos, consagrado no artigo 1.694 do Código Civil é exemplo do princípio da solidariedade.

Roberto Senise Lisboa ensina que a solidariedade familiar:

[...] a solidariedade familiar é construída sob valores traçados pelos ascendentes em favor dos descendentes. Estes, por seu turno,

acabarão por trilhar caminho parecido com aquele que lhe foi ensinado. Muito embora o parâmetro solidariedade interna sofra uma oscilação de uma entidade familiar para outra em virtude de padrões culturais vigentes e da procedência de cada entidade, há um mínimo a ser preservado: os direitos personalíssimos de cada integrante da família, sua subsistência e a concessão de auxílio para que se possa ter a oportunidade de se atingir o nível de desenvolvimento esperado pelo interessado (LISBOA, 2009, p. 52).

Decorrente do princípio da solidariedade está a afeição e o respeito de um membro da entidade familiar pelo outro que devem ser desenvolvidos objetivando o máximo estreitamento das relações entre os cônjuges e parentes.

Nas relações familiares os conviventes, parentes e demais que se inserem nesse núcleo possuem deveres e direitos cujo fundamento é a solidariedade familiar, no intuito de que haja uma mútua cooperação para que seja possível assegurar as necessidades básicas materiais e imateriais dos integrantes da família.

Princípio da igualdade e respeito às diferenças

O princípio da igualdade tem ampla aplicação, uma vez que irradia em diversos aspectos, diferentes aplicações e âmbitos de incidência, inclusive nas relações familiares.

De início, na seara da família, a igualdade tem premissa entre os homens e mulheres, uma vez que historicamente houve forte discriminação o sexo feminino.

José Afonso da Silva, discorrendo sobre o tema, ensina:

O sexo sempre foi um fato de discriminação. O sexo feminino sempre esteve inferiorizado na ordem jurídica, e só mais recentemente vem ele, a duras penas, conquistando posição paritária, na vida social e jurídica à do homem. A Constituição, como vimos, deu largo passo na superação do tratamento desigual fundado no sexo, ao equiparar os direitos e obrigações de homens e mulheres (SILVA, 2011, p. 97).

O Código Civil, em seu artigo 1.511 seguindo a linhagem trazida na Constituição Federal (artigo 5º, I), consagra a igualdade entre homens e mulheres.

O princípio se estende, do mesmo modo, na união estável e em qualquer outra união familiar, impondo um regime solidário e colaborativo, evitando que qualquer dele seja tratado diferentemente.

No campo da filiação, o princípio da igualdade também tem ampla aplicação, situação que se extrai do artigo 227, §6º da Constituição Federal, em que estabelece a igualdade entre os filhos, não admitindo, sob qualquer justificativa ou argumentação, qualquer forma de discriminação ou espúria.

O artigo 1.596 do Código Civil reflete o princípio constitucional, garantindo aos filhos, sejam frutos da relação de casamento ou não, e também aos adotivos, tratamentos iguais, sendo inadmissível qualquer tipo de discriminação relativa à filiação.

De maneira bastante interessante o princípio da igualdade foi conceituado por Rocha, Silva e Ferreira, que assim explanou:

O princípio da igualdade está plenamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana, ora que não importa qual situação, e de qualquer indivíduo que se esteja falando, é inadmissível, tratamento discriminatório entre gêneros sexuais, ou qualquer outro tipo de discriminação. Embora, em algumas situações deve-se adotar tratamento diferenciado para recepcionar certas circunstâncias, a regra geral é o da não discriminação e utilização da isonomia (ROCHA; SILVA; FERREIRA, 2018, WEB).

Percebe-se que o postulado da igualdade defende a máxima de tratar os iguais de forma igual e os desiguais de modo desigual, uma vez que enxerga que é possível o tratamento diferenciado àqueles que se encontra em situação de desigualdade, para que possam ter acesso à igualdade.

No âmbito familiar, porém, limita-se a vedação ao tratamento discriminatório, impondo a necessidade de que seja respeitado as opções feitas por cada indivíduo, não devendo receber tratamento diferenciado por suas opções.

Princípio da liberdade

O princípio da liberdade está intimamente ligado ao princípio da igualdade, e ambos são formas de atingir a dignidade da pessoa humana.

Maria Berenice Dias (2012, p. 46), aponta que a igualdade e a liberdade foram os primeiros princípios reconhecidos como direitos fundamentais, acrescentando que a Constituição Federal, preocupou-se em abolir qualquer forma de discriminação e que no âmbito familiar a igualdade e a liberdade têm especial atenção.

A liberdade é vista como princípio que permite a todos o direito e a autonomia de formar sua família tal como melhor lhe aprouver, ou seja, a Constituição Federal garante a liberdade quanto a vontade de casar, separar, divorciar, escolher o regime de bens, modificá-lo e, atualmente, até mesmo garante a liberdade de formação de uma família fora dos padrões convencionais, formada por pessoas do mesmo sexo.

Ainda, o princípio em questão se relaciona diretamente com o princípio da autonomia privada, que também deve existir no âmbito do Direito de Família. A autonomia privada é muito bem-conceituada por Daniel Sarmiento (SARMENTO, 2005, p. 62) como “o poder que a pessoa tem de auto-regulamentar os próprios interesses”.

Quando temos a liberdade de escolher com quem vamos namorar, casar, conviver, ter filhos, estamos pondo em prática o princípio da liberdade ou autonomia privada, que embora seja usual no universo contratual, é também aplicável nas relações familiares, uma vez somos livres para escolher com quem iremos nos relacionar. Aliás, essa é a redação do artigo 1.513 do Código Civil em vigor, cuja redação elenca que “É defeso a qualquer pessoa

de direito público ou direito privado interferir na comunhão de vida instituída pela família” (BRASIL, 2002, WEB).

Sendo assim, o Estado ou mesmo um ente privado, não pode intervir coativamente nas relações de família.

Homossexualidade, discriminação e seus reflexos

Sexualidade e orientação sexual

A sexualidade é termo de difícil conceituação, e guarda relação como a forma com que cada pessoa lida sobre o sexo, ou seja, expressões de desejo, prazeres, em relação ao outro ou a si. Para Foucault, a sexualidade significa:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1997, p. 100).

O termo sexualidade representa um universo de significado e foi conceituado por Favero como termo paradoxal, assim apontando:

O termo “sexualidade” nos remete a um universo onde tudo é relativo, pessoal e muitas vezes paradoxal. Pode-se dizer que é traço mais íntimo do ser humano e como tal, se manifesta diferentemente em cada indivíduo de acordo com a realidade e as experiências vivenciadas pelo mesmo (FAVERO, 2005, WEB).

A sexualidade tem, portanto, conceito controvertido e, por isso, é deveras abrangente, uma vez que encontramos significados se relacionam com as necessidades básicas do ser humano, como desejo, contato, intimidades, expressão emocional, prazer, carinho,

amor. Tem nascedouro nas relações humanas e evolui com a sociedade.

O consenso comum, porém, aponta que a sexualidade é parte integrante da personalidade dos indivíduos e, portanto, é assegurado o direito à sexualidade, que é explicado por Malveira, citado por Lima e Rangel:

(...) o Direito à sexualidade, que não denota apenas a prática do sexo em si, mas também, da abstinência até a liberdade de dispor do seu corpo, é o direito de exercer a sua sexualidade da forma que melhor lhe aprouver, que mais lhe trazer prazer”. Sendo este um direito em que o indivíduo irá realizar-se da maneira mais satisfatória e prazerosa, e coletiva, ao passo que, a uma sociedade só pode subsistir se seus cidadãos têm uma vida sexual ativa (MALVEIRA, 2013, *apud*, LIMA; RANGEL, 2017, WEB).

A sexualidade tem também íntima relação com o sexo biológico e o gênero, sendo que o primeiro diz respeito ao órgão sexual, sendo pênis para homem e a vulva para a mulher e a classificação é feita ao nascer e com base no órgão sexual é definido o gênero da pessoa, se masculino ou feminino.

Nessa ocasião, a designação sexual da pessoa é realizada com base apenas no exame da genitália externa, ou seja, de seu sexo morfológico, dado presumivelmente imutável, iniciando-se sua masculinização ou feminilização. Assim, é possível designar o recém-nascido como pertencente ao sexo feminino ou masculino, o que constará de seu registro civil (CAMARGO, 2011, p. 22).

Acredita-se que a designação sexual da pessoa está relacionada com a sua genitália, mas, o psicológico do indivíduo pode não ser compatível com o seu corpo biológico, afetando da mesma forma o seu jeito de se relacionar sexualmente com outras pessoas, surgindo então o vocábulo “orientação sexual”, que se originou no decorrer do século XIX, no intuito de tentar

compreender as manifestações sexuais divergentes das normas morais e religiosas vigentes (PEREIRA, 2016, WEB).

A orientação sexual, portanto, abrange, desde a homossexualidade até a heterossexualidade, incluindo os varios aspectos da bissexualidade, e se diferencia do comportamento sexual, “porque diz respeito aos sentimentos e autodeterminação” do indivíduo (FRANSCSCHINI, 2016, WEB).

Sendo assim, a orientação sexual embora tenha relação com a sexualidade, com ela não se confunde, uma vez que a orientação sexual tem a ver com a manifestação de vontade do indivíduo a respeito de com quem quer se relacionar, se com homem ou mulher ou se com os dois e a sexualidade, por sua vez, é mais abrangente e se refere a expressão do desejo de cada indivíduo.

Discriminação pela orientação sexual no âmbito família

Apesar da orientação sexual, revestida pela homossexualidade, estar amplamente difundida, e estarmos em uma era de evolução dos costumes e conceitos pré-estabelecidos, ainda existem muito preconceito e discriminação, notadamente quando as relações se tornam públicas.

A primeira discriminação acontece no âmbito familiar, a primeira dor de um homossexual por sua orientação sexual, por não condizem com sua condição morfológica, o primeiro sentimento ruim vem da família.

Nesse momento, é interessante colacionar trecho do trabalho desenvolvido por Salatiel Alves dos Santos (SANTOS, s/d, WEB) a respeito da discriminação e conseqüências que os homossexuais sofrem quando revelam sua orientação sexual aos familiares:

Alguns gays têm um grande problema de auto aceitação, às vezes pelo fato de seus pais também não aceitarem a homossexualidade, esse fator tem levado muitos gays a entrarem na depressão, por que já é difícil lidar com a sociedade, e ainda ter que lidar com seus pais, quem deveria mais apoiar, dar as costas. De acordo com Singly (2013,

p. 14), "é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos". Desse modo é preciso o reconhecimento da família, para que os LGBTs possam se sentir acolhidos. Embora quando um filho revela ou é descoberto por seus familiares, segundo Borrillo (2010), o menos ruim que se ocorre é a homofobia liberal, quando a homossexualidade não é vista como legítima, mas ela pode ser tolerada, desde quando o indivíduo não apareça com comportamentos gays e não apresente nenhuma ação do mesmo. Então, muitos preferem ficar escondidos, maquiando com um namoro de sexo oposto só para agradar aos pais, também para não perder aquele convívio agradável que tem com sua família. Em uma pesquisa de campo, a psicóloga Lívia Gonsalves Toledo entrevistou uma menina chamada Julia, a respeito do texto acima. Julia diz:

Eu penso que, se eu contar, eles [irmãos de Júlia] podem muito bem conversar com os meus pais e a situação toda mudar. Ficar muito melhor para mim. Mas, ao mesmo tempo que eu penso, eu falo: 'Putz. Será que eu não posso acabar com tudo isso?'. [...] acabar com todo esse carinho que a gente tem um pelo outro. Posso estragar a família por causa disso (Narrativa de Júlia, 19 anos) (TOLEDO, 2013, p. 232).

Do relato acima, podemos concluir que a discriminação e o preconceito são dolorosos em todos os aspectos, ter que enfrentá-los é um grande desafio, e isso se agrava quando o preconceito nasce no seio da família, lugar onde se aprende que o amor é construído, onde buscamos apoio.

O comportamento preconceituoso da família foge ao conceito de família, a sua própria finalidade, pois a discriminação de um filho, neto, sobrinho, por ter optado a relacionar-se com alguém do mesmo sexo é um tanto retrogrado e não representa o atual modelo de família, qual seja, aquele que tem como base o afeto.

É sabido que diversas são as nuances psicológicas embutidas no comportamento preconceituoso, porém, sem adentrar nessa seara, perante o universo jurídico, tal comportamento é completamente contra os preceitos estabelecidos, notadamente os

princípios vigentes no ordenamento jurídico, em especial o da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da afetividade.

A discriminação precisa ser combatida dentro do seio da família, para que possa permear para a sociedade.

Considerações finais

Do que foi trabalhado, podemos concluir que a família sofreu enormes mudanças desde o surgimento da humanidade, evoluiu na medida em que a sociedade evoluiu, passou por diversos modelos e, atualmente, se apresenta de múltiplas formas. O fato mais relevante é que, hoje, a família se funda no afeto. Se não há afeto, não há família, diferente das famílias patriarcais, em que o modelo se embasava na economia,

Percebemos que os princípios inerentes ao direito de família visam resguardar todos os direitos e garantias de cada indivíduo e da família como um todo, todavia, embora sirvam de embasamento para todo o ordenamento jurídico, embora o estado tenha teoricamente protegido os direitos fundamentais, o cenário real continua discriminatório e subjugado a manter uma marcha caminhando sempre rumo ao nefasto e silencioso estado de opressão, causados por marcantes conflitos conjugais não importando sequer, a desastrosa intervenção estatal, presente a essas horrendas situações, que mantêm discriminando os indivíduos pelo sexo, idade, ou até mesmo cor.

O Estado, na condição de protetor da família, deve implementar políticas de conscientização familiar, no sentido de demonstrar o quão importante é o respeito as escolhas feitas por seus entes, no quanto isso refletirá na vida de cada um. Somente assim os homossexuais conseguirão voltar os olhos para suas famílias em busca de referências e apoio.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CAMARGO, Marina Carneiro Leão de. **A tutela jurídica da pessoa transexual**. Curitiba: EdUFP, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11.ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2016.

FAVERO, Cíntia. **O que é sexualidade?** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sexualidade/o-que-e-sexualidade/>2013> Acesso em: 01 ago. 2019.

FRANCESCHINI, Rebeca. **Proibição da discriminação por orientação sexual**. Disponível em: <<https://beccafrances6.jusbrasil.com.br/artigos/412773368/proibicao-da-discriminacao-por-orientacao-sexual>> Acesso em: 12 ago. 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil: Direito de Família- As famílias em perspectiva constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LIMA, Anderson Petilde; RANGEL, Tauã Lima Verdan. Sexualidade, direito e dignidade da pessoa humana: o reconhecimento da liberdade sexual como integrante do mínimo existencial. **Boletim Jurídico**. Uberaba/MG, a. 13, no 1487. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/4321/sexualidade-direito-dignidade-pessoa-humana-reconhecimento-liberdade-sexual-como-integrante-minimo-existencial>> Acesso em: 12 ago. 2019.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil: Direito de Família a Sucessões**. 5 ed. São Paulo Saraiva, 2009.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil: famílias**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PEREIRA, Ycaro Coelho. **Elementos para compreensão da discriminação por orientação sexual**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54430>> Acesso em: 03 ago. 2019.

ROCHA, Maria Luiza Barbosa da; SILVA, JÓ Geovane Maciel da; FERREIRA, Oswaldo Moreira. Os princípios constitucionais da família. **Boletim Jurídico**. Uberaba/MG, a. 13, no 1565. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/4739/os-principios-constitucionais-familia>> Acesso em: 03 ago. 2019.

SANTOS, Salatiel Gomes. **Descriminação na família; a mais dolorosa das homofobias**. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/psicologia/discriminacao-na-familia-a-mais-dolorosa-das-homofobias.htm>> Acesso em: 10 ago. 2019.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

TEPEDINO, Gustavo. **A Parte Geral do Novo Código Civil: Estudos na Perspectiva Civil- Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

O IMPACTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT NA SUA CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE

Dilermando Aparecido Borges Martins
Lislei Teresinha Preuss

Introdução

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) é considerada uma população historicamente vulnerável em razão de suas características pessoais, de modo que há espaço para este grupo, como segmento da sociedade civil organizada, em Conferências voltadas para a discussão em direitos humanos e a proteção de sua dignidade enquanto indivíduos (POGREBINSCHI, 2012).

Ressalta-se que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, prevista no artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Em linhas gerais, “[...] a dignidade da pessoa humana é preceito basilar que impõe o reconhecimento de que o valor do indivíduo, enquanto ser humano, prevalece sobre todos os demais” (MOTTA, 2019, p. 156).

A doutrina elenca a vulnerabilidade a partir de diversos aspectos que podem influenciar na vida dos indivíduos. Carmo e Guizardi (2018), em uma revisão de literatura, abordam o conceito de vulnerabilidade a partir do entendimento de que alguns seres humanos estão mais suscetíveis a danos devido à sua cidadania fragilizada. Assim, todo o contexto em que estes indivíduos se inserem fazem parte da sua condição de vulnerabilidade, afetando-os diretamente.

Para as autoras, a desigualdade social interfere de modo que os direitos básicos se tornam distantes, havendo a necessidade de uma contrapartida pelo Estado na execução de políticas sociais. Ou

seja, são “[...] situações de desigualdade, que marcam a diferenciação no usufruto de direitos por parte dos cidadãos, da mesma forma que tencionam as políticas sociais” (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6).

Neste sentido, a população LGBT pode ser analisada neste contexto, o que a torna uma população vulnerável, acarretada especialmente pelas violências que sofre no dia a dia. Ao longo deste artigo, são demonstradas as formas de violência nas quais esta população está exposta, que podem decorrer tanto de forma física quanto psíquica, abalando inclusive a sua saúde mental.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo relacionar os conceitos de vulnerabilidade e as violências sofridas pela população LGBT, a fim de demonstrar como estes fatores motivam para que este grupo seja considerado vulnerável. Primeiramente, são elencados os conceitos de vulnerabilidade aceitos pela doutrina. Em seguida, demonstradas as formas de violência que a população LGBT tem sofrido. Posteriormente, aponta-se a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao equiparar a homotransfobia ao crime de racismo, analisando como isto pode impactar na violência sofrida por este grupo.

Para tanto, a metodologia aplicada como ferramenta para responder aos objetivos é pesquisa bibliográfica e revisão de literatura de caráter histórico e crítico. Ou seja, verificar como a literatura aborda os marcadores vulnerabilidade e violência, focadas na população LGBT, para realizar uma crítica e correlacionar as duas categorias de análise – verificando se estas estão ou não interligadas.

Vulnerabilidade: conceitos importantes para a compreensão do grupo LGBT

O conceito de vulnerabilidade pode ser compreendido a partir de diversas áreas do conhecimento. O presente trabalho parte de uma concepção pautada na saúde pública, realizando uma análise

inicial desta noção de vulnerabilidade para, enfim, compreendê-la no contexto da violência contra a população LGBT.

De acordo com José Carvalho de Mesquita Ayres *et al.*, (2006), a vulnerabilidade pode ser entendida, no campo da saúde, a partir de três dimensões distintas, mas que estão de alguma forma interligadas: a vulnerabilidade individual, social e programática.

A dimensão individual está relacionada à infecção pelo vírus HIV/Aids, de modo que o indivíduo está mais suscetível a este tipo de contaminação a depender do grau de informação que possui ou o tipo de vida que leva. Ou seja, quanto menor o grau de informação de um indivíduo, maiores são os riscos que ele tem de se contaminar, tornando-se vulnerável. Neste sentido, as campanhas de prevenção e conscientização tornam-se fatores preponderantes para a redução da vulnerabilidade (AYRES *et al.*, 2006).

A dimensão social avança um pouco mais por considerar que existem outros fatores para além da dimensão individual que acarretam em vulnerabilidade, afetados por questões culturais, materiais, políticas e morais. Assim, toma-se por base “a estrutura jurídico-política e as diretrizes governamentais dos países, as relações de gênero, as relações raciais, as relações entre gerações, as atitudes diante da sexualidade, as crenças religiosas, a pobreza, etc” (AYRES *et al.*, 2006, p. 397). Ou seja, não se trata apenas da exposição do indivíduo em si, mas de fatores que circundam a sua realidade social e que a influenciam de alguma forma.

Por fim, a dimensão programática considera que as instituições governamentais possuem papel relevante na redução destas vulnerabilidades, através de seus espaços como escola, família, serviços de saúde, dentre outros. Valoriza-se a qualidade dos serviços, recursos, competências, comprometimento, dentre diversos outros fatores que melhoram tanto as condições sociais quanto as individuais, buscando elementos para a superação da vulnerabilidade.

Tratando-se de violência contra a população LGBT, a vulnerabilidade social se apresenta como mais próxima à temática.

Isto porque as condições de vulnerabilidade estão mais associadas à dificuldade no acesso à garantia de direitos e proteção social, o que precariza o acesso a serviços, recursos que colaboram para uma vida com qualidade (CARMO; GUIZARDI, 2018).

Esta falta de acesso a direitos e proteção social apresentados pelas autoras pode ser corroborado nos estudos de Janczura (2012), que entende a vulnerabilidade como fator decorrente da carência e exclusão, podendo ser melhorada a partir do acesso a bens e serviços básicos, tais quais nutrição, saúde, habitação, segurança pública, dentre tantos outros cuja prestação é um dever do Estado.

Embora a vulnerabilidade seja uma concepção utilizada na área da saúde, Ayres *et al.* (2006) compreendem que é possível “emprestar” tal conceito para outras áreas de conhecimento, possibilitando assim uma análise voltada para a população LGBT.

A vulnerabilidade pela qual passa a população LGBT expõe este grupo a uma violência maior, decorrente de sua desigualdade social, vez que está associada a diversos fatores como raça, idade, etnia, pobreza, escolaridade, dentre tantas outras. Todos estes fatores em conjunto compõem elementos capazes de agravar a condição deste grupo, que sofre inclusive um abalo em sua saúde (PAULA; SILVA; BITTAR, 2017).

Mas não são apenas estes fatores voltados para a prestação estatal que determinam a vulnerabilidade dos LGBT. Parker (2013) avança em seus estudos sobre estigma, preconceito e discriminação, ao afirmar que as desigualdades sociais que incorrem na exclusão dos indivíduos estão ligadas à estrutura e poder. Neste sentido, são as relações de poder que interferem no modo pela qual a população LGBT seja colocada em um processo de exclusão social.

Para o autor:

a discriminação tem sido vista como uma espécie de resposta comportamental causada por estas atitudes negativas – ou, como por vezes tem sido descrita na literatura, como uma forma efetivada de estigma ou preconceito. Em acepções mais populares, tanto o estigma

quanto o preconceito têm sido considerados, em certo sentido, como a teoria, e a discriminação como a prática. Estabeleceu-se, então, uma nítida distinção entre ideias, atitudes ou ideologias, e suas consequências comportamentais e ações discriminatórias. Essa distinção entre pensamento e ação, por sua vez, tem servido como ponto de partida para aqueles que procuram intervir, particularmente em relação às consequências do estigma, do preconceito e da discriminação na saúde. Muitas intervenções se concentram nos pensamentos percebidos como determinantes das práticas discriminatórias, procurando modificar as atitudes negativas e reduzir os níveis das atitudes de estigma ou preconceito, para assim obter resultados na redução da incidência dessas práticas (PARKER, 2013, p. 28-29).

Deste modo, a vulnerabilidade social da qual a população LGBT está sujeita gera ações estigmatizadoras que incorrem em diversos tipos de violência. Destacam-se aqui o desrespeito ao uso do nome social, o preconceito, a heteronormatividade em relação às mulheres lésbicas, a falta de aceitação social e a violência em si, seja física ou psicológica. Estas espécies de violência são determinantes para compreender a vulnerabilidade em que este grupo se encontra, conforme abordado a seguir.

Violência como fator preponderante para a condição de vulnerabilidade

Conforme apontado, são diversas as formas de manifestação da violência sofridas pela população LGBT. Entende-se o preconceito como uma categoria transversal, posto que é motivadora de todas estas exteriorizações de opressão. A manifestação destas violências, motivadas pelo preconceito, se materializam por meio da discriminação, conforme demonstrou Parker (2013).

Uma destas manifestações está presente no desrespeito ao uso do nome social, que afeta diretamente a saúde mental de travestis e transexuais (BRASIL, 2013). Este desrespeito se apresenta como

um tipo de violência, uma vez que causa constrangimentos desnecessários e ataca diretamente a identidade de gênero adotada pelo indivíduo, em sua particularidade. Em termos de saúde, Silva *et al.* (2017) demonstram que o respeito ao uso do nome social se apresenta como uma forma de acolhimento e vínculo entre os usuários do Sistema Único de Saúde/SUS e o usuário ali presente, de modo que sua violação se traduz em uma violência causadora de um dano à saúde do paciente como um todo.

Outra forma de violência está voltada para as mulheres lésbicas, que sofrem por sua dupla condição de vulnerabilidade: o fato de ser mulher e também por fazer parte da população LGBT. Esta manifestação ocorre devido à característica machista e heteronormativa da sociedade, onde aquilo que foge deste padrão é uma forma de desvio, no qual as mulheres não cumprem com seu papel de reprodutora, vista então como mal resolvida e de desejos sexuais reprimidos (TOLEDO, 2008). Logo, ressalta a teoria de Parker (2013) sobre o preconceito sendo materializado por meio da discriminação, causando também um abalo na vida destas mulheres e, por conseguinte, uma violência.

A violência física é aquela cuja materialização se torna mais evidente. São diversas as notícias que demonstram como a intolerância são motivadoras para que este grupo seja atacado de modo cruel e constante. A título exemplificativo, citam-se três reportagens que comprovam tal fato: em um caso ocorrido na cidade de Araguaína, no Tocantins, um homem foi acusado de tentar estuprar sua própria filha ao descobrir que ela mantinha um relacionamento com outra mulher. Em seu entendimento, ela deveria “virar mulher”, o que ocorreria por meio da violência sexual (G1, 2016).

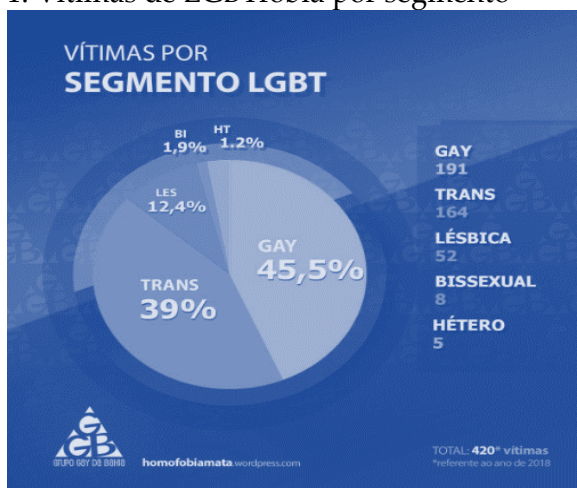
Em outro caso, um universitário foi vítima de homofobia e espancado por seis homens na cidade de Santos, litoral de São Paulo. As agressões foram físicas e psíquicas, por meio de alguns xingamentos preconceituosos, dentre eles o de que o jovem deveria ‘apanhar para deixar de ser veado’. Ainda, houveram agressões

físicas como socos na cara, cotoveladas, joelhadas, chutes e tapas (G1, 2018).

Por fim, um terceiro caso retrata o espancamento sofrido por uma travesti na cidade de Fortaleza, no Ceará. Dandara dos Santos, de 42 anos, foi espancada por um grupo de homens até a morte e teve seu vídeo divulgado em redes sociais. As agressões ocorreram por meio de xingamentos, além de socos e chutes, uso de pedaço de madeira e chinelo para as lesões (G1, 2017).

Estes são apenas exemplos de como a violência contra a população LGBT impactam diretamente na sua condição de vulnerabilidade. Existem inúmeros outros casos que são retratados constantemente pela mídia e comprovam que esta vulnerabilidade existe. O Grupo Gay da Bahia, organização não governamental que trabalha em prol da população LGBT no Brasil, produz relatórios anuais com levantamentos sobre a violência sofrida por este grupo.

QUADRO 1: Vítimas de LGBTfobia por segmento



(Fonte: Grupo Gay da Bahia, 2019)

Em seu último relatório, do início de 2019, o Grupo Gay da Bahia aponta que foram registrados 420 assassinatos no ano de 2018 no Brasil. De acordo com as estatísticas, a cada 20 horas um LGBT

foi morto ou cometeu suicídio em território brasileiro. O quadro acima demonstra qual a porcentagem de vítimas por segmento e qual a causa da morte.

O relatório aponta, também, que as três principais causas da morte são arma de fogo, com 29,5%; suicídio, com 23,8%; e arma branca, com 23,6% (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019). Ressalta-se que o preconceito é tão grande a ponto de pessoas heterossexuais serem mortas por, no entendimento dos agressores, serem confundidos com membros da população LGBT ou por terem alguma ligação com estes. Mais uma vez, a manifestação do preconceito ressaltado por Parker (2013) se apresenta no caso concreto brasileiro.

Ao compreender que a vulnerabilidade é causada por fatores variáveis que circundam a vida dos indivíduos, infere-se que a violência contribui para tal característica desta população. O preconceito é um dos fatores que acarretam nesta vulnerabilidade, bem como motiva a violência devido a homofobia individual ou institucional (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019).

Portanto, conclui-se que a violência, seja ela física ou psicológica – como os desrespeitos, preconceito, dentre outros elencados – são fatores que contribuem para que a população LGBT seja considerada vulnerável, demonstrando a necessidade de uma política pública capaz de reduzir tais efeitos.

Neste sentido, recente manifestação do Supremo Tribunal Federal surge como ferramenta para inibição desta violência, vez que penaliza aqueles que cometem crimes motivados pelo preconceito em si.

Criminalização da homotransfobia: um caminho para a redução da violência contra a população LGBT

No início do ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal se posicionou sobre a violência sofrida pela população LGBT, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO 26. A ação foi ajuizada por parte do Partido Popular Socialista/PPS e pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e

Transexuais/ABGLT, com objetivo de declarar a mora constitucional por parte do Poder Legislativo ao não criminalizar a homotransfobia (STF, 2019).

Além disto, os autores visavam uma interpretação por parte do Supremo para equiparar a homotransfobia ao crime de racismo, em uma interpretação constitucional favorável à população LGBT. Neste sentido, estaria a Corte Suprema interpretando o artigo 5º da Constituição Federal, de modo a garantir os direitos e liberdades fundamentais previstos no ordenamento jurídico vigente (STF, 2019; BRASIL, 1988).

O entendimento de que a homotransfobia seria um crime de racismo tem como fundamento o preconceito sofrido por parte da população LGBT. Conforme apontam os autores da ação:

a homofobia e a transfobia constituem espécies do gênero racismo, na medida em que racismo é toda ideologia que pregue a superioridade/inferioridade de um grupo relativamente a outro (e a homofobia e a transfobia implicam necessariamente na inferiorização da população LGBT relativamente a pessoas heterossexuais cisgêneras que se identificam com o próprio gênero). Acrescenta que a homofobia e a transfobia inequivocamente se enquadram no conceito de discriminações atentatórias a direitos e liberdades fundamentais, donde enquadradas, nesta hipótese subsidiária (caso não se as entenda como espécies do gênero racismo), no disposto no art. 5º, inc. XLI, da CF/88, que, no presente caso, impõe a elaboração de legislação criminal que puna tais condutas (STF, 2019)

Neste sentido, por oito votos a três, os Ministros entenderam que é possível equiparar a homotransfobia ao crime de racismo, realizando uma interpretação conforme a Constituição. Ainda, os Ministros declararam a mora constitucional por parte do Poder Legislativo, fixando o entendimento de que este deve criar um tipo penal para qualquer forma de preconceito/violência sofrido pela população LGBT (BBC, 2019).

Enquanto o Legislativo não estatui acerca da violência voltada para a população LGBT, deve-se seguir o entendimento da

Suprema Corte, ou seja, aplicar o crime de racismo para os casos de homotransfobia. Tal crime está previsto no art. 5º, inciso XLII da Constituição Federal, que assim prescreve: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988, p. 1).

Neste sentido, a criminalização surge como avanço para que o Estado possa punir os agentes responsáveis por crimes ocorridos contra este grupo considerado vulnerável. Conforme demonstrado, a violência sofrida pelos LGBT tem sido fator preponderante para resultados cruéis, como lesões e mortes.

A partir do entendimento do Poder Judiciário, estarão abarcadas inclusive as violências psicológicas, que também são motivadas pelo preconceito. Este tipo de punição apresenta-se como um avanço no cenário jurídico brasileiro, além de um passo inicial para que a vulnerabilidade deste grupo seja reduzida. Resta saber como será a aplicabilidade desta nova interpretação constitucional nos casos concretos.

Tendo em vista os dados apresentados acerca da violência, a possibilidade de aplicação do crime de preconceito é uma forma de coibir as manifestações de ódio por parte de grupos intolerantes, ainda que a efetividade, de fato, se dará com o tempo. Ainda assim, trata-se de um avanço na ordem jurídica e social brasileira.

Considerações finais

O objetivo inicial deste trabalho é correlacionar o conceito de vulnerabilidade e a violência sofrida pela população LGBT. Com o entendimento de que a vulnerabilidade está interligada a fatores externos à vontade do indivíduo e que estes estão relacionadas com o preconceito, por exemplo, é possível compreender que tais marcadores estão conectados.

A bibliografia apresenta a vulnerabilidade alicerçada na saúde como marcador inicial, mas evidencia que este não é um conceito restrito, podendo ser utilizado inclusive nas áreas sociais. Associando-se aos dados sobre violência contra os LGBT, seja causada

psicologicamente, por meio do preconceito e desrespeito, quanto fisicamente, resultando em lesões e mortes, são fatores que contribuem para que este seja considerado um grupo vulnerável.

A vulnerabilidade social é fator que contribui para tal característica, por considerar os diversos fatores que afetam a vida do indivíduo. Esta vulnerabilidade se acentua quando associada ao preconceito sofrido pela população LGBT, manifestada na forma de discriminação.

A partir deste entendimento, confronta-se a teoria da vulnerabilidade aos casos concretos de violência contra o grupo, ocorridos fisicamente ou psicologicamente, mais uma vez reforçados pelo preconceito. O desrespeito ao uso do nome social, o machismo e a heteronormatividade também colaboram para que travestis, transexuais e mulheres lésbicas se enquadrem na categoria vulnerabilidade.

A interpretação constitucional por parte do Supremo Tribunal Federal surge como uma possibilidade da redução ou, ao menos, da punição dos responsáveis por estes crimes voltados para a população LGBT. Daqui para frente, serão nos casos concretos que a aplicabilidade será demonstrada, sendo um papel dos membros do Poder Judiciário assegurarem este entendimento da Suprema Corte.

Assim, os resultados recentes das mortes de LGBT, bem como a violência sofrida por eles nas variadas formas, associado com a literatura relativa a vulnerabilidade, permite concluir que estes fenômenos estão diretamente associados.

Referências

AYRES, J. R. C. M. *et al.* Risco, Vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G. W. S. *et al.* (org.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 871 p.

BBC. **STF aprova a criminalização da Homofobia**. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>> Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. – Brasília: 1 ed., 1. reimp. – Ministério da Saúde, 2013.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2018, 34 (3) p. 1-14.

G1. **Homem é suspeito de tentar estuprar filha lésbica para fazê-la ‘virar mulher’**. 12 de Janeiro de 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/01/homem-e-suspeito-de-tentar-estuprar-filha-lesbica-para-faze-la-virar-mulher.html>> Acesso em: 12 set. 2019.

G1. **Polícia investiga homicídio de travesti que foi espancada até a morte no CE**. 04 de Março de 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/policia-investiga-homicidio-de-travesti-que-foi-espancada-ate-morte-no-ce.html>> Acesso em: 12 set. 2019.

G1. **Turista gay é espancado por grupo em SP e post viraliza: ‘Não foi minha escolha’**. 12 de Julho de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/turista-gay-e-espancado-por-grupo-em-sp-e-post-viraliza-nao-foi-minha-escolha.ghtml>> Acesso em: 12 set. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBT morta no Brasil**. Relatório GGB 2018. Disponível em <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2019.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago/dez 2012.

MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**. 28ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

PARKER, Richard. Intersecções entre estigma, preconceito e discriminação na Saúde Pública Mundial. In: MONTEIRO, Simone;

VILLELA, Wilza (orgs.). **Estigma e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PAULA, C. E. A.; SILVA, A. P. ; BITTAR, C. M. L. Vulnerabilidade Legislativa de grupos minoritários. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, dez 2017.

POGREBINSCHI, T. Conferências Nacionais e Políticas Públicas para Grupos Minoritários. **Ipea**. Rio de Janeiro, jun 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1741.pdf> Acesso em: 14 mar. 2019.

SILVA, L. K. M. *et al.* Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 27 [3], p. 835-846, 2017.

STF. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 Distrito Federal**. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMAM.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2019.

TOLEDO, L. G. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Assis: UNESP, 2008. 234 f.

CLARICE LISPECTOR E O TRABALHO FEMININO: ARTIGO PARA A REVISTA ACADÊMICA A ÉPOCA (1941)

Kaoana Sopelsa

Introdução

O seguinte trabalho apresenta um recorte da proposta que está sendo desenvolvida para a tese de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, com orientação do professor Doutor Losandro Antônio Tedeschi e, portanto, parte do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (Cátedra UNESCO) e financiamento de bolsa de doutoramento pela CAPES.

Na busca pela visibilidade da escrita lispectoriana de cunho jornalístico, pouco difundida pelas pesquisas históricas, este trabalho é focado em um dos primeiros artigos publicados por Clarice Lispector, intitulado “Deve a mulher trabalhar?”¹ (1941), na revista *A Época* (1906-1960) - pertencente ao corpo discente da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde Clarice foi discente -. A Análise do Discurso foucaultiana, unida com a História das Mulheres e da Imprensa permitem que a pesquisa teça relações entre o contexto histórico (inter)nacional, a biografia da família Lispector até o ano de

¹ O artigo faz parte da compilação organizada e apresentada por Aparecida Maria Nunes Clarice na cabeceira: *jornalismo* (2012), pela editora Rocco. A autora, com formação em Letras, recentemente publicou um artigo, no periódico *Caderno Espaço Feminino*, intitulado “Falas entrecruzadas, o viés feminista na produção midiática de Clarice Lispector”, onde analisa o artigo utilizado aqui como fonte, em junção com outras publicações de Clarice. Entretanto, a busca por pesquisas históricas similares não apresentou outras produções. O texto foi, inicialmente, publicado nos anais da IV Jornadas do LEGH (UFSC) - <https://jornadasdolegh.cfh.ufsc.br/>

1941, os dispositivos² do discurso patriarcal brasileiro e a escrita de autoria feminina, sendo as informações significativas para informar brevemente sobre o cenário mundial e sua influência sobre o Brasil, assim como o elucidando o posicionamento e a forma de escrita adotada pela autora.

O artigo escrito por Clarice, enquanto estudante de direito, demonstra a preocupação da autora sobre o Direito Feminino ao trabalho, por entender que contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se fazia favorável à temática, mesmo o governo ditatorial do Estado Novo (1937-1945) mostrando-se conservador. É relevante enfatizar que a história da família Lispector, todos imigrantes, vivendo no Brasil em condições limitadas, esclarece a motivação de escrita do artigo. As entrevistas que realizou com outros discentes de direito, todavia, revelaram discursos que servem de indicativo sobre o posicionamento da sociedade brasileira do período, frente ao trabalho remunerado, quando realizado por mulheres, e a naturalização/normatização do gênero feminino.

Para quem conhece Clarice enquanto romancista, escritora de contos ou crônicas; ou esposa de diplomata; ou ainda moradora do Leme (bairro de elite), no Rio de Janeiro; o trabalho faz mais do que analisar um discurso, abordando problemas enfrentados na Ucrânia que resultaram em imigrações – ainda que de forma breve -, história de mulheres (Clarice, Tania e Elisa) no Brasil da primeira metade do século XX, a estratégia para suprir a mão de obra masculina em tempos de guerra e um retrato do país em tempos de ditadura.

Metodologia

A adoção da Análise do Discurso Francesa, de Michel Foucault, se justifica pelo entendimento de que o funcionamento discursivo

² Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

perpassa a linguagem, alcançando o social, o corpo, a moral, as instituições, passando por interdições que, segundo a definição do autor:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (...) Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisso não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2011, p. 9-10).

Tendo a condição de imigrante e a história da família Lispector, assim como a ditadura do Estado Novo influenciado o contexto histórico vivido por Clarice, os discursos trazidos em seu artigo - seja o dela própria, seja das pessoas que entrevistou – são mais bem compreendidos por esta metodologia, em aliança com a História da Imprensa, utilizada como dispositivo de poder pelo governo varguista, através da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O DIP foi utilizado, como elucida Lenharo (1986) para censurar e controlar as manifestações dentro do governo, que dizia agir em nome da moral e da virtude cívica, impondo um pensamento conservador, através da “[...] propaganda e da educação [como] instrumento de adaptação do homem à nova realidade político-social” (p. 17), cabendo, portanto, seu enquadramento enquanto dispositivo disciplinador funções sociais dos universos femininos e masculinos como distintos entre si, pensando no casamento como instituição auxiliadora do Estado e da Igreja, ou seja, onde a conduta a ser adotada pelas mulheres definia-se pelo matrimônio, trabalho doméstico e maternidade.

O viés empregado pela História das mulheres, nas palavras de Michelle Perrot (2017), apresenta “Um desejo análogo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana, sustentou o esforço das historiadoras nesses últimos anos” (p. 180). Essa presença real que relata mulheres ocupando espaços e transbordando os limites patriarcais elitistas que as definiram, por muito tempo na História, enquanto submissas, possibilitam um contraponto enriquecido com o uso concomitante da categoria gênero.

A categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. Esta categoria de análise permite reescrever a história, levando em conta o conjunto das relações humanas, sempre lembrando que a relação entre os sexos produz saberes e verdades (COLLING, 2015, p. 28).

Enquanto as delimitações patriarcais se apoiam na natureza biológica dos corpos para legitimar a discriminação sofrida pelas mulheres, a breve História das Mulheres, das filhas de Pedro Lispector – especialmente de Clarice, auxiliam nesse reescrever histórico, objetivo em comum com a categoria gênero. É delas que se escreve, na sequência.

Referências históricas e biográficas

No final do século XIX, assistiu-se no Brasil à instauração do regime republicano, ao surto da industrialização e à imigração, trazendo como consequência a urbanização ao país. Como analisa Albuquerque Júnior (2013), a República colocou-se a partir da insatisfação com o Império brasileiro, na figura de um imperador senil, sem energia, desvirilizado. A figura republicana, inspirada no positivismo e na noção de mulher sofredora, cuidadora e do amor preocupou os homens brasileiros.

Dessa forma, o “tom másculo” do primeiro período republicano se colocou “sob o domínio dos militares”, com atuação de pessoas que pertenciam à antiga política imperial, em que: “Nem todo progresso [uma das palavras mantidas desde a Proclamação da República em nossa bandeira] seria benéfico, era preciso conciliá-lo com as melhores de nossas tradições”. Viu-se o “medo de uma alteração de poder entre homens e mulheres” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 95).

Concomitantemente, no início do século XX, a família Lispector³, de raízes russas, ucranianas e judaicas – como define Nádía Batella Gotlib (2014) -, iniciou o processo forçado de migração⁴, fugindo de perseguições antissemitas, decorrentes da Guerra Civil Russa (1918-1923⁵). Passaram, os cinco integrantes (pai, mãe e as três filhas) pela Moldávia, Romênia, Hungria até a Alemanha – entre assalto e porões transformados em abrigo (*pogroms*), quando embarcaram em um navio que os levou a Maceió (1922), primeira residência brasileira, onde abraçaram seus nomes, por proteção, e onde se inicia a difícil adaptação. Em pouco tempo, mudaram-se para Recife (1925) e residem no Bairro da Boa Vista – tradicionalmente habitado por judeus -, mas a condição miserável pouco se transformou.

Elisa, por ser a filha mais velha do casal, tinha lembranças mais vívidas sobre os acontecimentos relatados. Em vida, desenvolveu dez livros, somando 40 anos como literata. Suas obras apresentaram cunho autobiográfico, relatando muitos agouros sofridos por sua família. Dentre eles, figura-se a situação discriminatória e violenta, em

³ A maior parte das informações biográficas sobre Clarice Lispector e sua família foram retiradas da obra *Clarice: uma vida que se conta*, de Natália B. Gotlib. Ver mais em GOTLIB, N. B. **Clarice: uma vida que se conta**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

⁴ As chegadas de imigrantes no Brasil ultrapassaram 386 mil pessoas, no período entreguerras. Ver mais em FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

⁵ Conflito armado ocorrido depois da dissolução do Império Russo, entre o governo bolchevique, ex-generais czaristas, anarquistas, republicanos liberais, nacionalistas, separatistas e estrangeiros, todos desejosos pela implementação de seu sistema. Ver mais em: HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

decorrência da perseguição antissemítica; e a condição econômica de insuficiência frente as necessidades básicas de sobrevivência (HENRIQUE; ARRUDA, 2013).

Pedro Lispector trabalhava como mascate, enquanto Mania, sua esposa, sofria de degenerescência do sistema neurológico – devido a um trauma ocorrido em uma ofensiva bolchevique -, perdendo gradativamente os movimentos. Foi Elisa, a filha mais velha, quem assumiu o trabalho doméstico, o cuidado com as irmãs menores e com a mãe adoentada, que faleceu em 1930, aos 41 anos. Sua formação pela Escola Normal - escola que instruía, com grade curricular distinta, homens e mulheres para serem professores – possibilitou o trabalho remunerado lecionando em Recife, durante alguns anos (HENRIQUE; ARRUDA, 2013).

A partir de 1930, o Brasil foi envolvido no fim da República Oligárquica, o que se seguiu com a deposição do presidente Washington Luís e posse de Getúlio Vargas (1930-1945) como chefe do Governo Provisório, juntamente a medidas como a dissolução do Congresso Nacional. Vargas iniciou sua visão autoritária e oportunista de governo. O Ministério do Trabalho foi criado e foram promulgados o voto secreto e do voto feminino e, aos poucos, foi reconhecido como “pai dos pobres”.

Entretanto, o acesso à cidadania feminina não significava, na prática, maiores mudanças em prol da emancipação. Raquel Discini de Campos (2009), ao analisar a imprensa paulista do período, observa que:

em razão da emergência da ditadura do Estado Novo, símbolo maior do que significava a modernização conservadora em curso. Ao mesmo tempo, a moralidade sexual das mulheres e a harmonia familiar, que estavam supostamente fora de ordem nos anos de 1920, em fins da década de 1930 já não assustava tanto – quem sabe porque parte das famílias estivesse realmente normalizada, quem sabe porque o imaginário sobre a sexualidade feminina, as modas ou sobre a infância estivesse efetivamente se transformando (CAMPOS, 2009, p. 26).

O discurso patriarcal, onde Vargas ocupava o papel de liderança, nas palavras de Lenharo (1986), “O chefe que conduz a multidão nada mais é do que o prolongamento da autoridade paterna e a família o primeiro grupo e o mais importante dessa cadeia que ata o indivíduo ao coletivo nacional (p. 46), utilizava a família como dispositivo disciplinador, promovendo a união entre os cidadãos brasileiros, ao mesmo tempo que pretendia manter os privilégios de gênero existentes. Mas, como aponta Albuquerque Júnior (2013), havia argumentos para o convencimento dessa hierarquia. Em exemplo, a afirmação de que a mulher “não teria preparo emocional para exercer a vida pública”, portanto, o “sentimentalismo” feminino “era desejável na vida política do país desde que fosse exercido de forma indireta, atenuado pelo senso de realidade do homem” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 94). Desta forma, a sugestão emancipatória mantinha-se sob controle, ainda que com a aparência de progresso para o gênero feminino.

A história das irmãs Lispector aponta oportunidades de estudo público para meninas e mulheres, seja a nível de educação básica ou profissional. Ainda assim, Pedro Lispector preocupava-se com as condições de vida da família. Em busca de melhores oportunidades, decidiu mudar-se com as filhas para o Rio de Janeiro (1935), na capital brasileira – poupando-as, ainda que em desconhecimento, da expulsão antissemita que ocorreu no colégio onde estudavam. Na cidade, após algumas dificuldades para conseguirem emprego, a primogênita Elisa – última integrante da família a chegar, devido ao trabalho em Recife - entrou no funcionalismo público federal, atuando em nível internacional, e colaborou em periódicos brasileiros (HENRIQUE; ARRUDA, 2013).

Mas os ânimos mostraram-se acirrados. Movimentos como a Ação Integralista, de cunho fascista, e a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda, nasceram no período, seguido de novas eleições, que elegeram Vargas como presidente. Em pouco tempo, apareceu a União Nacional dos Estudantes e o Congresso foi reaberto, para logo ser fechado novamente – e a situação agravou-se com a extinção dos partidos políticos.

A ditadura do Estado Novo (1937-1945) foi instaurada através de um golpe civil de apoio militar que não apresentou mobilizações, pela ação contra os comunistas e contenção do movimento popular, que agradou a elite brasileira. Além disso, grande parte dessa elite mostrou-se satisfeita com as propostas de incentivo ao crescimento da indústria nacional e de substituições de importações. Vargas como promulgou uma nova Constituição, inspirada em ideais nazifascistas e regulou a expulsão de estrangeiros através de um decreto, evidenciando o antissemitismo presente no país, que acumulava a presença do movimento Integralista, liderado pelo escritor Plínio Salgado, cujos membros ficaram conhecidos como “espancadores de judeus”.

No Rio de Janeiro, em 1937, Clarice disputou – e conseguiu - vaga para o concorrido curso preparatório para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, acumulando aos estudos o trabalho com aulas particulares de português e matemática. Logo, em 1939, tornou-se discente do Curso de Direito na Universidade do Brasil (UFRJ)⁶, trabalhando durante três meses como secretária, depois por pouco tempo em um laboratório. Por fim, passou a traduzir textos científicos para revistas.

Pedro Lispector apresentou problemas de saúde, e precisou de uma cirurgia de extração da vesícula biliar, falecendo em 1940, com 55 anos, em ocorrência de complicações pós-cirúrgicas. Tania, já casada, acolheu as irmãs em seu pequeno apartamento, destinando a Clarice o quarto da empregada, e a Elisa, a sala.

⁶ A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO funciona em um edifício histórico no Centro do Rio de Janeiro. Depois da Independência do Brasil, o prédio passou a abrigar o Senado Imperial, cujas salas testemunharam importantes episódios da história nacional como, por exemplo, a assinatura da Lei Áurea em 1888. Com a Proclamação da República, o prédio continuou a sediar o Senado Federal até 1924. No dia 12 de maio de 1920 ocorreu a fusão de duas Faculdades, criadas em 1891. Surge, então, o nome FACULDADE NACIONAL DE DIREITO, por ocasião da criação da primeira Universidade brasileira, a Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Fonte: <<http://www.direito.ufrj.br/index.php/corpo-discente/2-sobre>>. Acesso em: 02 out. 2019.

Sobre Tania, encontram-se menos informações do que sobre Elisa, cujas obras vêm sendo retomadas em estudos acadêmicos voltados para literatura e biografia. Apesar do site Correio⁷ do Instituto Moreira Salles, informar que Tania foi funcionária pública, os anos (início e fim) de sua atuação profissional não são mencionados, ainda que o casamento (1938) e o nascimento da filha Márcia (1940) sejam datados. Todavia, Tania, utilizando o sobrenome do também judeu marido – Kaufmann, publicou cinco obras, durante sua vida, com estreia em 1975.

As irmãs compartilharam mais do que a filiação, a história imigrante e a condição econômica precária, mas essas interdições trazem sentido a escrita do artigo de Clarice. Todas trabalharam em cargos governamentais, e todas se aventuraram na escrita. Clarice e Elisa foram colaboradoras da imprensa brasileira e tiveram seu tempo ensinando crianças, ainda que as aulas particulares de Clarice pareçam ínfimas frente ao lecionar de Elisa.

Essa História das Mulheres que trabalharam faz parte de Clarice.

Clarice na/e a História da Imprensa

A falta de identificação de Clarice com o Direito, somada ao desejo de escrever a levou, em 1940, ao escritório de Lourival Fontes, então Ministro de Propaganda e responsável pela direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Obtendo sucesso com a empreitada, iniciou o trabalho como redatora na Agência Nacional, sendo logo transferida para o jornal *A Noite*, como repórter, podendo ser considerada uma das precursoras femininas no cargo, a nível nacional (GOTLIB, 2013, p. 169-170).

O governo ditatorial de Vargas mostrou grande interesse pela imprensa brasileira, promovendo sua modernização, com a instalação de uma fábrica de papel de imprensa, no Paraná e realizando a distribuição da produção impressa, através dos Correios. Em

⁷ Endereço eletrônico, com o perfil de Tania Kaufmann. Disponível em: <<https://correioims.com.br/perfil/tania-kaufmann/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

contraponto, a censura fez-se presente, punindo quem ousasse transpor os limites da escrita, com publicações consideradas impróprias.

A outra face da repressão mostrou-se através de benefícios aos jornalistas “sensíveis às necessidades do executivo”, cuja escrita demonstrasse preocupação com “a paz, a ordem e a segurança pública” (DE LUCA, 2015, p. 171-172). Ao distribuir dinheiro oficial para a imprensa e cargos públicos aos jornalistas, Vargas encontrou um meio de “cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder” (DE LUCA, 2015, p. 172), em tempos onde os jornais serviam como publicidade para a escrita literária, também beneficiada financeiramente pelo ditador.

Nesse contexto, Clarice esteve vinculada ao governo e, ao mesmo tempo, mostrou-se “engajada com projetos acadêmicos”, como membro do “Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – Caco – um dos redutos antifascistas de então” (GOTLIB, 2013), por exemplo. Apesar de soar como contradição o vínculo de Clarice com o Caco e com o emprego público, nomes reconhecidos da literatura brasileira figuraram entre os membros do Centro Acadêmico, desde a sua fundação, em 1916, e sua história mostra uma crescente representatividade nacional – o que pode ter sido a motivação da participação de Clarice que, ainda na condição de imigrante russa/judia, procurou posicionar-se de forma estratégica em sua escrita. Nas palavras de Nunes:

(...) havia nela o entusiasmo e uma temática recorrente: os conflitos das relações afetivas entre casais. “Triunfo”, publicado na revista Pan, e “Eu e Jimmy”, na revista Vamos Ler!, ambos em 1940, antecipam a presença de protagonistas decididas, colocando em xeque, às vezes de forma bem-humorada, a crítica em relação à subserviência da mulher no amor (NUNES, 2019, p. 171).

Essa subserviência da mulher no amor, a qual Nunes se refere, tem relação direta com a autoridade patriarcal presente no país, que naturalizava e distinguia homens e mulheres através do ponto de

vista biológico – o que não fazia sentido, para Clarice, que chegou ao ponto de insistir, quando ainda residia em Recife, para que um professor lhe explicasse a diferença entre os homens e as mulheres (GOTLIB, 2013).

Cursando o 3º ano de Direito em 1941, Clarice foi redatora da revista acadêmica *A Época*⁸ (1906-1960), onde publicou dois artigos: “Observações sobre o Fundamento do Direito de Punir” e “Deve a mulher trabalhar?”. É sobre o segundo a análise a seguir.

Com base no que Clarice chama de “Grande Guerra” – o que não deixa claro se a referência é para a Primeira (1914-1918) ou para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) - ela reflete sobre as atividades femininas, com perguntas como “Deve ou não dele ela estender suas atividades pelos vários setores sociais? Deve, ou não, voltar suas vistas também para fora do lar?”. A autora afirma que “Num momento de crise, haviam apelado para seu auxílio. Sua reação surpreendeu o mundo e, sobretudo, a ela mesma, provando-lhe qualquer coisa de absolutamente novo: a mulher também “pode”” (LISPECTOR, 2012, p. 71).

Essa exposição midiática intenciona enaltecer o desempenho feminino no trabalho remunerado, ao mesmo tempo que defende o direito ao seu exercício. A escrita estratégica utilizada por Clarice perpassa a argumentação sobre o recrutamento do trabalho feminino durante as Guerras Mundiais, aproveitando a abertura internacional para tratar da temática, em meio à censura brasileira.

De acordo com Maisa dos Santos Tuasca (2019), o recrutamento feminino para o trabalho fabril aconteceu em ambas as guerras – deixando aberta a dúvida sobre a intenção de referência de Clarice. A Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial, produziu os cartazes de recrutamento feminino para o trabalho em fábricas de munição, na agricultura e enfermagem, por exemplo.

⁸ A revista *A Época* circula de 1906 a 1960 e é distribuída em todas as escolas de Direito do país, divulgando artigos assinados por nomes representativos da intelectualidade da Faculdade Nacional (NUNES, 2019, p. 150).

Tuasca (2019) apresenta ainda um cartaz produzido pelo artista russo Aleksandr Ródtchenko, onde uma mulher – aparentemente do proletariado, com o cabelo envolto em um lenço – branda: “Livros! De todos os ramos do conhecimento” (p. 43), feito durante o período entreguerras. Em outro cartaz russo analisado pela autora, cuja autoria permanece desconhecida, têm-se o retrato da mulher fabril durante Revolução Russa (1917), ocorrida durante a Primeira Guerra Mundial – é significativo mencionar que a revolução está diretamente relacionada com a tomada de poder bolchevique do território russo, responsável pela imigração forçada da família Lispector -, se assemelha ao de Ródtchenko. Na revolução, as mulheres operárias reivindicaram, entre outras coisas, o exercício de profissões restritas aos homens. Suas conquistas resultaram em um batalhão soviético feminino de franco-atiradoras que lutaram contra as tropas nazistas (Idem).

A frase que Clarice utiliza, de que a mulher também pode, traz à memória os cartazes de recrutamento feminino feitos pelos Estados Unidos da América, afim de suprir a mão de obra masculina ocupada com a guerra – o que não significa que o trabalho feminino não tenha sido empregado na Segunda Guerra Mundial, como demonstra o caso russo e o atendimento das enfermeiras nos campos de batalha, por exemplo.

Entretanto, a grande maioria dos cartazes estadunidenses datam de 1942 em diante, ou seja, pelo menos um ano depois da publicação de Clarice. O cartaz intitulado *She's WOW – Woman Ordnance Worker* (ela é mulher operária), de Adolph Treidler, semelhante em vários aspectos ao produzido por J. Howard Miller, em 1943, com a fala *We Can Do It!* (Nós podemos fazer isso) – onde a proximidade com a frase empregada por Clarice se visualiza.

No artigo, Clarice afirmou que “as legislações mais adiantadas abrem um capítulo regulador de suas atividades”, lê-se o trabalho feminino remunerado, defendendo sua posição e incentivando pensamentos semelhantes. Na sequência, realizou a “enquete” – as aspas constam na fonte – entre os estudantes de direito, definidos por Clarice como membros de “Uma Faculdade de Direito, onde se

aprende a aceitar a evolução e consolidá-la em leis” (LISPECTOR, 2012, p. 72), demonstrando não só a expectativa sobre a consolidação e aceitação da posição em defesa dos direitos femininos, mas caracterizando posicionamentos destoantes como atrasados.

As respostas, entretanto, aproximaram-se da proposta patriarcal varguista, difundida, entre outros dispositivos, pela Imprensa. Uma das entrevistadas responde que “Seu papel [da mulher], no lar, é bastante absorvente e sério para que ela procure além dele, outro campo de atividade” (LISPECTOR, 2012, p. 72). A aluna, mesmo estando no processo de desenvolvimento para a atuação profissional, não almejava pô-la em prática.

Um aluno, em contraponto, “considera que a mulher nasceu para se dedicar exclusivamente ao lar, à família”. Frente a resposta, Clarice o desestabiliza, perguntando se ele nota alguma diferença no nível intelectual entre os colegas masculinos e femininos. O entrevistado, ainda que relutante, responde que não. Portanto, apesar da presença universitária das mulheres, não se esperava delas o exercício profissional, ainda que o desempenho acadêmico estivesse equivalente ao masculino – desbancando o argumento patriarcal sobre a inferioridade intelectual feminina.

As respostas seguintes elencam o trabalho feminino somente em casos de necessidade econômica, mesmo que a mulher apresente condições de competir e de superar os homens (p. 73); ou preocupam-se com a “feminilidade” da mulher que trabalha, considerando adequado seu exercício profissional quando adequado à “natureza feminina”, usando o exemplo das professoras, mas acrescentando que o vínculo empregatício deve ser rompido com a vinda dos filhos.

O discurso predominante, ainda que entre jovens acadêmicos, não destoou do conservadorismo governamental, que naturalizava como destino feminino o casamento, onde as mulheres atuavam como esposas e mães, independente de sua formação acadêmica. As distinções entre homens e mulheres hierarquizaram a sociedade, através de outros dispositivos, como a legislação.

A continuidade da tutela dos homens sobre as mulheres fica exemplificada quando se verifica a longevidade do Código Civil de 1916, que vigorou até o ano de 1943. O Código legalizava o trabalho das mulheres desde que elas obtivessem a permissão do cônjuge para exercer qualquer ofício fora de casa. Ao mesmo tempo, prescrevia que as casadas tomassem o sobrenome do marido, além de somente poder aceitar herança, ou abrir conta bancária, com sua autorização (CAMPOS, 2009, p. 119-120).

Limites traçados através do discurso machista legitimavam o domínio masculino sobre várias atividades femininas, como elucidada a citação acima. Nesse raciocínio, as mulheres se casavam e permaneciam dedicadas ao lar ou atuavam em profissões consideradas como extensão do lar, como “secretárias, professoras, enfermeiras, donas de lojas de artigos femininos, decoradoras, costureiras, cabeleireira, manicure, pedicura, etc.” (PUGA, 2015, p. 645).

A construção patriarcal que distinguia e separava homens e mulheres em relação ao trabalho, nas palavras de Vera Lúcia Puga (In. COLLING; TEDESCHI, 2015), chamada “divisão sexual do trabalho reservou para os homens uma esfera produtiva e valorizada pela sociedade enquanto às mulheres coube outra esfera: a reprodutiva” (Idem, p. 644), elucidando o discurso presente no artigo.

Entretanto, como ressalta Puga (2015), escravas e mulheres brancas pobres sempre precisaram lutar por sua sobrevivência, ainda que, para isso, somassem as responsabilidades domésticas e maternas. Evidencia-se, portanto, o contraste entre a condição econômica dos alunos entrevistados que, ao considerarem o trabalho feminino remunerado como opção para aumento de renda, ignoravam seu entorno, onde o exercício desse trabalho era irremediável – que se aproxima da história de Clarice e de suas irmãs.

O discurso elitista e patriarcal sobre o trabalho produtivo e remunerado levava em consideração como esse encargo representava a utilidade do homem na produção social, enaltecendo sua autoridade. Ao fazer dele um cidadão útil, trazia também

reconhecimento pessoal por sua contribuição. Portanto, a divisão sexual do trabalho, observada discursivamente, serve como dispositivo de poder para consolidar a autoridade patriarcal, extrapolando o ambiente familiar.

É preciso escrever uma história que, de acordo com Perrot (2005), desconstrua o estereótipo do gênero feminino, ou seja, que demonstre como “a maternidade não constitui sua imutável missão”. Para tanto, a narrativa histórica precisa buscar “escritas femininas [...] que permitem acompanhar seu surgimento como sujeitos”, revelando as “tensões cotidianas” e os “jogos de poder” contidos nas relações entre os gêneros, além de observar que o conceito de mulher é construído e pensado com finalidades predeterminadas, a partir, por exemplo, dos “sistemas educativos, seus princípios e práticas” (p. 502).

Considerações finais

Quando se escreve sobre um autor, alguns problemas são apresentados. Junto com seu nome, vem sua história e sua obra. Não se trabalha mais este autor como uma pessoa comum, mas se atribui ao mesmo uma relação de apropriação, uma posição, determinados conceitos e contextos. Suas práticas discursivas são ligadas ao seu nome, à sua escrita esperando certa regularidade, certa demonstração de si mesmo, como uma classificação que supõe relação entre o que o autor produziu, e talvez até um padrão para a autoria. É como se se esperasse apenas uma forma de discurso, singular.

Entretanto, todo discurso está sujeito aos aplausos ou às punições. O texto é carregado de riscos. É o que ocorre quando se assina um pensamento. Nesse sentido, a busca pela produção midiática de Clarice apresenta um posicionamento referente ao seu histórico, seja enquanto mulher, seja enquanto imigrante russa/judia. A defesa pelos direitos femininos se mostra em sua escrita da mesma forma como o exercício do trabalho remunerado e da educação, para ela e para as irmãs.

O estudo, a capacitação e o trabalho produtivo feminino são temas recorrentes abordados por Clarice em sua produção

jornalística, mesmo quando contratada para escrever de forma aproximada à *Imprensa Feminina*, onde o destino da mulher deveria ser o casamento. Clarice demonstrou driblar as exigências que se colocaram entre sua forma de pensar e sua escrita, mesmo que o enfrentamento direto não tenha sido o caminho por ela percorrido.

Ainda que empregada pelo DIP em meio a censura institucional, seu vínculo com o Caco e o artigo que analisamos não se tornaram obstáculo para crescimento profissional. Em um dos primeiros contos publicados de Clarice, pela revista *Vamos Ler!* em 1940, nomeado “Eu e Jimmy”, seu tom desafiador já se faz presente:

Jimmy, pálido e desfeito, mandou-me para o diabo, a mim e às minhas teorias. Gritei-lhe nervosa, que não eram minhas essas maluquices e que, na verdade, só podiam ter nascido de uma cabeça despenteada e comprida. Ele gritou-me, mais alto ainda, que eu não entendera nada do que então me explicara com tanta bondade: que tudo comigo era tempo perdido. Era demais. Exigi uma nova explicação. Ele mandou-me de novo ao inferno.

Saí confusa. Em comemoração, tive uma forte dor de cabeça. De uns restinhos de civilização, surgiu-me o remorso.

Minha vó, uma velhinha amável e lúcida, a quem contei o caso, inclinou a cabecinha branca e explicou-me que os homens costumam construir teorias para si e outras para as mulheres. Mas, acrescentou depois de uma pausa e um suspiro, esquecem-nas exatamente no momento de agir... Retruquei a vovó que eu, que aplicava com êxito a lei das contradições de Hegel, não entendera palavra do que ela disse. Ela riu e explicou-me bem-humorada:

- Minha querida, os homens são uns animais (LISPECTOR, 2012, p. 37-38).

Clarice já demonstra a defesa da intelectualidade feminina, com histórias onde protagonistas se impunham e tinham ciência sobre o machismo, e sobre os privilégios masculinos resultantes dele.

Apesar da imposição patriarcal de limitar e naturalizar o trabalho doméstico e a educação dos filhos como funções femininas, caracterizando-as, ainda por cima, de forma pejorativa, secundária, a

escrita feminina trouxe a visibilidade que tornou possível transcender essa visão unilateral, hierárquica e desigual da sociedade. O acesso às informações, relatos, testemunhos e reflexões femininas permite que seja realizado um contraponto com as determinações masculinas, insistentes em legitimar “a sujeição das mulheres a seu corpo e a seu sexo” (PERROT, 2005, p. 501), como expõe o conto supracitado.

Os jogos de poder presentes entre os gêneros binários foram transformando a almejada emancipação feminina na sobrecarga. O acesso aos estudos e ao trabalho remunerado em cargos antes considerados masculinos, revelaram condições já vividas pelas mulheres menos afortunadas, com duplas e triplas jornadas de trabalho. A sobrecarga enfrentada é fruto da naturalização discursiva, que define como obrigação feminina o trabalho doméstico, a educação dos filhos e o cuidado dos idosos ou doentes. Em decorrência disso, a permanência nos empregos enfrenta dificuldades, pelas exigências sociais que permanecem machistas, cobrando das mulheres que se ausentem do trabalho remunerado para o cumprimento de funções que deveriam ser compartilhadas.

Nesse exercício de “não se intimidar”, de escrever o que achar necessário, como Nunes (2019) afirma que Clarice fez, a História das Mulheres e as desigualdades que a categoria gênero vem sendo construídas, combatendo o apagamento, a invisibilidade e a naturalização por tanto tempo promovidos por um discurso machista e elitista, que se diz defensor da família e dos bons costumes, como na ditadura varguista, mas que atua em prol de benefício próprio, revelando seu oportunismo, seu desejo de conservar – e até resgatar – privilégios, fechando os olhos para experiências que não sejam a sua própria.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino: invenção do “falo”:** uma história do gênero masculino. (1920 – 1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

- COLLING, A. M. e TEDESCHI, L. A. (org.) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- DE CAMPOS, R. D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- DE LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: DE LUCA, T. R.; MARTINS, T. L. (dir.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015 (p. 149-175). Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). Disponível em: <<http://www.direito.ufrj.br/index.php/corpo-discente/2-sobre>>. Acesso em: 02 out. 2019.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 2011.
- _____. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.
- GOTLIB, N. B. **Clarice: uma vida que se conta**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- _____. **Clarice fotobiografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- HENRIQUE, J. K. B.; ARRUDA, T. N. **O exílio de Elisa: a produção literária da primogênita Lispector**. XIII Congresso Internacional da ABRALIC: Internacionalização do Regional: Campina Grande, PB, 2013.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2ª. ed. – São Paulo: Papyrus, 1986.
- LISPECTOR, C. **Clarice na cabeceira: jornalismo**. In: NUNES, A. M. (Org.). **Clarice Lispector**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- NUNES, A. M. **Falas entrecruzadas, o viés feminista na produção midiática de Clarice Lispector**. Caderno Espaço Feminino:

Revistas femininas em debate (Brasil e Portugal no século XX). Uberlândia, MG, v.32, n.1, jan/jun. 2019. p. 149-174. Disponível em: <seer.ufu.br/index.php/neguem>. Acesso em: 01 set. 2019.

_____. Clarice Lispector jornalista feminina. In LISPECTOR, C. **Correio Feminino**. NUNES. A. M. (org). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PUGA, V. L. Trabalho feminino / profissões femininas. In: COLLING, A. M. & TEDESCHI, L. A. (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2015. p. 644-647.

SILVA, L. A. **A epistolografia das irmãs Lispector: nos intermúndios literários de Clarice**. Dissertação (mestrado) UFU, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/11908/1/EpistolografiaIrmãsLispector.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2019.

Tania Kaufmann. Disponível em: <<https://correioims.com.br/perfil/tania-kaufmann/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

TUASCA, M dos S. **A representação feminina nos cartazes de propaganda política veiculados durante a primeira e segunda guerra mundial**. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NAS CANÇÕES POPULARES MAIS TOCADAS NO BRASIL DE 2013 A 2018

Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto
Luana Regina Borges

Introdução

A música é arte, integra as mais diversas culturas, mostra-se em ritmos e timbres variados, é capaz de percorrer entre os diferentes meios sociais e atingir distintas faixas etárias, estilos, gostos, crenças. A música representa um instrumento que destaca as diferentes culturas presentes no Brasil.

Podemos encontrar com facilidade artigos científicos que tratam sobre a música, seu poder, o modo como ela se apresenta na educação informal, ou até mesmo como ela se torna a expressão de determinados grupos sociais, que por vezes são calados, dada as condições sociopolíticas.

Na história, os sujeitos se organizaram em torno da música para cantar a realidade brasileira. O sertanejo, por exemplo, trouxe para o público o conhecimento do sertão em versos bem “lamurosos”. O funk apareceu relatando a realidade da favela, evidenciando as desigualdades socioculturais existentes na comunidade. O baião destacou a região nordeste do nosso país, e assim muitos outros ritmos trouxeram a público quem eram os seus povos.

Ainda presentes na história, encontram-se os inúmeros cantores e compositores, principalmente do Rock e MPB, calados pela ditadura militar, que censurados procuravam denunciar em suas canções as atrocidades que o governo cometia contra a população. Acima de tudo, esta censura

[...] resultou do que se pode denominar como uma cultura da vigilância à liberdade de expressão, já inscrita na tradição paternalista da política brasileira, segundo a qual compete ao Estado, por meio do seu poder de polícia, a missão de controlar a sociedade, garantir a paz, a segurança, a ordem e a preservação dos modos de vida da coletividade, em defesa do bem comum. (SETEMY, 2018, p. 175).

Mesmo sendo-lhes impostos a vigilância, estes artistas fizeram de suas músicas os meios mais notórios de denúncias de um sistema autoritário e opressor que se fazia atuante no Brasil nos anos 60.

Mais do que representação de diversos lugares de mundo, a música acima de tudo representa as culturas. Por este motivo, a cultura machista também inspira letras que fazem sucesso, e muitas vezes passam despercebidas, pois em um contexto social machista, determinadas atitudes são comuns e validadas pela maioria, sendo valores e ideias naturalizados e reproduzidos por séculos.

Assim, nesta perspectiva, buscamos neste artigo analisar como as mulheres vêm sendo representadas na música brasileira a partir dos sucessos de 2013 até 2018. Para esta pesquisa não nos atentamos ao gênero musical, mas, somente utilizamos as músicas nacionais que entraram para o ranking como as 10 músicas mais tocadas nas rádios brasileiras, a fim de verificar como as mulheres são representadas nestas canções.

O ranking foi baseado nas análises da instituição *Crowley* que chegou ao Brasil em 1997 e faz parte de um sistema que analisa todas as rádios do Brasil e as músicas mais tocadas. O recorte histórico de 2013 a 2018 justifica-se em decorrência de não termos acesso direto aos dados produzidos pela instituição, assim, vamos utilizar neste artigo sites que publicaram o “ranking do ano” baseados no *Crowley*. Para esta pesquisa conseguiram-se sites que fizeram publicações anuais deste ranking somente a partir de 2013.

As músicas estão diretamente ligadas à cultura e está relacionada com o processo de educação informal, por este motivo

apresenta-se neste trabalho uma breve discussão sobre cultura e educação informal, a fim de compreender as significações destas músicas dentro do campo educacional.

Cabe ressaltar que as músicas, seus produtores e ouvintes não têm uma relação direta, mas dialética, assim o ouvinte também não é passivo nesse processo. No estudo da música devem ser levados em consideração diversos fatores e determinações, como explicita Neder,

Entende-se, portanto, o estudo da música popular como empreitada complexa, entrecruzamento das palavras, dos sons instrumentais, dos gestos, dos corpos, das vozes, das condições de produção, comercialização e transmissão, das mediações, das interferências produzidas pelos receptores que assim se inscrevem produtivamente no texto, e muitas outras variáveis, tudo se dando dentro do terreno complexo da cultura (2010, p. 191).

Por fim, a análise das letras das canções mais tocadas de 2013 a 2018, abre a discussão para um contraponto da visão que a sociedade brasileira tem sobre a mulher, e a relação desta visão com a materialidade e a estrutura social.

Cultura e música

O conceito cultura, segundo Gohn (2008) vem do latim, significando cultivo e cuidado com plantas e animais. Eagleton (2000), por sua vez, também explana, que a cultura descreve uma transição histórica, uma dialética entre o natural e o artificial, pois os meios culturais utilizados para transformar a natureza, também têm sua origem na própria natureza. Deste modo, os seres humanos produzem a cultura, mas também são produzidos pela cultura e pela sociedade.

Assim, resumidamente, cultura são complexos de costumes, crenças, valores e práticas que compõem a vida de cada grupo. Neste sentido, a música, quando composta dentro de determinado

grupo, estará vinculada à cultura daquele lugar, ou à cultura dos sujeitos que a produziram.

Para Leontiev (1978), a cultura material e intelectual surge como modo de fixar e transmitir às próximas gerações as aquisições da evolução humana, assim “o movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com a educação” (p. 7). Entretanto, as aquisições culturais não são de acesso a todos, pois em decorrência da desigualdade de classes formada no processo histórico, “a concentração das riquezas materiais nas mãos de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração cultural intelectual nas mesmas mãos” (p. 8).

Deste modo, como esta minoria dominante possui os meios de produção material, e a maior parte dos meios de produção e disseminação da cultura intelectual, eles dominam e compartilham a cultura de acordo com seus interesses, produzindo uma cristalização desta mesma cultura. Muitas vezes esta cultura está destinada a justificar e perpetuar a ordem social, em geral, desviando a população de pensamentos emancipadores, como justiça e igualdade (LEONTIEV, 1978).

Este fato é percebido nas músicas quando se analisa as canções que têm um teor crítico, elas alcançam apenas uma pequena parcela da população. Já as músicas mais tocadas e comumente ouvidas pela maioria, fazem parte da homogeneização da cultura e retratam sobre as mesmas temáticas, em grande parte sobre relacionamentos amorosos, que não despertam nenhuma ou pouca reflexão crítica da realidade social.

Em contrapartida, no período estudado, surgiram músicas que retratam as desigualdades sociais, as doenças modernas, mas por não estarem dentro do padrão de consumo cultural massificado, elas não emplacaram nos rankings. Contudo, para estes casos onde as letras foram escritas a partir de um viés crítico, a fim de denunciar realidades, podemos lembrar Gohn (2008, p. 08) que ao discutir a homogeneização da cultura presente na globalização,

ressalta que para alguns grupos “[...] a cultura se transformou no mais importante espaço de resistência e luta social”.

McLaren (1977) também salienta que a classe dominante, por controlar a riqueza material e simbólica, busca pela cultura, práticas e representações sociais afirmar os seus valores e interesses. Para além disso, mas em constante relação com a estrutura social, a cultura abrange valores, práticas e ideologias que grupos compartilham para dar sentido a sua vida social. Portanto, a cultura tem relação direta com a materialidade, com as relações sociais e com o modo de produção da sociedade, pois essas normas, valores e ideias estão em relação com a materialidade. Todos estes em constante movimento e mudança.

Entretanto, Gohn (2008) também enfatiza que a cultura não é somente a ideologia da classe dominante, ela é também uma fonte transformadora, assim como Leontiev também enfatiza que a outra cultura, além da dominante, possibilita o que é mais puramente humano, que acumula as riquezas intelectuais e ideais.

Na sociedade atual, para além da desigualdade de classes e raça, ainda existe a desigualdade de gênero. Gênero, de acordo com Saffioti (2004), origina-se com o desenvolvimento da cultura na sociedade, antes os atributos somente sexuais e biológicos passaram a ter um significado, principalmente de poder. Deste modo, o conceito de gênero se refere às imagens e representações que a sociedade constrói sobre o masculino e feminino. Assim, é atribuído de acordo com o corpo biológico, as expectativas e papéis sociais que espera ser cumprido.

Desta forma, ao analisar as músicas que fizeram parte do ranking das mais tocadas, pode-se encontrar diversas referências às representações de gênero, ou seja, sobre o que pertence ao mundo masculino e ao universo feminino.

Já a cultura machista é então um sistema de ideias, crenças e valores para garantir a supremacia masculina, reforçando e legitimando a inferioridade feminina, sendo uma ideologia e cultura que é resultado de um longo processo histórico e social da

desigualdade entre o homem e a mulher (PINTO; MENEGHEL; MARQUES, 2007).

Castañeda (2006) ressalta que, apesar de alguns avanços para as mulheres, o machismo continua presente e por vezes muito camuflado em práticas, valores e ideias:

Poderíamos pensar que o machismo está desaparecendo pouco a pouco, graças às grandes mudanças socioeconômicas e culturais das últimas décadas. A industrialização, a urbanização, os métodos anticoncepcionais, a diminuição das taxas de fertilidade, o número crescente de mulheres que estudam e trabalham e o feminismo tiveram um impacto inquestionável nas relações tradicionais [...]. O machismo está tão profundamente arraigado nos costumes e no discurso que se tornou quase invisível quando não exerce suas formas mais flagrantes como a violência física ou o abuso verbal. No entanto continua presente em quase todos os aspectos da vida cotidiana de homens e mulheres [...]. O machismo atual opera por trás das aparências, em detalhes que talvez pareçam anódinos, mas que revelam um jogo de poder importante, pequenos detalhes que têm grandes consequências (p. 16-17).

Deste modo, a cultura se faz presente em diversos setores e tem relação direta com os processos educativos, pois de acordo com Gohn (2008) “a educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente” (p. 98). Esta mesma autora acrescenta que o meio de comunicação mudou a cultura, as relações sociais, as linguagens e comportamentos sociais. Deste modo, ela explana que a mídia além de ser um sistema de controle social, é também um espaço cultural e de conflitos.

Educação informal e música

A música pode ser amplamente explorada no campo da educação, mas estaria a educação presente dentro do universo musical? Educação é um termo amplo e pode acontecer de formas diferenciadas em instituições educacionais ou fora destas.

Mas, para compreender esta abrangência é necessário refletir um pouco em como a educação subdivide-se basicamente em três formas: educação formal, não formal e informal.

A educação formal ocorre dentro de instituições especializadas, que são criadas com o intuito de transmitir conhecimentos de forma sistematizada. Ou seja, refere-se ao "sistema educativo institucionalizado, graduado cronologicamente y jerárquicamente estructurado", es decir, al sistema escolar y sus instituciones tradicionales" (RUIZ, 1992, p. 100).

Deste modo, as músicas quando utilizadas dentro da sala de aula como um recurso didático estão inseridas em um contexto de educação formal. Elas podem contribuir com a avaliação que o professor faz de seus alunos, podem ser instrumentos que levem os alunos a uma reflexão, podem ser o elo entre o passado histórico e o presente, dentre outros diversos recursos que aqui poderíamos destacar.

Já a educação não formal consiste em uma atividade educativa que possui uma intencionalidade, porém, pode acontecer em espaços que não sejam propriamente escolares, como

[...] no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas Organizações Não-Governamentais, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa etc. (GOHN, 2008, p. 101).

Por último, tem-se a educação informal, que se difere das outras duas formas principalmente por seu caráter "espontâneo", embora as mídias também utilizem de seu poder de alcance para educar propositalmente. Conforme Gohn (2008, p. 100) "A educação informal ocorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores, como é o caso da educação familiar", além do mais, ela pode acontecer em qualquer espaço que o sujeito ocupe.

Devido às suas características, neste trabalho nos atentemos brevemente apenas na educação informal. Assim como explicitado acima, a educação informal pode acontecer naturalmente, por este motivo afirmamos que as músicas tocadas nas rádios influenciam informalmente na educação de crianças, jovens e adultos que se dispõem a ouvi-las e cantá-las em sua rotina, propagando suas letras e por vezes as internalizando.

Para Ruiz (1992) a educação informal pode acontecer por meio das experiências diárias e o contato com o meio ambiente, podendo acontecer em casa ou fora dela, viajando, lendo livros, escutando a rádio, também indo a cinemas e assistindo televisão.

O autor nos permite compreender como a educação informal acontece, e entendê-la é de fundamental importância para a análise deste trabalho sobre a representação das mulheres nas músicas brasileiras, pois ao passo que as crianças e jovens escutam a rádio, e ouvem essas músicas em outros meios midiáticos, eles aprendem a naturalizar uma visão estereotipada do gênero feminino que ali se apresenta.

Os jovens representam os consumidores das músicas populares que são veiculadas pela rádio, desta maneira, aprendem com estas músicas padrões de comportamentos da sociedade na qual estão inseridos, e além de aprender podem reproduzir os mesmos jargões, estereótipos ou criar um imaginário errôneo e machista acerca do gênero feminino.

Além do mais, aprendem a linguagem da misoginia, por estarem em constante contato e reproduzirem as canções sem nem mesmo analisar suas letras ou sem conseguir entender de imediato o real sentido presente neste cancionário.

Neste caso cabe à educação formal o desafio de preparar-se para orientar crianças e adolescentes a pensar criticamente sobre essas músicas que permeiam seu meio social.

[...] para a educação importa saber como se produzem os discursos que instituem diferenças, quais os efeitos que os discursos exercem, quem é marcado como diferente, como currículos e outras instâncias

pedagógicas representam os sujeitos, que possibilidades, destinos e restrições a sociedade lhes atribui (LOURO; NECKEL, 2003, p. 47).

De fato, a educação informal acontece de maneira inevitável, pois nela

[...] não há lugar, horários ou currículos. Os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural [...]. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência (GASPAR, 1990, p. 173).

Porém, a educação formal, sistematizada e institucionalizada, pode auxiliar na construção de novos significados e discursos a partir daqueles aprendidos informalmente.

A representação feminina

A mulher sempre foi representada nas músicas brasileiras. Deste modo, é necessário pensar o que é representação? Motta (2009) esclarece que ela configura “um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual” (p. 21 e 22), além disto, ela está em constante relação com a realidade, com a vida concreta, e também interfere de certo modo no desenrolar desta realidade. O mesmo autor ressalta que ao produzir um sistema de representações para legitimar a ordem social, produz também guardiões desse sistema, das representações e dos símbolos. Assim, a margem de liberdade e mudança sob as representações sociais, é bem restrita.

Marx e Engels (2007) ressaltam a materialidade das representações:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real.

[...] As representações que esses indivíduos produzem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural [...]. É claro que, em todos esses casos, essas representações são uma expressão consciente - real ou ilusória - de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política (p. 93).

Trabalhando contra este sistema, dentre as representações das mulheres presentes nas músicas brasileiras, podemos destacar Rita Lee que mostrou em *Pagu* que o feminino não deve estar dentro dos padrões impostos pela sociedade. E houve ainda Milton Nascimento que em 1978 consagrou a beleza e raça das mulheres em *Maria, Maria*.

Apesar de neste período também existirem canções negativas em relação à mulher, à medida que os anos passaram outras canções ganharam espaço em meio ao público jovem, músicas estas que trouxeram a exaltação do corpo feminino, mas não pela beleza ou resistência, e sim pelo destaque do corpo como patrimônio comum de todos.

Estas músicas, em específico, não causam desaprovação popular porque existe um imaginário social que permite que o corpo das mulheres seja tratado como público e não privado.

Assim, as músicas se propagaram nas rádios e por outros meios midiáticos, viraram destaques nos rankings nacionais, com conteúdos que degradam a mulher ou que não mostram respeito ou limites para com o corpo feminino. Como pode-se observar a partir da tabela, a maioria das músicas que estão entre as dez mais tocadas, dos anos de 2013 a 2018, são músicas do estilo sertanejo universitário. Pontes e Ribeiro (2016) explanam que o Sertanejo Universitário enaltece a vida dos jovens, tanto em baladas, como em bebidas e mulheres, naturalizando a representação da mulher como objeto sexual, colocando de modo natural a violência simbólica. Comumente, destaca-se o modo de dançar, as roupas curtas, de um modo pejorativo. Os mesmos autores ressaltam que

a música possui uma grande influência no imaginário coletivo, assim como na concepção de cultura transmitida aos jovens.

Tabela 1. As dez músicas mais tocadas de 2013 a 2018.

	2013	2014	2015
1º	Bruno & Marrone Vidro fume	Domingo de manhã Marcos & Belutti	Luan Santana Ecreve aí
2º	Luan Santana Te esperando	Luan Santana Cê Topa	Henrique e Diego com MC Guimê Suíte 14
3º	Show das Poderosas Anitta	Os 10 mandamentos do amor Eduardo Costa	Mudando de assunto Henrique e Juliano
4º	Vagalumes Pollo	O tempo não apaga	Victor & Leo part. Henrique & Juliano
5º	Amor de Chocolate Naldo Benny	Mozão	Bruno e Marrone Agora
6º	Jeito Carinhoso Jads & Jadson	Vou te amarrar na minha cama	Eduardo Costa Sapequinha
7º	Choro Leonardo	Flores em vida	Marcos e Belutti e Wesley Safadão Aquele 1%
8º	Amiga da minha irmã Michel Telo	Tudo com você	Isso Cê num conta Bruno e Marrone
9º	Na linha do tempo Victor & Leo	Sorriso Maroto com Jorge & Mateus Guerra Fria	Farra, pinga e foguete Bruno e Marrone
10º	Piradinha Gabriel Valim	Maus bocados Christiano Araújo	Vai vendo Lucas Lucco
	2016	2017	2018
1º	Seu Policia Ze Neto & Cristiano	Acordando o prédio	Coração Infectado Maiara & Maraisa
2º	Infiel Marilia Mendonça	Vidinha de Balada	Humberto & Ronaldo Ft. Jerry Smith Não Fala Não pra Mim
3º	Pronto Falei Eduardo Costa	Cadeira de Aço	Quem pegou, Pegou Henrique & Juliano

4º	Romantido Anônimo	Marcos & Belutti part. Fernando Zor	Sorte que Cê Beija Bem	Maiara & Maraisa	Nega	Bruno & Barretto
	5º	Medo Bobo	Maiara & Maraisa	Abre o Portão que eu Cheguei	Gustavo Lima	Ausência Marília Mendonça
6º	Vai me perdoando	Victor & Leo	Amante Não tem Lar	Marília Mendonça	Beijo de Varanda	Bruno & Marrone
	7º	Sosseguei	Jorge & Mateus	Loka	Simone & Simaria Ft. Anitta	Contramão Gustavo Miotto
8º	50 reais	Naiara Azevedo part. Maiara & Maraisa	Regime Fechado	Simone & Simaria	Prefiro Nem Perguntar	Diego & Victor Hugo
	9º	Esqueci você	Henrique & Diego	Ar Condicionado no 15	Wesley Safadão	Mc Lençol e Dj Travesseiro
10º		Que pena que acabou	Gusttavo Lima	Eu era	Marcos & Belutti	Oi Nego Jefferson Moraes part. Maraisa

Algumas letras incitam a violência contra a mulher ou o uso da força por parte do homem, como é o caso da música *Sapequinha* do cantor Eduardo Costa (6º posição, ranking 2015):

Eu não dou mole não, eu não dou mole não
 Ela vai ver que o caipira tem pressão
 Eu não dou mole não, eu joga ela nos meus braços
 Grudo ela no peito e tá feito um regaço

E ainda *Amiga da minha irmã* do cantor Michel Teló (8º posição - ranking 2013):

Ela só tem dezoito eu já tenho vinte e seis
 Tá me provocando, deixando sem controle
 Ela é amiga da minha irmã, não quero nem saber
 Eu vou pra cima, pra cima
 Ela é amiga da minha irmã, não quero nem saber
 Se ela é novinha, novinha

Estas músicas que disseminam a inferioridade do gênero feminino perante a força masculina são continuamente veiculadas nos espaços sociais, como a mídia, e tem como resultado histórico a propagação destas ideias para as novas gerações.

A cultura do estupro, da violência doméstica, a menção indireta à pedofilia ao usar termos como “novinhas”, a ideia de que a mulher pertence ao homem como um objeto do qual ele pode ter posse são repassadas ao público jovem de forma naturalizada pela cultura musical em nosso país. Outro exemplo é a música *Amor de Chocolate* do cantor Naldo (5º posição - ranking de 2013):

Eu não tô de brincadeira
Eu meto tudo, eu pego firme pra valer
Chego de maldade eu quero ouvir você gemer.

A violência e o abuso contra a mulher aparecem nos versos acima. A violência contra a mulher aumentou significativamente nos últimos anos, de 1.353 mulheres assassinadas em 1980, passou para 4.762 em 2013, um aumento de 252%, além disso, o Brasil é o quinto país com maiores taxas de homicídio de mulheres (WAISELFISZ, 2015). A violência letal contra as mulheres no país teve um aumento de 10% de 2006 a 2014, índice bastante significativo principalmente para as mulheres negras, já que a violência contra as mulheres brancas diminuiu, e contra as negras aumentou em 20% (BRASIL, 2016).

Segundo o Panorama de Violência Contra as Mulheres no Brasil (BRASIL, 2018) em 2015, houve uma pequena queda nos índices de violência letal em comparação com 2014, de 4,6 homicídios por grupo de 100 mil mulheres em decorrência de violência letal, em 2015 caiu para 4,4. Todavia, as diferenças entre os homicídios das mulheres brancas e negras ainda persistem. Cabe ressaltar que os índices são maiores do que quando entrou em vigência a Lei Maria da Penha, em 2006, pois o índice era de 4,2 homicídios. Em 2015, foram realizados 76.651 atendimentos referentes a relatos de violência contra as mulheres, desses relatos

“50,16% corresponderam a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas” (BRASIL, 2018, p. 11).

Os casos de estupro revelam muito da estrutura das relações sociais brasileiras, e também de como as mulheres são representadas na cultura, na mídia, e na música. De acordo com o Atlas de Violência (2018), que se refere a análise de dados de 2016, foram registrados nas delegacias 49.497 casos de estupro. Calcula-se que apenas 10% dos estupro são relatados, tendo uma estimativa dos outros 90% de 300 mil a 500 mil casos de estupro por ano.

Não obstante a violência física, ao reproduzir essas músicas também se reproduz um discurso secular que reforça o conceito de inferioridade da mulher perante o desejo masculino, como explana Bordieu (2018), se a relação sexual se apresenta como uma relação de dominação, esta relação esta construída sob a divisão entre masculino ativo e feminino passivo, e este princípio não somente cria, mas organiza e expressa o desejo masculino de posse, como uma dominação erotizada.

Cabe analisar a música *Vidinha de Balada* da dupla Henrique e Juliano (2º posição - ranking 2017):

Desculpe a visita, eu só vim te falar
Tô afim de você e se não tiver ‘cê’ vai ter que ficar
Eu vim acabar com essa sua vidinha de balada
E dar outro gosto pra essa sua boca de ressaca
Vai namorar comigo sim [...]
Se reclamar “cê” vai casar também

Além da ideia de ser inferior ao homem, a mulher ainda lhe pertenceria, similarmente como uma relação de um objeto e seu dono, a música expressa que a mulher não tem opção, não tem escolha. Esta concepção fora criada já nas civilizações gregas e como aponta o professor Tedeschi (2012, p. 17) este imaginário

sobre o feminino faz parte de uma “[...] construção histórico-filosófica dos vários discursos que em certa época conferiram um caráter científico e natural aos papéis da mulher, do que significa ser mulher”.

Engels (2007) também ressalta que a introdução da monogamia na história entra como forma de subjugação de um sexo pelo outro, assim “a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (p. 89), com a monogamia e o patriarcado o homem tomou posse e a mulher foi convertida em “escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução” (p. 78). Visando garantir a fidelidade da mulher, e a certeza da paternidade, a monogamia sempre foi somente para a mulher, ao homem era permitida a traição. Estas concepções e modos de relações, por mais que tenham alterado um pouco, ainda permanecem na estrutura, nas representações, e na cultura, como pode ser observado nas músicas de um modo implícito, sempre exaltando o casal romântico, a monogamia, o desprezo pela traição, e principalmente a posse do homem sobre a mulher está contida em diversas músicas.

Acontece que ainda vemos que o mesmo pensamento do século passado é reproduzido em versos românticos, como na relação de posse bem explícita na música *Vou Te Amarrar na Minha Cama*, da dupla Bruno e Marrone (6º posição - ranking 2014):

Vou te amarrar na minha cama
Só vai fazer amor comigo
Eu te quero e preciso

Castañeda (2006) ressalta que os meios de comunicação de massa e de cultura popular reforçam a divisão entre os sexos, reproduzindo estereótipos e a suposta superioridade masculina, dando sempre vantagens aos homens. Essas representações que são transmitidas, auxiliam a modelar a auto-imagem e os projetos de vida dos sujeitos.

Saffioti (1987) explana que no processo histórico e cultural foi ensinado ao homem concentrar seu prazer nos órgãos genitais, nas relações conjugais entende-se que a mulher é obrigada a prestar serviços sexuais ao companheiro, e nas outras relações a autora ressalta que “não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto” (p. 18). Entretanto, há os casos extremos de poder masculino, os de estupro, que contrariando a vontade da mulher, o homem a submete, pois segundo a ideologia machista ela não tem o direito de desejar, nem o direito de escolha (SAFFIOTI, 1987). Deste modo, as mulheres acabam sendo representadas muitas vezes somente como objeto sexual e de desejo, como na música *Piradinha* de Gabriel Valim (10º de 2013):

Quando chega na festa arrasa na pista
A galera olha, todo mundo quer pegar
Mas ela tá de boa só querendo dançar
Mas depois de um tempo, bebe e fica piradinha

Nesta canção há uma alusão ao abuso sexual, quando o homem se aproveita de uma possível situação de fragilidade, como pelo consumo de bebidas, por exemplo.

A música *Não Fala Não Pra Mim* da dupla Humberto e Ronaldo e participação do Jerry Smith (2º - 2018) retrata relações amorosas, mas também representa a mulher como um objeto, e de menção à uma saudade restrita ao universo meramente sexual:

Não fala não pra mim bebê
Se não eu morro de beber [...]
Ô bebê, sinto falta de te ver aqui
Sentando, quicando, beijando essa boca que era sua

De 60 músicas presentes no ranking, somente 10 são cantadas por mulheres, e em outra a mulher tem participação, as outras 49 músicas mais tocadas são todas de cantores homens. Vale ressaltar

que em alguns casos, aquelas canções cantadas por mulheres possuem compositores homens.

Algo que é perceptível nas mudanças de 2013 a 2018, é que em 2013 houve somente uma música cantada por uma mulher, no caso, a Anitta, em 2014 e 2015 não houve nenhuma entre as dez mais tocadas. Já em 2016, houve um aumento para três, em 2017 quatro, e 2018 trouxe uma dupla feminina na primeira posição. Tal aumento pode ser em decorrência de vários motivos, um deles é o fato de serem duplas também sertanejas, como Maiara & Maraisa, Simone e Simaria, outro fato é que parte significativa das letras seguem a mesma lógica das músicas cantadas por homens, somente invertendo os papéis.

Tal fato pode ser considerado um avanço, pois agora elas retratam o fato das mulheres também irem à balada, beber, falarem de traição, fatos antes normalmente descritos por homens, mas ainda são relatos vazios e não criticam a situação da mulher, nem a realidade. Há diversas músicas femininas que criticam a realidade e a situação da mulher, entretanto essas não se encontram no ranking, e normalmente tem um alcance limitado.

Entretanto, como ressaltam Castañeda e Saffioti, o machismo prejudica homens e mulheres, e também é reproduzido por ambos. Como é expresso em diversas músicas de cantoras, que, por vezes, as retratam como um objeto de sedução do homem, ou como inimigas de outras mulheres. A música Show das Poderosas, da cantora Anitta (3º lugar - 2013) é um exemplo disso, e se dirige a outras mulheres:

Que descem e rebolam
Afrontam as fogosas
Só as que incomodam
Expulsam as invejosas [...]
Solta o som que é pra me ver dançando
Até você vai ficar babando

As representações sempre vão traduzir num grau maior ou menor a estrutura social atual (BRONISLAW, 1985). Se a representação feminina, a mostra como um objeto, pode-se observar que na estrutura social as mulheres sofrem altos índices de estupro, violência doméstica e feminicídio.

Deste modo, Senra ressalta que se

Atentar para as representações de gênero na música popular é importante não apenas para entender como essas identidades são expressas num dado produto cultural, mas, também, porque esse artefato tem adquirido cada vez mais força ao longo da história da indústria do entretenimento. A centralidade da música popular na rotina urbana faz com que ela se configure como um poderoso meio de satisfação e, portanto, bastante disputado (2014, p. 148).

E apesar de todos os crimes cometidos contra elas, nosso país ainda naturaliza em suas músicas termos, frases e conceitos retrógrados que só disseminam e perpetuam um discurso misógino, que necessita ser quebrado com urgência.

Considerações finais

Ao analisar as músicas que compunham os rankings percebeu-se que a maioria das canções que estavam no topo das mais tocadas nas rádios, são músicas sertanejas, que retratam o amor romântico entre duas pessoas, ou separação, traição e sofrimento pela outra pessoa. Comumente as músicas mais tocadas retratam um amor muito grande, no qual se abriu mão de várias pessoas para ficar somente com uma, tal fato reforça a visão romântica e monogamia reproduzidas a séculos, que no seu âmago surgiu da dominação do homem sob a mulher, e da garantia de sua fidelidade.

Nesse lapso temporal de seis anos, as músicas tinham essa mesma reprodução, todas com letras muito parecidas, mesmo gênero musical, e por vezes mesmos cantores. Músicas acríticas, sem profundidade em nenhum tema, mas que mesmo na

superficialidade, retratam a mulher como um objeto sexual. Contudo uma das maiores mudanças nesses anos foi a quantidade de músicas femininas que aparecem nas mais tocadas, mesmo que em quantidades pequenas.

Ao analisar as canções mais tocadas, foi possível verificar que os conceitos de inferioridade do gênero feminino em relação ao masculino e a violência contra a mulher apareceram constantemente, em versos romantizados ou não.

Estas músicas tornam-se populares por agradarem grande parte da população, que se dispõe a reproduzi-las. São também, expressões de uma cultura machista que se materializa nas letras de canções que passam despercebidas por estarem naturalizadas no imaginário dos grupos sociais.

Apesar de as discussões sobre gênero ganharem espaço na última década, tanto no meio acadêmico quanto no meio midiático, ainda é considerado comum o uso dos estereótipos para definir o ser feminino, o que revela que o imaginário social criado acerca do que é ser mulher, ainda perpetua.

Por fim, os conceitos de violência contra a mulher, física, emocional ou psicológica, ainda soam como reflexo da sociedade machista nos discursos daqueles que produzem cultura. Tomar consciência de que misoginia não é arte, mas crime é uma ação educativa.

Referências

AIEX, Tony. **As 100 músicas mais tocadas nas rádios do Brasil em 2013**. Tenhomaisdiscosqueamigos. Reportagem de 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2013/12/18/100-musicas-mais-tocadas-nas-radios-brasil-em-2013/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BACZCO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In.: Leach, Edmund, *et al.* Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 6 ed. 2018.

BRASIL. **Panorama de Violência Contra as Mulheres no Brasil: Indicadores nacionais e estaduais**. Brasília: Senado Federal. Nº 2. 2018. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>>.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa Editora. 2006.

CONTIGO. **Consegue adivinhar as 100 músicas mais tocadas no Brasil em 2017?**. Contigo. 3 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://contigo.uol.com.br/noticias/ultimas/consegue-adivinhar-as-cem-musicas-mais-tocadas-no-brasil-em-2017.phtml>>.

CROWLEY. **Top 100 Brasil**. G1Globo. 31 de dezembro 2016. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2017/01/01/TOP-100-Brasil-Exclusivo-Para-a-Produ%C3%A7%C3%A3o-do-Fant%C3%A1stico-Crowley-2016-Chart.pdf>>.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. Rolo e Filhos das Artes Gráficas. 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; IPEA. **Atlas de Violência 2018**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf>.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. 4.ed - São Paulo: Cortez, 2008.

LEONTIEV, Alexis. **O Homem e a Cultura**. In_____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978. Pg. 261-284.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Boitempo Editorial. 2007.

ORTEGA, Rodrigo. **Rock nacional tem pior posição em rádios desde 2000; sertanejo domina.** G1. Globo. 18 de dez de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2014/12/rock-nacional-tem-pior-posicao-em-radios-desde-2000-sertanejo-domina.html>>.

PONTES, Thaise Fabrim; EDMÉIA, Aparecida Ribeiro. A representação da Mulher na Música de Estilo Funk Carioca e Sertanejo Universitário. In: Secretaria da Educação: Governo do Estado do Paraná. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE.** Versão Online. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_uel_thaisefabrim_pontes.pdf>.

RUIZ, Enrique E. Sánchez. **Cultura Política y Medios de Difusión - Educación Informal y socialización.** Comunicación y sociedade (DECS, Universidad de Guadalajara), núm. 21. mayo-agosto 1992, pp. 97 - 137.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SENRA, Isabela Zumba Mascarenhas. **Canções vadias: Mulheres, identidades e música brasileira de grande circulação no rádio.** Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13114/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Isabela%20Zumba%20Senra.pdf>>.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar.** Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018

SOBRINHO, Pedro. **Veja a lista das 100 músicas mais tocadas no Brasil em 2015, segundo ranking da Crowley.** Imirantefm. 06 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://imirante.com/mirantefm/noticias/2016/01/06/veja-a-lista-das-100-musicas-mais-tocadas-no-brasil-em-2015-segundo-ranking-da-crowley.shtml>>.

SUCESSO. **Ranking Crowley As músicas mais tocadas nas rádios do Brasil**. Sucesso. 10 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://web.portalsucesso.com.br/ranking?tipo=crowley&tc=brasil>>.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1. Ed. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM: A CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE-MS

Joice Souza Garcia

Introdução

O título deste trabalho que também dá nome à minha pesquisa de mestrado¹ refere-se à música Maria da Vila Matilde, de Elza Soares, premiada e bastante difundida nos meios de comunicação em 2015², ano em que a Casa da Mulher Brasileira (CMB) foi inaugurada na capital Campo Grande, em Mato Grosso do Sul.

A música revela a resistência feminina mediante o grito de uma mulher negra sob respaldo da Lei Maria da Penha (LMP). O refrão é repetido inúmeras vezes ao longo da canção e no final de cada estrofe. Como um mantra, *cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim* encoraja mulheres a denunciarem o agressor, fazendo com que se fixe no pensamento de quem a escuta, como caminho possível para a libertação das mulheres da violência doméstica. É um grito de resistência coletiva. A narrativa de Elza é o clamor de muitas mulheres que se encontram sob a condição de vítima de violência doméstica e evidenciam a punição do agressor e a força da voz feminina quando encontram amparo em dispositivos

¹ No prelo.

² A canção faz parte do álbum “A Mulher do Fim do Mundo”, que trazia canções voltadas às mulheres, com temas como violência doméstica, sexualidade, libertação e racismo. O álbum inicia com faixa homônima, mostrando o grito da mulher negra, que “canta até o fim”, que pede para que a “deixem cantar até o fim”, mulher do fim do mundo, livre de limitações que Elza e todas mulheres negras podem ser. Elza ganhou o Grammy Latino em 2016, por melhor álbum de música popular brasileira² e o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul² devido a essa perspectiva do feminismo negro.

públicos, como o Ligue 180³ e a LMP, que possibilitaram a existência da CMB

Em 2015, ano de inauguração da CMB, quando Elza lançou “A mulher do fim do mundo”, o Mapa da Violência 2015 apontou o aumento de 54% de feminicídios de mulheres negras de 2003 a 2013, mostrando que elas são as mais atingidas (WAISELFISZ, 2015, p. 35). Dessa forma, entendemos que o grito de Elza é o de todas mulheres negras, evidenciando que o debate interseccional de gênero, que considera classe, raça e etnia são necessários ao enfrentamento à violência de gênero.

A LMP considerou a multiplicidade do sujeito “mulher”, bem como a interseccionalidade de raça e etnia no enfrentamento à violência de gênero, o que permitiu que políticas públicas fossem pensadas por esse viés⁴.

Para Suely Carneiro, enegrecer o feminismo seria considerar a lógica colonial que persiste até a contemporaneidade e a opressão que elas sofrem para que as políticas públicas considerem essa realidade. Ao abranger a interseccionalidade de gênero, a LMP não encerra o feminismo interseccional, uma vez que séculos de dominação colonial, branca e burguesa não são retirados culturalmente de uma hora para outra. Uma prova disso é que os dados sobre a violência de gênero das mulheres indígenas ainda são incipientes⁵.

Enquanto as mulheres negras “soltam os cachorros”, cantam sua dor, debocham do agressor, a LMP seria uma das medidas do Estado em tentar diminuir os índices de violência que se abateram sobre as mulheres negras e indígenas devido a esse mesmo Estado que as oprimiu durante séculos de exclusão e opressão (SEGATO, 2012). “Se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde” é uma forma de se referir à resistência por meios que ultrapassam a lei,

³ Canal telefônico criado em 2005 destinado exclusivamente à informações e denúncias referentes à violência contra a mulher.

⁴ Lei 11340/06- Art. 2º.

⁵ O mapa da violência de 2015 não aponta dados da violência contra mulheres indígenas.

um deles é mostrar a negritude culturalmente, afirmar a existência e resistência das mulheres negras, uma vez que reminiscências da cultura colonial ainda estão presentes no imaginário social. (CARNEIRO, 2003). Sob tal tessitura, abordar a CMB perpassa muitos aspectos. Buscamos compreendê-la como o que Certeau chamou de *lugar praticado*. As práticas que envolvem esse lugar, as narrativas das mulheres, os discursos que moldam o gênero na contemporaneidade e a trajetória de militância política de mulheres que se envolveram no processo de instalação da CMB. Todo o meandro desse espaço é envolvido por uma historicidade que aponta o percurso feminista, as ações e suas adaptações, a elaboração e promulgação de leis, demonstrando que as pessoas constituem o lugar à medida que observam o que precisa ser modificado para que se torne um local que atenda o acolhimento e atendimento humanizado que foi colocado como sua gênese e com vistas ao enfrentamento à violência contra as mulheres, sobretudo doméstica e familiar. (CERTEAU, 1998).

A CMB é resultado da pressão feminista para que o Estado assumisse sua responsabilidade perante a violência de gênero. No estado de MS, movimentos de mulheres e feministas colocaram a questão da violência como pauta prioritária desde o final da década de 1980. Não à toa, foi a segunda capital brasileira a receber uma Delegacia de Defesa da Mulher, em 1986.

Em 2002, sob o governo Lula, é criada a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM/PR) que também traz a violência como pauta primeira. Na década de 1980 o Estado brasileiro já havia se comprometido com a ONU a cumprir medidas de erradicação da violência contra a mulher. A Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)⁶. O Brasil ratificou seu

⁶ A Convenção é o principal instrumento internacional na luta pela igualdade de gênero e para o fim da discriminação, seja ela perpetrada por Estados, indivíduos, empresas ou organizações. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/o%20que%20e%20CEDAW.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

compromisso com a CEDAW em 1984. Mas o combate à violência de gênero só foi garantido como política de governo através da criação da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) em 2003, que permitiu que políticas públicas para mulheres pudessem acontecer em âmbito nacional e transversal, dentre elas a criação do Programa Mulher Viver Sem Violência (PMVSV), que originou a CMB.

Com a criação da SPM/PR, políticas públicas foram se delineando a partir do diálogo constante com movimentos de mulheres e feministas. Conferências nacionais⁷ e estaduais foram feitas para estabelecer diretrizes e reavaliar as políticas públicas para mulheres no país. A Iª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM) ocorreu em 2004 em Brasília-DF, entre os dias 15 a 17 de julho. Presidida pela então secretária da SPM/PR Nilcéia Freire⁸, contou com a participação de mais de 120 mil mulheres de todo país. No documento apresentado aos Grupos de Trabalho para a I CNPM, consta entre os princípios: laicidade do estado, universalidade das políticas em todas as esferas governamentais e participação dos movimentos de mulheres e feministas. Essas

⁷ Ao todo foram 4 Conferências Nacionais nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016.

⁸ Nilcéia Freire graduou-se em medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde tornou-se professora em 1999, reitora. Como reitora da UERJ implantou o sistema de cotas que reserva vagas para alunos e alunas negros e negras de baixa renda. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1995, em 27 de janeiro de 2004 foi empossada Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) do Governo Lula. Sob sua condução, foram implementadas as mais relevantes políticas públicas voltadas às mulheres da história do país. A lei Maria da Penha, seguida da formulação e execução do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e programas como Gênero e Diversidade na Escola e Pró-Equidade de Gênero. Nilcéia conduziu, ao longo dos sete anos em que esteve à frente da SPM/PR., uma forte articulação internacional sobre o tema. Temas como garantia de direitos às trabalhadoras domésticas, políticas específicas para as trabalhadoras do campo e para as mulheres negras, promoção da memória da mulher brasileira e articulação em torno da garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Em 2016 foi candidata a vereadora na cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

prerrogativas mostram os pilares básicos para a constituição de políticas públicas que possibilitaram que a CMB existisse.

Portanto analisamos que a partir da SPM/PR os movimentos de mulheres e feministas asseguraram sua participação efetiva na elaboração e implementação das políticas públicas, podendo deliberar reivindicações que fossem de seu interesse, respeitando a multiplicidade dos movimentos de mulheres e feministas que ao longo de décadas construíram suas pautas.

A partir das discussões e determinações da Conferência foi elaborado, em 2005, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres. O objetivo era universalizar uma Política Nacional para Mulheres, de forma que norteasse todas as políticas públicas para mulheres do país. A partir dessas ações governamentais junto aos movimentos, em 2006 a LMP é instituída. Segundo Marta Farah, a lei enquanto fruto dessas articulações feministas, passa a fazer parte das políticas públicas, tendo as mulheres como atrizes sociais importantes:

Superada a resistência inicial à colaboração com o Estado, as propostas no campo das políticas públicas, emanadas de movimentos e entidades feministas, passaram a integrar, como um de seus componentes fundamentais, a ideia da articulação de ações governamentais e não-governamentais para a própria formulação das políticas. Além da ênfase na inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, reivindica-se a sua inclusão entre os 'atores' que participam da formulação, da implementação e do controle das políticas públicas (FARAH, 2004, p. 54).

A LMP surge como aglutinadora de políticas públicas, na qual os movimentos feministas e de mulheres integram o grupo de atrizes que a partir de suas experiências, interesses e regras reivindicam uma estrutura material, de financiamento, suporte, e simbólica, de valores, saberes e linguagens que irão canalizar a elaboração, execução e implementação da lei para que as políticas públicas se norteassem por ela, tendo a autoridade feminista no comando das políticas públicas.

A força da lei tem o significado de incluir as pautas de gênero de forma que qualquer arbitrariedade significasse violação aos Direitos Humanos das mulheres. Ao incluir a violência doméstica e familiar a lei cria “representações sociais normativas” para designar “ideias-força”, dando caráter normativo a partir de definições jurídicas. Dessa forma, “obrigam a respeitar a integridade corporal do outro, sua liberdade e sua dignidade, seu acesso aos recursos necessários para viver dignamente e sua integração numa ordem social, assegurando proteção contra as decisões arbitrárias” (DOISE, 2001, p. 12).

A LMP cria a ideia de uma obrigatoriedade do cumprimento das normas de igualdade de gênero e não discriminação da mulher. No entanto, a lei por si só não adquire força sem a pressão dos movimentos feministas para sua efetividade, pois em se tratando de igualdade de gênero “apesar da existência de uma legislação constitucional, que determinava formalmente esta igualdade, os comportamentos sociais não correspondiam ao que dispunha a lei” (NICHNIG, 2013, p. 257).

A pauta feminista sobre a violência doméstica desde os anos 1980 era garantir punição aos agressores, proteção às mulheres (abrigos), qualificação dos profissionais para um atendimento atento às questões de gênero. Isso a LMP abarcou, uma vez que colocou o problema à luz dos Direitos Humanos, estabelecendo a criação de Juizados Especiais devidamente qualificados, a garantia da cidadania, da liberdade, do viver sem violência, à educação e o respeito à convivência familiar e comunitária. No entanto, o desafio feminista era de que a lei fosse cumprida. A experiência feminista mostrava os problemas nos julgamentos dos processos, como o pagamento de cestas básicas permitido aos agressores⁹, as lacunas

⁹ A partir da lei 9099/95 crimes contra a mulher considerados “de menor potencial ofensivo”, como lesão corporal leve, eram julgados pelos Juizados Especiais Criminais (Jecrim’s) que instituía penas brandas em casos de violência doméstica, como pagamento de multas e cestas básicas. Tal determinação provocou a reação das feministas, pois não atendia suas reivindicações de

nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) e nas Casas-abrigo, que não existiam em muitas cidades e a falta de atendimento 24 horas. A partir da avaliação dessas experiências e com autonomia e poder de deliberação que uma Secretaria de políticas para mulheres proporciona, a LMP deveria ser efetiva no sentido de canalizar políticas transformadoras.

A partir dessa avaliação, o então presidente Lula lançou em 2007 o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher¹⁰, que seria reavaliado a cada quatro anos. Como proposta de nacionalizar as políticas para mulheres, os estados e municípios deveriam aderir ao Pacto Nacional, que não se tratava apenas de uma medida de resposta ao fenômeno da violência contra a mulher, mas de prevenção, assistência, proteção, garantia dos direitos e combate à impunidade dos agressores através de três eixos de atuação: intersetorialidade, transversalidade de gênero e capilaridade. A adesão ao Pacto por parte de estados e municípios foi pautada nas determinações e apoio financeiro por parte do Governo Federal e nas diretrizes propostas pela Política Nacional para Mulheres, sendo desenvolvidas com as devidas adequações de atuação, levando em consideração as especificidades locais, mas sempre em consonância com os planos e pactos nacionais (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015).

Em 2011, o Pacto II trouxe a avaliação do primeiro, afirmando a necessidade de fortalecer o Pacto Nacional através da integralidade dos serviços (BRASIL, 2011, p. 23), o que nos faz entender que os estados que aderiram ao mesmo não atenderam eficientemente a proposta do enfrentamento à violência de gênero

punição aos agressores e proteção às vítimas de violência doméstica e familiar (IZUMINO, 2003).

¹⁰ Lançado na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que aconteceu no Centro de Convenções de Brasília, de 17 a 20 de agosto de 2007, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, fez parte da Agenda Social do Governo. Disponível na íntegra em: <<http://www.rcdh.ufes.br/sites/default/files/Pacto%20Nacional%20pelo%20enfrentamento%20à%20violência%20contra%20as%20mulheres.pdf>>.

no que se refere a uma hegemonia na política em âmbito nacional. Em outras palavras, as mulheres continuavam morrendo, muitas vezes com o boletim de ocorrência nas mãos.

As avaliações dos erros do Pacto determinaram a criação do Programa Mulher Viver sem Violência (PMVSV) no qual a instalação da CMB é colocada como primeira medida a ser adotada. O referido Programa foi criado por iniciativa do governo da presidenta Dilma Rousseff¹¹ e trazia como lema *Tolerância zero com a violência contra a mulher*¹². Valendo-se de sua condição de primeira mulher eleita chefe de estado, em 2010, Dilma Rousseff coloca o enfrentamento à violência de gênero como pauta prioritária em seu governo, tendo em vista que sua própria subjetividade enquanto mulher que se fez presente em suas decisões.

Entendemos subjetividade como produção que evoca ações e práticas produzidas na relação com os outros, em meio a inscrições históricas, culturais, econômicas e psíquicas. A produção da subjetividade, assim, está associada à produção política, ou seja, a formação do sujeito e a relação deste com as pessoas são inseridas em determinado contexto e atravessadas por relações de poder (FERNANDÉZ, 2008). A partir disto entendemos que a subjetividade de Dilma e de outras mulheres de poder envolvidas com o processo histórico de instalação da CMB são importantes para compreendermos o mesmo.

A imagem de mulher aguerrida e guerrilheira contra a ditadura perpetuou-se nas representações sobre a presidenta. Sua história de luta, sua vinculação com a mulher que sobreviveu ao pau-de-arara e choque elétrico durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) é constantemente vista nas páginas de jornais e revistas de todo Brasil. Manchetes como “A presidenta guerrilheira” ou sua

¹¹ Programa criado pelo Decreto presidencial nº 8086, de 30 de agosto de 2013.

¹² A própria presidenta Dilma Rousseff utilizou o lema em vídeo de inauguração da CMB. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oTejp9OAVy8>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

imagem de “durona” se espalharam na mídia.¹³ Camisetas foram estampadas pela esquerda brasileira com a imagem da guerrilheira usando o jargão *Coração Valente*, para se referir a valores de bravura e coragem da mulher que enfrentou a tortura e se tornou a primeira presidenta do Brasil. A própria Dilma instaurou uma comissão para apurar os crimes de tortura na Ditadura Civil- Militar, a Comissão Nacional da Verdade, em 2011¹⁴. Sua representação de guerrilheira se cristalizou socialmente e foi usada tanto pela esquerda para atribuir-lhe um caráter de heroína e defensora dos Direitos Humanos quanto pela direita que se referia à presidenta como “terrorista” por sua participação na luta armada durante a Ditadura Civil-militar¹⁵.

No dia da inauguração do PMVSV, a presidenta utilizou o lema *Tolerância zero com a violência contra a mulher*, mostrando uma postura combativa com a violência que se abatia sobre as mulheres. Sendo a própria Dilma contemporânea à emergência dos feminismos no Brasil e principalmente por sua própria história de vida, ela encara o PMVSV e a própria CMB sendo de grande importância para as mulheres e para a imagem que quis construir de si própria e de seu governo.

A partir da reavaliação do Pacto II, Dilma em conjunto com a SPM/PR pontuou a necessidade dos estados e municípios serem mais atuantes e agirem de acordo com o que a Política Nacional para Mulheres propunha. Assim, o PMVSV traz um programa de governo, com autonomia financeira para atuar e enfrentar a violência contra a mulher de forma que os serviços de atendimento

¹³ Exemplos dessa representação podem ser encontrados nas páginas: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/04/politica/1412390139_262174.html>. Acesso em: 20 mar. 2019, e: <<https://abraabocadadadao.blogspot.com/2012/05/torturador-fala-de-dilma-uma.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

¹⁴ A Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório Final.

¹⁵ Um exemplo dessa representação pode ser encontrado em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-terrorismo-de-dilma-rousseff-e-a-insanidade-brasileira/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

à mulher vítima de violência doméstica e sexual fossem integrados nos âmbitos da saúde, justiça, atendimento psicossocial e promoção de autonomia financeira (PMVSV, art. 1º) Para isso, a SPM/PR atuou de forma conjunta com os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego. Entre 2013 e 2014, 26 unidades da federação (com exceção de Pernambuco) aderiram ao PMVSV, das quais 18 assinaram o termo de adesão por meio de ato público. (COMPROMISSO E ATITUDE, 2 de fevereiro de 2015¹⁶).

Tolerância zero com a violência contra a mulher significa, portanto, que os estados com suas secretarias de políticas para mulheres e municípios, deveriam seguir as diretrizes do PMVSV para que a Política de enfrentamento à violência contra a mulher de fato se nacionalizasse, funcionando de forma homogênea em todo país. O lema carrega as expectativas feministas que desde a década de 1980 reivindicam que a violência contra a mulher fosse tratada com a seriedade que o tema exige. Romper com padrões patriarcais nas esferas de poder sempre foi um desafio, a experiência feminista mostrava que não bastavam delegacias especializadas e leis, tampouco medidas educativas realizadas regionalmente, conforme o entender de cada localidade da aplicação correta da LMP.

O Programa estava estruturado em seis eixos, figurando entre o primeiro deles a implementação da Casa da Mulher Brasileira. Em decreto de criação do mesmo, a integração dos serviços aparece como principal diretriz¹⁷, o que foi possível colocando no espaço CMB todos os serviços de atendimento às vítimas de violência de gênero. Dessa forma, a CMB dá corpo ao próprio PMVSV, sendo muitas vezes representados como sinônimos.¹⁸. Portanto, não se

¹⁶ Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/programa-mulher-viver-sem-violencia-2015/>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

¹⁷ Art. 2º - Decreto nº 8086, de 30 de agosto de 2013.

¹⁸ Tal representação pode ser vista em matéria no site da Agência Patrícia Galvão, de 18 de março de 2013. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pautas-violencia/sugestao-de-pauta-programa-mulher-viver-sem->

tratou apenas de um lugar de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, mas fez parte de um programa de governo que deveria orientar demais políticas públicas com viés de gênero no país, servindo como modelo e dando visibilidade a questão da violência contra as mulheres. Outrossim, tornou-se a imagem do governo Dilma, que ela mesma considerou seu *carro-chefe*.

Certa vez, em palestra que proferi¹⁹ numa escola estadual, os alunos se referiram a CMB como “aquele prédio grande e bonito”. Quando questionei sua funcionalidade, responderam: “Serve pras mulheres que sofrem violência dos maridos”. Prossegui com a discussão, perguntando a eles sobre a importância e a história do lugar, no que alguns responderam: “Deve ser muito importante, porque a presidenta Dilma veio pra inauguração”. A primeira referência é o prédio. Colorido, bonito, grande e construído num terreno próximo ao aeroporto na capital Campo Grande. Notável, pois nunca haviam visto um espaço com vistas a tratar o problema da violência contra a mulher desta magnitude.

O espaço CMB corresponde a um prédio de 3600 metros quadrados, construído em terreno cedido pela União localizado na Rua Brasília, s/n, Lote A, quadra 2, Jardim Imá. Para a obra o governo federal destinou R\$ 9.300.000,00 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2)²⁰. Consiste em um espaço

violencia-e-um-marco-para-a-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-mas-depende-de-adesao-dos-estados/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

¹⁹ Palestra intitulada “Violência de gênero e a Casa da Mulher Brasileira” ministrada pela autora da dissertação em 21 de abril de 2018 na escola estadual Padre José Scampini, na cidade de Campo Grande-MS, para alunos dos segundos e terceiros anos do ensino médio regular, a convite do professor Henrique Arce.

²⁰ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, o PAC trata-se de um plano estratégico de retomada de investimentos em setores estruturantes do país. Em 2011, sob gestão da então presidente Dilma Rousseff o programa entra em sua segunda fase (PAC 2), ampliando as parcerias do Governo Federal com estados e municípios. Uma das medidas foi o financiamento em parceria com o Banco do Brasil destinado à construção das Casas da Mulher Brasileira nas

público que integra os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência em razão de gênero: juizado, defensoria e promotoria, representando a primeira Vara Especializada em Medidas Protetivas e Execução de Penas do país, Defensoria Pública e delegacia especializada de atendimento à mulher, apoio psicossocial, serviços estes que funcionam 24 horas, encaminhamento para emprego e renda, brinquedoteca e alojamento de passagem para as mulheres e serviço de motoristas para encaminhar mulheres a serviços de saúde (postos e Instituto Médico Legal).

A CMB surgiu integrada à Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres (SEMMU) e Fundação Social do Trabalho (FUNSAT). Além disso, a Guarda Municipal foi mobilizada para atuar como *Patrulha Maria da Penha* formada inicialmente por 30 guardas municipais do sexo feminino com o intuito de atender denúncias e acompanhar mulheres portadoras de medidas protetivas em suas casas com a finalidade de garantir sua integridade física e psíquica.

No dia da inauguração a presidenta proferiu os versos do poeta sul-matogrossense, Manoel de Barros: “*Que a palavra parede não seja sinônimo de obstáculos à liberdade*”. Em seguida, Dilma se referiu à CMB como um “local de superação”, de “abertura para a liberdade”. (TV BRASILGOV, 2015). A denominação *Casa* nas palavras da presidenta denota esse espaço de acolhimento que se desejava construir, o *habitus* como a gênese das práticas, que nortearia o funcionamento do espaço como local de acolhimento e atendimento humanizado (BORDIEU, 2004). Nesse sentido, o que está representado é que a CMB foi instalada a priori para atender essa demanda.

A separação entre o público e o privado, a casa e a rua, o pessoal, o doméstico em detrimento do político sempre foi alvo de

capitais do país. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

discussões feministas. Corroborando com essa discussão Hannah Arendt destaca que o espaço privado é um local de privação, separação entre o doméstico e o público, onde os indivíduos encontram-se excluídos do espaço público que é também o lugar do político (ARENDR, 2010). No entanto, a partir das representações sobre a CMB como a fala da presidenta, percebemos que essa dicotomia não é estanque. O acolhimento e humanização dos atendimentos foram pedra fundamental que diferenciaria a CMB de outros lugares que abrigavam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Local de superação, fim do sofrimento, acolhimento, atendimento humano tendo em vista a fragilidade momentânea em função da violência sofrida. São narrativas recorrentes dessas mulheres ao se referirem ao que pretendiam para a CMB.

A superação da violência que acomete as mulheres, como a presidenta se referiu, pode não se dar num nível unicamente individual daquelas que passam pelo espaço. O que Dilma revela é sua trajetória pessoal de resistência, de uma mulher que sobreviveu a perseguições políticas no período ditatorial e alcançou o cargo de chefe de Estado no interior de uma sociedade machista, revelando que a superação e liberdade que pretendia partira de sua experiência e do uso que fez do poder, demonstrando o desejo por sua própria liberdade e objetivando que essa realidade fosse possível a todas as mulheres brasileiras.

Quando Dilma, juntamente à SPM/PR buscava referências para a construção da CMB, recorreu à modelo análogo no país caribenho El Salvador. A experiência salvadorenha de políticas para mulheres também é fruto da inquietação de outra mulher em cargo de poder, a secretária de inclusão social de El Salvador (2009 a 2014), Vanda Pignato²¹.

²¹ Brasileira natural de São Paulo-SP, a advogada Vanda Pignato migrou para a capital San Salvador em 1992 quando ainda era militante do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo partido político de Dilma Rousseff, tornando-se diretora do Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil no país. Através da secretaria de inclusão social em 2009, Vanda inaugura a Ciudad

Guardadas as especificidades históricas de cada país, as duas representantes, Dilma e Vanda, tem aproximações quando o assunto é política para mulheres. Notamos que Vanda não é a chefe de estado em El Salvador, pois o acesso a cargos de poder não é uma realidade recorrente na América Latina. No entanto, a secretaria que ficou sob seu comando é estritamente vinculada ao Poder Executivo, cujo governo se baseia na inclusão social.

Para Vanda Pignato, a invisibilidade das mulheres demonstrava suas dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais, vetor que impulsionou a secretária para que as políticas para mulheres acontecessem em El Salvador. O programa que cria a Ciudad Mujer traz como eixo principal a violência de gênero, mas também arrola em suas estratégias de empoderamento da mulher, e aponta o empoderamento como uma construção coletiva e de “cuidado de si”, entre eles os cuidados necessários à saúde da mulher. Vanda se insere no contexto ao se preocupar com esse assunto, uma vez que ela própria foi acometida por um câncer no endométrio. Assim, a visibilidade que se pretendia às mulheres e a si mesma, ocorreria a partir da criação desse centro denominado Ciudad Mujer, o mesmo que pretendido por Dilma Rousseff que trazia a CMB como carro-chefe do PMVSV e de seu governo.

Compreendemos que as subjetividades dessas mulheres e a composição de espaços públicos destinados ao enfrentamento à violência contra a mulher estão atreladas. São essas histórias que dão vida ao espaço e trazem à tona sua historicidade. Enquanto sujeitos essas mulheres fazem parte do que está representado socialmente sobre esses espaços de enfrentamento à violência de gênero assim como as experiências por elas vividas, as relações que estabeleceram com o meio social, aí incluídos seus saberes,

Mujer em Colón. Segundo ela, encabeçar políticas para mulheres foi uma forma de dar visibilidade às mesmas, a partir de sua constatação de sua própria invisibilidade durante a campanha presidencial do marido Marcelo Funes, presidente de esquerda que assumiu o governo após vinte anos de um governo conservador de direita no Executivo salvadorenho (REVISTA EXAME.COM, 2017).

afetividade, modos de pensar e cultura. De acordo com Moscovici, as representações sociais são uma apropriação subjetiva do mundo, mas sentida como uma presença objetiva da realidade, constituindo o si-mesmo social:

O eu está em relação e busca alcançar seus objetivos somente com um si-mesmo ou si-mesmos diferentes, que são singulares assim como ele. [...] Evidentemente a subjetividade social exprime, sobretudo, a interação que se desenrola entre si-mesmos sociais numa aliança consciente (MOSCOVICI, 2005, p. 57).

Sob essa perspectiva o foco da discussão sobre subjetividade individual e subjetividade social é colocado na relação com o outro, pois a existência do outro coloca em jogo a singularidade. A subjetividade se estabelece nas relações entre os sujeitos de um grupo, na inter-relação entre seus membros, possibilitando a ação num mundo criado e compartilhado coletivamente. Uma representação social leva em conta os pontos de vista dos indivíduos e dos grupos pelo seu caráter de comunicação e expressão e seu papel é assegurar a coexistência entre individualização e socialização, necessária para compreender o dinamismo da sociedade e as mudanças das partes que a compõe. São, portanto, as variadas expressões individuais organizadas por meio de princípios comuns que irão gerar uma representação que um grupo social tende a ter em relação a espaços como a CMB e a questão da violência de gênero (SÁ, 1996).

Na perspectiva de Foucault (1979) o Estado impõe maneiras de governar os corpos e conduz as questões como a violência contra a mulher, tanto que apenas nos anos 2000 tomou posicionamento no caso Maria da Penha e instituiu a SPM/PR que pôde ampliar as políticas públicas para mulheres. Esse mesmo Estado tenta delinear condutas, constituindo-se como o próprio corpo, modelo a ser seguido pelas pessoas, pelas mulheres, que as coloca como cidadãs, definindo os limites de sua cidadania. Faz diferença que a chefe de Estado seja mulher? Em termos, sim.

Muito se fala em valorização da cidadania das mulheres, termo endossado por Dilma no discurso de inauguração da CMB. A cidadania estendida às mulheres as coloca como sujeitos de direito, as inclui em programas sociais e as reconhece como indivíduos de responsabilidade do Estado, este que constrói com os excluídos um só corpo. Em se tratando de políticas que consideram a violência contra a mulher, o Estado sendo chefiado por uma mulher considera questões específicas das mesmas, no entanto, não basta ser mulher, assim como não bastou ter delegadas do sexo feminino à frente das DEAM's.

Aparecida Gonçalves, secretária nacional de enfrentamento à violência dos governos Lula e Dilma é residente em Campo Grande-MS e figura importante para compreendermos as nuances mais subjetivas que envolvem a instalação da CMB²². Sobre a postura da presidenta mediante a CMB, Aparecida Gonçalves expõe:

Então ela mudou toda a rotina do Palácio pra ir nas inaugurações da Casa da Mulher Brasileira, porque ela fazia questão. E me chamava de quinze em quinze dias pra saber como era que tava, qual era os problemas. Então assim, pra ela o problema era pessoal. O que não era pra mim, era pra ela. Na verdade é a marca do governo dela né.

²² Aparecida Gonçalves é natural de Clementina-SP. Foi agente comunitária de saúde nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) católicas na década de 1980 quando morava em Andradina-SP, onde iniciou sua militância política em meio a ditadura militar. Nessa época, Aparecida se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1985, organizou junto com outras mulheres de MS o Movimento Popular de Mulheres (MPM). Em 2003 assumiu o cargo de Secretária-executiva de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, órgão ligado à Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), cargo que manteve até 2017, quando na iminência do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em 2015 foi premiada com o título "Guardiã dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)". A premiação é concedida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Também foi premiada em 2007 pelo concurso Inovação na Gestão Pública Federal, devido à suas ações à frente da Secretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Na verdade ela, pra ela a Casa da Mulher Brasileira era a marca do governo dela. É assim...porque ela é a primeira mulher eleita, que que é que ela ia fazer? E ela dizia né “Não quero fazer, colocar X mulheres no mercado de trabalho, eu quero fazer algo que altere mesmo a vida delas (Entrevista 22 de maio de 2017).

Nesse sentido, faz diferença que essa chefe de Estado esteja atuando juntamente a uma Secretaria de Políticas para Mulheres, com vistas a atender a demanda feminista que atua a partir de uma postura de contraconduta ao Estado, recusando-se a serem governadas ou ao menos, escolhendo a forma que querem ser governadas. A presidenta, que carrega a imagem de mulher guerrilheira, é um exemplo de ousadia e de enfrentamento e faz da CMB sua própria resistência.

A interferência da presidenta mostra que ela assume para si a tarefa de combater a violência contra a mulher, a fim de ressignificar a própria violência que ela sofreu²³ e também transformar a vida das mulheres. Dessa forma, incorpora na implantação da CMB a ousadia feminista, ao contestar o próprio Estado e delegar à SPM/PR a tarefa de executar todo o projeto para não correrem o risco de que, mais uma vez, a violência não fosse tratada com o rigor que era necessário. Para Dilma tratava-se de “pegar o touro à unha”²⁴. Ao fazer isto, Dilma contrapõe o Estado que ela mesma chefia, construindo uma “prática de si que envolve não apenas a transformação de si, mas também a transformação política e social” (MCLAREN, 2016, p. 155).

Podemos perceber as aproximações entre a realidade de El Salvador e Brasil no tocante à violência contra a mulher. O fato de termos países da América Latina com os mais altos números de

²³ Devemos considerar que os algozes torturadores de Dilma Rousseff no período ditatorial eram em sua maioria homens, portanto a violência que ela sofreu foi de ordem política, mas também de gênero.

²⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-diz-que-preciso-pegar-touro-unha-no-combate-violencia-contra-mulher-15229947>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

feminicídios, revela as marcas da colonialidade²⁵. Ficamos presos aos dados e noticiários de TV acerca da violência de gênero, ocorrendo até uma trivialização de uma realidade que não será modificada se não levarmos em conta as especificidades latino-americanas, arraigadas na colonialidade, de séculos de exclusão e opressão das mulheres, principalmente as de periferia, as negras e indígenas. Os casos de violência de gênero na América Latina representam um genocídio à medida que a modernidade avança, conforme apontou Rita Segato (SEGATO, 2012, p. 108). As políticas públicas que tem esse olhar voltado ao entendimento da colonialidade de gênero fazem uma grande diferença²⁶.

Tanto a Ciudad Mujer quanto a CMB trazem o atendimento humanizado em suas diretrizes principais. A diretriz da Ciudad Mujer aborda que as mulheres deveriam ser recebidas no espaço com esse enfoque acolhedor para que sentissem confiança nos serviços públicos estatais. Nesse sentido, percebemos a omissão secular do Estado mediante a questão da violência contra a mulher, o que percebemos também na fala de nossa entrevistada Eva²⁷ quando remete que desconhecia esse tipo de atendimento. Nesse

²⁵ No ano em que a CMB foi instalada, 2015, El Salvador foi apontado como o país com as mais altas taxas de feminicídio no mundo, seguido de outros dois países latino-americanos, Guatemala e Colômbia, e a Federação Russa, colocando o Brasil na 5ª posição conforme o Mapa da Violência de 2015.

²⁶ Ter um modelo latino-americano de enfrentamento à violência contra a mulher representa que a SPM/PR considerou as aproximações da realidade desses países. Isso recai na opinião pública, uma vez que El Salvador tornou-se uma referência em políticas públicas para mulheres. Podemos ver essa representação na matéria jornalística: *El Salvador e violência contra a mulher*. Revista Exame Online - 7 de março de 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/ciudad-mujer-el-salvador-violencia-mulheres/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

²⁷ Eva Brasil concedeu entrevista em 8 de março de 2018. Foi vítima de violência doméstica no final de 2017 em Campo Grande-MS, onde morava com o agressor e dois filhos a cerca de um ano. Foi atendida na CMB, onde registrou dois boletins de ocorrência. Após a entrevista, ela se mudou com os filhos para o litoral paulista. Eva Brasil é publicitária, tem 30 anos, negra, de origem pobre. Hoje mora a beira-mar e desenvolve projetos publicitários para mulheres empreendedoras.

sentido, espaços como a CMB e Ciudad Mujer além de fazerem com que o estado assumira seu compromisso no tocante à violência de gênero, remetem a recuperação da confiança das pessoas nos serviços públicos.

O espaço CMB foi pensando para ser um ambiente seguro, arejado e acolhedor. Os setores de atendimento foram divididos por cores com um jardim no centro, para facilitar a movimentação das usuárias dentro da CMB, tendo em vista que as vítimas se encontram fragilizadas e muitas são analfabetas ou indígenas e imigrantes, apresentando dificuldade com a língua portuguesa, conforme relatou a secretária Aparecida.

A perspectiva de humanizar o atendimento vem corroborar com a reivindicação feminista de evitar a violência institucional que as mulheres vítimas de violência sofriam nas DEAM's, dessa forma ultrapassando o enfoque da punição dos agressores, fazendo com que as mulheres sentissem que ali além de protegidas dos seus algozes, teriam amparo humano conforme as Convenções Internacionais exigiam no trato da questão no tocante aos Direitos Humanos das Mulheres. Em 2006 a SPM/PR instituiu a padronização das normas técnicas de atendimento nas DEAM's que já previa o acolhimento e atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência. Porém, muitas vezes isso não acontecia em todos os órgãos que essas mulheres deveriam passar, como nos Juizados, Defensoria, delegacias e postos de saúde.

Sabemos que mesmo que as leis tenham reconhecido as mulheres como sujeitos de Direito, as representações não demonstram que isso está estabelecido socialmente. Ao abarcar a integralidade dos serviços num mesmo espaço, a CMB se refere a integralidade da mulher como ser humano, com a intenção de tratar as vítimas de violência e a questão da violência contra as mulheres a partir do reconhecimento de que se trata de um problema social que fere a dignidade humana de todas as mulheres e oferecer serviços num mesmo espaço simboliza a corporificação da questão da violência, tendo o espaço como símbolo. Em outros

termos, a CMB simbolizava as próprias mulheres vítimas de violência, considerando seu direito ao cuidado de si e de viver.

Isso não significa dizer que a CMB atenda todos os requisitos para romper com a violência de gênero totalmente ou que todos os serviços eram realizados sob a perspectiva do atendimento humanizado, pois as políticas públicas com viés de gênero são implementadas e reavaliadas conforme a pressão feminista, que sempre está atenta ao que precisa ser modificado. Todavia a CMB traz a visibilidade necessária quando o assunto é violência contra a mulher. E isso se dá através do espaço, nunca antes visto no Brasil.

A CMB, e também a Ciudad Mujer, ancoram-se no momento político que Marlise Matos (2014) chama de quarta onda feminista na América Latina, em resposta às políticas neoliberais que não atenderam as reivindicações feministas, tampouco considerou a multiplicidade dos movimentos e das mulheres enquanto sujeitos. A quarta onda vem com essa proposta crítica-emancipatória das diferenças, modificando a relação entre os movimentos de mulheres e feministas e o Estado. A década anterior foi marcada pelas ONG's feministas e estas não deveriam ser desconsideradas, uma vez que mesmo estando atreladas ao modelo neoliberal de destituir o Estado da obrigação de políticas sociais, contribui para pressionar esse Estado e provocar transformações. No início do anos 2000 a proposta deveria considerar a importância das ONG's, mas também a emergência de novos movimentos feministas, sobretudo aqueles que criticavam o neoliberalismo²⁸.

Igualmente, nesse período observamos o fortalecimento eleitoral de governos e partidos progressistas em resposta aos resultados negativos do neoliberalismo na América Latina, que alimentaram a possibilidade de aliar crescimento econômico, justiça social e democracia, como observamos a eleição do Partido

²⁸ Tomamos como exemplo a Marcha Mundial de Mulheres que trouxe um feminismo subversivo, de rua e com vistas ao diálogo com outros movimentos sociais anti-globalização, sendo atuante na promoção de fóruns de discussão com os demais movimentos, como o Fórum Social Mundial (FSM).

dos Trabalhadores (PT) no Brasil e de Maurício Funes, em El Salvador, que modificam as relações entre Estado e feminismos. Ao atenderem as reivindicações de políticas públicas para mulheres, atreladas a princípios de equidade de gênero, transversalidade, universalidade e laicidade do Estado, compromisso com os Direitos Humanos, transparência na gestão das políticas públicas. Tais mudanças por si só não eliminam as desigualdades de gênero e opressão das mulheres, mas são importantes, pois as colocam como sujeitos das políticas públicas ao conferir-lhes cidadania e abrir caminho para o locus da crítica e pressão feministas (MATOS; PARADIS, 2016).

A emancipação das mulheres não é desvinculada da emancipação política e os feminismos, ao debaterem pautas conjuntas, pressionam o Estado para que as políticas públicas sejam transformadoras. Não há como desconsiderarmos a opressão que as mulheres sofrem no sistema econômico capitalista, tampouco que isso se estende aos campos cultural e social. As novas movimentações dos feminismos sob o viés de emancipação humana é uma vertente que reconhece o gênero como uma das formas de opressão.

As políticas públicas para mulheres realizadas pela SPM/PR a partir das movimentações feministas surgem com vistas a essa proposta emancipatória²⁹. A CMB como projeto inovador aponta modificações sociais num período histórico e político de transição com vistas à democratização, contribuindo para que recuperemos forças a partir de ações que devem ser vividas, de um espaço que surge para modificar as políticas para mulheres, que não é o ideal mas provoca ações, experimentações, uma vivência intensa e inflamada como podemos observar nas palavras das mulheres que fizeram parte de sua instalação ou como podemos ver nas representações contemporâneas à CMB, como a música de Elza

²⁹ Por emancipação entendemos a pluralidade de projetos coletivos amparados por procedimentos que os traduzam, construindo uma ética “a partir de baixo” com vistas à transformação social (SANTOS, 2008).

Soares. Essencialmente a CMB simboliza a resistência. Resistência com vistas à emancipação das mulheres, pois envolve sujeitos múltiplos, uma diversidade de alternativas e mobilizações com o mesmo fim: dar uma resposta às múltiplas formas de opressão sofrida pelas mulheres.

Para compreendermos o que motivou a implantação inaugural da CMB no MS, analisamos os dados pertinentes a violência contra a mulher. Em 2015, quando a CMB foi inaugurada, o Mapa da Violência apontou que o número de homicídio de mulheres no estado de MS seguia a média nacional, sobretudo com relação ao aumento de mortes de mulheres negras, representando 66,7% dos feminicídios. Essas estatísticas não revelam Campo Grande-MS como a capital dos feminicídios, estando esta na 23ª posição nacional e o estado de MS em 9ª posição. (WAISELFISZ, 2015, p. 19-22). Todavia, o mesmo Mapa revelou que MS liderou o número de atendimentos por violência no Sistema Único de Saúde, independentemente do gênero, colocando o estado como um dos mais violentos do Brasil.

Os dados do Mapa e do SUS não abarcaram a violência contra a mulher em MS numa perspectiva de análise de gênero especificamente. Ao que parece as pesquisas de mapeamento da violência de gênero no Brasil ainda estavam se delineando e MS seguia essa vertente³⁰. A SPM/PR pôde reunir os dados da violência de gênero antes dispersos entre os órgãos responsáveis e de onde produziram pesquisas específicas sobre a violência contra a mulher. Uma delas foi o Balanço dos 10 anos do Ligue 180 (2005 a 2015), divulgado em 2015. Neste, a capital Campo Grande aparece com maior número de ligações do 180. Os dados do Balanço corroboram com os do Mapa da Violência, que coloca Campo Grande como a cidade que mais utilizou o Ligue 180 em dez anos.

³⁰ Até o surgimento da SPM/PR, os estudos e mapeamento da violência de gênero no Brasil eram feitos individualmente por órgãos específicos, ONG's e movimentos de mulheres, como as coletas de dados feitas pelo Movimento Popular de Mulheres (MPM) de MS que fazia o mapeamento manualmente nos bairros.

Isso quer dizer que muitas mulheres procuravam informações e denunciavam, ao mesmo tempo que continuavam a buscar atendimento nos postos de saúde, o que nos faz avaliar que o alto número de atendimentos pelo SUS se davam também em função da violência de gênero, na qual as mulheres eram vítimas principais.

O Balanço também cita a existência da CMB na mesma capital, o que tenta justificar os motivos de sua instalação pioneira em MS. Outro dado que colabora com essa discussão é o divulgado pelo do Anuário de Segurança Pública, publicado em 2016, em referência aos tipos de crimes registrados em boletins de ocorrência. O estado de MS figura com a mais alta taxa de registros policiais de estupro de mulheres. Os dados não conseguem ter um mapeamento real sobre essa tipologia de crime no estado, uma vez que muitas mulheres não registram a denúncia. Isso significa que os números poderiam ser ainda maiores. No entanto, o Anuário revela um número alarmante e considera as ligações do 180. Se as mulheres estavam ligando para a Central 180 para denunciar e pedir informações acerca da violência que sofriam, isso já mostra que o estado necessitava de políticas combativas à violência doméstica e sexual. Essa pode ter sido uma das motivações que trouxeram para Campo Grande a primeira CMB do Brasil.

Aparecida Gonçalves apresenta outra versão. Segundo ela, a CMB foi instalada primeiramente em MS devido ao fato dela ser conterrânea de Campo Grande, algo recorrente nos discursos de pessoas da cidade. Esse pode ser um dos fatores que facilitaram o projeto precursor da CMB em MS. O fato de Aparecida ser militante feminista de vanguarda no estado e integrante da SPM/PR desde 2002 é importante objeto de análise. Sua participação política nos movimentos de mulheres, especificamente no MPM desde a década de 1980, funcionou como um *dispositivo de subjetivação* (FOUCAULT, 1979) revelando a singularidade de sua história de vida que atravessou as pautas coletivas do movimento a qual pertencia e amalgamou sua identidade dentro e fora deste. Nesse sentido, sua participação política funcionou como dispositivo por

agenciar e produzir modos de vida, a partir da sua experiência pessoal.

Ela narra que as licitações de Brasília e Campo Grande saíram ao mesmo tempo, no entanto, considerando que os estados periféricos demorariam a serem considerados, interferiu no processo ao avisar a Coordenadora de Políticas para Mulheres de Campo Grande-MS, Tai Loschi, antecipando-se para encontrar empreiteiros interessados em construir o projeto. De certa forma a interferência de Aparecida facilitou a agilidade na instalação e isso deveu-se a sua identidade política. Esta, por sua vez, se configura:

[...] como aquele elemento que, ao mesmo tempo, é possibilitado e constituído no interior do processo mobilizatório e revela-se como elemento mediador da consistência interventiva dos grupos envolvidos na luta e, nessa medida, promove transformações subjetivas e objetivas tanto em indivíduos particulares como nas diversas esferas (espaço, lógica e prática) da vida cotidiana; realiza, pois, a potência emancipatória das formas de ação coletiva em diferentes espaços da cotidianidade (PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004, p. 314).

Assim, a experiência militante da secretária foi importante para que esta se mobilizasse a fim de agilizar o processo de instalação da CMB na capital sul matogrossense. O fato de termos a primeira CMB no Brasil em Campo Grande perpassa os índices e a necessidade, haja vista que a violência de gênero é um fenômeno que acomete todo o país. Todavia, a participação das mulheres militantes feministas foi importante nesse processo e poucas representações fazem alusão ao fato. Ao ancorarmos essas representações simplesmente aos dados, excluímos a possibilidade de que a atuação política de mulheres foi importante para o processo. Se nosso objetivo é desatrear o gênero de verdades estabelecidas, temos que analisar tais representações sociais acerca de espaços como a CMB no sentido de trazer a baila novos questionamentos e paradigmas.

Nesse sentido, ao atribuímos a instalação precursora em Campo Grande apenas revelando as estatísticas da violência ficamos presos à visão limitante de que existe por trás da constituição desses espaços uma necessidade, como se precisássemos justificar a ocorrência da violência de gênero. Analisar representações que tragam mulheres como protagonistas na feitura dessas políticas transformadoras permite uma nova maneira de enxergarmos a problemática e de compreendermos como essas representações que caem no senso comum são articuladas e fundidas, já que se propagam socialmente.

Referências

ARENDETT, Hannah. **A Condição Humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998

DOISE, WILLEM. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 187-204.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abril, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100004&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 29 fev. 2019.

FERNANDÉZ, Ana Maria. **Política y subjetividade: assembleas barriales y fábricas recuperadas**. 1.ed. Buenos aires. Biblos:2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2003. 389 pág.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil**. Curadoria Enap. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/227>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarice Goulart. **Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro**. Cadernos Pagu, 0(43), p. 57-118. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645109>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

McLAREN, Margaret. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Editora Intermeios; 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Sobre a subjetividade social**. In: SÁ, C. P de (Org). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-62

NICHNIG, Claudia Regina. **“Para ser digno há que ser livre”: reconhecimento jurídico da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo no Brasil**. Orientadora: Miriam Pillar Grossi. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2013.

PRADO, M. A., CAMPICI, C., & PIMENTA, S. (2004). Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, 10(16), 298-317.

RAGO, Margareth. **Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos**. Dois Pontos: 2019. Vol. 14, p. 229-241. 13p.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES. 18 | 2012: Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1533>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>. Acesso: 20 nov. 2016.

PAPÉIS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Luciana Grandini Cabreira

Miguel Faria

Sandra Cristina Martins Nogueira Guilherme de Paula

Introdução

A questão que interpomos é que ainda que não existisse o adjetivo de masculinidade para caracterizar determinados componentes como masculinos, estes sempre existiram, o que nos possibilita alargar o uso do conceito para outros contextos, isto é, tratar a masculinidade como uma ferramenta heurística para a construção do conhecimento histórico das relações de gênero. Ou, mais especificamente: para o entendimento de aspectos qualificados como próprios de alguns homens em detrimento de outros homens e mulheres (VIANA JR, 2017, p. 98).

O Patronato como um órgão de Execução Penal tem suas atividades amparadas pela Lei de Execução Penal (LEP) n° 7.2010/87. Atuam em parceria com o Patronato a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) e a Secretaria de Estado da Ciências, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Em Apucarana o Patronato teve início no dia 17 de Agosto de 2013 com a Lei Municipal n° 66/2013, desde então desenvolve atendimentos aos assistidos com uma equipe multidisciplinar, integrada por um grupo de cada especialidade, sendo um profissional recém formado e um estagiário que são orientados por um professor do Ensino Superior nas áreas de Direito, Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, na Administração, tratando da documentação do projeto, temos um estagiário e um professor. O projeto conta ainda com uma supervisora da área de direito vinculada à Prefeitura e uma coordenadora da UNESPAR -

Campus de Apucarana responsável por compor a equipe de professores que selecionam os recém-formados e os estagiários.

As diferentes áreas que integram o Patronato Municipal de Apucarana desenvolvem atendimentos individuais com o objetivo de promover ações de inclusão social dos assistidos através do monitoramento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento das alternativas penais. Cada assistido é atendido individualmente e encaminhado a diferentes setores que prestam auxílio na recuperação e reinserção deste na sociedade.

Na área de Psicologia a fim de combater a violência doméstica contra as mulheres organizamos encontros temáticos com o objetivo de propiciar um espaço de responsabilização e reflexão acerca dos padrões de masculinidade. Os temas levantados foram “A Lei Maria da Penha”, “Os diferentes tipos de violência”, “Representações Sociais do Papel de Homem e de Mulher”, e “Feminismo x Machismo”.

Os temas selecionados subsidiaram os encontros promovidos pela área da Psicologia. Foram 12 encontros realizados ao longo de três meses, com duração de 90 minutos cada, em que tivemos a participação de 8 assistidos com medidas restritivas por praticarem a violência contra mulheres.

Dos encontros realizados destacamos os momentos mais significativos em que os temas geradores foram abordados. Os temas contribuíram ao nortear as atividades do grupo e por promover transformações nas representações dos assistidos do projeto a fim de prevenir e combater a reincidência dos casos de violência contra a mulher. Os encontros foram desenvolvidos com atividades e dinâmicas contemplando os temas propostos com os assistidos do Patronato de Apucarana.

O objetivo deste artigo foi analisar os encontros realizados a partir das anotações e materiais utilizados na reflexão dos temas. Adotamos os pressupostos da abordagem qualitativa e pesquisa documental para o estudo dos materiais utilizados e produzidos ao longo dos encontros.

Assim, nos empenhamos em compreender de que forma as representações sociais presentes nos papéis de gênero podem naturalizar concepções machistas e promover o enfrentamento e a violência entre casais. O estudo dos temas proporcionou momentos de reflexão no grupo com uma abordagem responsabilizante que trouxeram resultados inesperados nos depoimentos e participação dos assistidos.

Relações de gênero

É incontestável que nas últimas duas décadas ocorreram avanços significativos nos estudos de gênero que focam a análise das masculinidades. O mundo ocidental foi sacudido por questionamentos sobre as características e os aspectos masculinos (VIANA JR, 2017, p. 89).

Para compreender melhor o caráter histórico das relações de gênero adotamos as representações sociais como referência para identificar padrões que podem levar a um enfrentamento entre casais e, muitas vezes, aos atos de violência contra a mulher.

Então, em vez de negar as convenções e preconceitos, esta estratégia nos possibilitará reconhecer que as representações constituem, para nós, um tipo de realidade. Procuraremos isolar quais representações são inerentes nas pessoas e objetos que nós encontramos e descobrir o que representam exatamente (MOSCOVICI, 2012, p. 36).

Moscovici (2012) chama atenção para o risco de se negar as marcas que as representações produzem, gerando consequências no dia-a-dia das pessoas. Examinamos inúmeras situações e preconceitos que apoiam a violência contra a mulher, assim vemos que “as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros” (MOSCOVICI, 2012, p. 8).

[...] as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros” (MOSCOVICI, 2012, p. 8).

Refletir sobre a cultura e os valores que as representações carregam pode ajudar na desconstrução de uma série de preconceitos e estereótipos na relação de gêneros (LOURO, 1997). Assim, por meio da análise e reflexão das representações sociais estima-se que muitos preconceitos construídos historicamente podem ser revistos e superados.

Priore; Amantino (2013) reforçam as construções históricas que apontam para um modelo de masculinidade tóxica na relação com as mulheres que invariavelmente acabam por relegar às parceiras papéis que as levam a suportar jornadas de trabalho que se acumulam às tarefas de casa e cuidados com a família.

Dessa forma, não há uma visão de homem natural (PRIORE; AMANTINO, 2013) que possa justificar as diferenças que se apresentam nas concepções e papéis de gênero tão díspares quanto os que encontramos em nossa sociedade arraigados.

[..] compreendemos que o referente “homens” é também um significado, o que nos liberta da ideia de um referencial fixo, estabelecido a priori, tomado como natural. Essa proposição, inclusive, lança-nos a uma reinterpretação dos aspectos, comportamentos e pensamentos remetidos aos homens e tomados como elementos fundadores e fomentadores das crises de masculinidades ao longo da história. Em nossa análise observamos e significamos esses aspectos como formas de alteração e criação de novas masculinidades, de outras maneiras dos homens estarem no mundo, de se observarem e de se perceberem (VIANA JR, 2017, p. 102).

Para Viana Jr (2017) reconhecer as transformações sociais que alicerçaram uma crise identitária entre os homens pode ajudar a compreender as transformações fundamentais que produziram uma série de mudanças.

A produção da violência doméstica encontra-se no cerne de representações e papéis de gênero que, por vezes vem alicerçada em uma situação em que a mulher ainda se encontra submetida ao poder masculino que “em tese” deve ser obedecido por cumprir o papel de prover a família e “educar” seus membros. Nesse sentido a mulher como ser subjugado também deve ser “educado” quando não cumpre “suas tarefas” ou não obedece o marido.

As justificativas e motivos que acompanham os boletins de ocorrência também mereceriam um estudo, pois nos relatos produzidos vemos como os papéis de gênero acompanham o discurso “justificando” o uso da força pelo homem que está no controle, determinando como a mulher deve se submeter cumprindo tarefas que são dos dois, mas que rotineiramente são atribuições dela.

Em um estudo desenvolvido anteriormente por Tamborim; Cabreira; Pasquini (2017) em uma brinquedoteca constatou que todos os aparelhos domésticos de uso feminino eram cor-de-rosa, tábua e ferro de passar, pia, vassoura, fogão recebiam essa cor, reforçando estas tarefas como papel das mulheres.

Comumente encontramos na sociedade diferentes atores que reforçam o papel do homem de protetor e provedor da família, estes perfis se apresentam na mídia com muita frequência reforçando padrões que estão, cada vez mais distantes do cenário brasileiro, em que, é mais comum a participação de mulheres no sustento de sua família.

O "novo homem" estaria em crise porque não encontraria modelos identitários hegemônicos para descrever sua nova condição masculina. Os reflexos dessa crise se devem à maior participação das mulheres no campo do trabalho, do avanço da tecnologia no campo da sexualidade, na pluralidade de papéis e identidades sexuais, na redefinição do papel de pai, na maior preocupação com o corpo e com a estética e a tentativa de manter e sustentar um modelo hegemônico único no papel masculino (SILVA, 2006, p. 118).

Dessa forma, os enfrentamentos encontram terreno fértil para aumentar, tendo em vista, a dupla jornada de trabalho feminino em que se acumulam também as tarefas de casa em que o “parceiro” pode “ajudar”, mas não assume voluntariamente e nem com boa disposição, pois a ideia de trabalho doméstico não compete ao papel masculino que deseja manter.

Assim, a reflexão sobre os desdobramentos que os papéis de gênero ainda alcançam na sociedade podem contribuir para uma relação em que os casais possam conviver de forma mais harmoniosa e cooperativa.

Em debate as relações de gênero

Contar a história do contrato sexual é mostrar como a diferença sexual, o que é ser “homem” ou “mulher”, e a construção da diferença sexual enquanto diferença política são essenciais para a sociedade civil. O feminismo sempre se preocupou com a diferença sexual, e as feministas estão enfrentando agora um problema muito complexo. No patriarcado moderno, a diferença entre os sexos é apresentada como uma diferença essencialmente natural. O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza. Como as feministas devem, então, lidar com a diferença sexual. A resposta feminista adequada parece ser, então, lutar pela eliminação de todas as referências à diferença entre homens e mulheres na vida política; assim, por exemplo, todas as leis e políticas deveriam ser do “gênero neutro” (PATEMAN, 1993, p. 34-35).

As obras que revolucionaram a visão de homem e mulher na sociedade parecem ter passado longe do cidadão comum que se viu ameaçado pelas mulheres nos novos postos de trabalho, mas em casa tratou de manter a relação de dominação que herdou de seus pais.

Iniciamos o grupo com a participação de oito assistidos que, de início questionavam o motivo de serem eles indagados pela sua postura na sociedade, uma vez que as mulheres também deveriam

ser questionadas por não cumprirem suas tarefas e serem, portanto, co-responsáveis pelas agressões que sofreram.

Participaram dos encontros J.V.S., 48 anos, vendedor casado a 19 anos com dois filhos, A.M.S., 42 anos, pintor divorciado, pai de um menino, FPS, 32 anos, auxiliar administrativo, solteiro, pai de um menino, A.S.J. 23 anos, azulejista, solteiro, V.G., 21 anos, eletricitista, casado a 4 anos, J.C.M. 38 anos, corretor, casado a 6 anos, sem filhos, O.S. 36 anos, auxiliar operacional, pai de uma menina, M.V.S., 42 anos, contabilista, pai de uma moça e dois meninos. Optamos por identificar os participantes pelas iniciais, idade e profissão a fim de manter suas identidades protegidas.

Neste primeiro encontro seguimos com as apresentações e notamos alguns padrões tóxicos de masculinidade também nos familiares que reforçavam o papel do homem no “comando” das ações da mulher no lar, um dos assistidos mencionou que ouviu da mãe “se não corrigir sua mulher é melhor vestir saia quando sair na rua” (A.S.J., 23 anos, azulejista).

Outro participante indicou que as agressões se intensificaram no lar por ter sido “esfaqueado com palavras” pela esposa (F.P. S., 32 anos, auxiliar administrativo) a expressão soou por demais marcante e levou os demais participantes a concordarem com o assistido.

No primeiro encontro os depoimentos vinham carregados de preconceito e invariavelmente “justificavam” as ações que os condenaram. Apenas um dos assistidos reconheceu que não deveria ter ameaçado a esposa que “exagerou mostrando as gravações” que fez no celular que ele lhe ofereceu.

Boa parte das queixas que traziam reforçavam os modelos de papéis de gênero com os quais cresceram. Muitos viram o pai “corrigir” a mãe aos “solavancos”, com comportamentos violentos e ameaçadores que, “nem de longe, lembravam o que sua esposa tinha sofrido” (A.M.S., 42 anos, pintor). Assim, vimos que estes senhores se sentiam injustiçados por terem que se apresentar nos encontros.

No encontro seguinte apresentamos um vídeo sobre a Lei Maria da Penha, como ficou conhecida a Lei nº 11.340/2006, que trouxe alguns esclarecimentos para os assistidos. Abordamos

também os diferentes tipos de violência que seguem os ciclos de enfrentamentos que ocorrem entre os casais. E um jogo com perguntas relacionadas aos papéis de gênero (formulado pela equipe) ajudou os participantes a falarem do convívio e das dificuldades que enfrentavam cotidianamente.

Os problemas enfrentados pelos assistidos se assemelhavam à angústia descrita por Badinter (1993) na crise de identidade masculina, uma vez que estes não podiam se apoiar nas “verdades” que rondavam as suas atitudes no relacionamento. Afinal, suas posturas estavam em consonância com os modelos que tiveram em seus lares, mas não eram aceitos na sociedade que os estavam punindo.

A este sofrimento acrescentar-se mais um. Hoje, os pontos de referência desapareceram e o homem do final do século XX não sabe mais como se definir. À pergunta ‘que é um homem?’, Gunter Grass responde [na década de 1970]: ‘Um lugar de doloroso sofrimento... um brinquedo do acaso... um teatro de angústia e desesperança’ (BADINTER, 1993, p. 5).

A crise que se instala entre os homens coloca em perspectiva as conquistas femininas que passaram a ditar os costumes e a própria ação da mulher no dia-a-dia, questionando a sujeição em que viviam suas avós, mães e até colegas que tiveram os relacionamentos desfeitos pelos constantes conflitos no lar.

A discussão acerca dos papéis de gênero e suas representações suscitou no grupo um debate acalorado confirmando o que era esperado pelas imagens destacadas nas revistas que puderam recortar para expressar a visão que tinham sobre as mulheres.

Imagens com a mulher como objeto para a venda de diferentes produtos, e a mulher subserviente ao homem, sedutora ou mãe, servindo a família nos comerciais, foram muito destacadas provavelmente por terem se naturalizado no cotidiano dos participantes.

Aos poucos os recortes produzidos nas revistas foram sendo questionados e os argumentos, produzidos dentro de uma

perspectiva responsabilizante, começaram a surtir efeito a ponto de se sentirem responsáveis por perpetuar comportamentos machistas de que “pelo bem da família a mulher deveria obedecer o homem” (A.M.S., 42 anos, pintor).

Diante do resultado os desafiamos a encontrar figuras femininas que destoassem dos modelos apresentados anteriormente. Pedimos que procurassem mulheres em diferentes profissões e refletissem sobre a importância do trabalho feminino.

Nessa perspectiva ouvimos muitos relatos sobre a história de seus pais e familiares em que a violência contra a mulher tinha sido extremada, um dos assistidos contou que “um tio cortou o cabelo da irmã com faca” (J.C.J., 38 anos, corretor) a ponto de deixar marcas no couro cabeludo sem qualquer razão que justificasse tal atitude.

Quando levamos fotos de brinquedos e pedimos para que escolhessem um brinquedo com que costumavam brincar na infância. Vimos que a maioria escolheu carrinhos, bolas, jogos, todos objetos em um tom bem vívido de azul. Os brinquedos cor-de-rosa eram rejeitados. As histórias que acompanhavam descreviam momentos marcantes da infância que motivou o grupo.

Pedimos então que observassem os brinquedos que costumeiramente eram destinados às meninas e pedimos que refletissem sobre o que pensavam a respeito. Os participantes com filhas trataram a atividade com maior seriedade indicando uma preocupação com o futuro das meninas. O mais calado O.S. (36 anos, auxiliar op.) disse “eu me preocupo muito com o futuro da minha filha, prefiro incentivar os estudos com livros, se ela ganha boneca é da mãe e das tias”. M.V.S. (42 anos, contador) fez o seguinte relato “minha a filha de 19 anos quer ser veterinária e não tem interesse em se casar, passou por muita coisa quando nos separamos, sabe?” situações como estas fizeram o grupo pensar sobre os modelos de comportamento presentes na sociedade.

Próximo do final dos encontros, na nona semana um participante precisou faltar, V.G. (21 anos, eletricista) conseguiu trabalho em Arapongas e deixou o grupo justificando a ausência no setor jurídico.

Seguimos com os demais participantes que no encontro da semana relataram uma certa angústia com o término do grupo. Alguns aproveitaram para falar do que estavam achando dos encontros antecipando uma atividade programada para o final. Para F.P. S, 32 anos, aux. adm. os encontros passaram a ser um momento de “pensar na vida”, já para J.V.S., 48 anos, vendedor “uma chance de aprender mais sobre os relacionamentos”.

Diante da preocupação com o término dos encontros sugerimos que aqueles que quisessem dar continuidade ao processo de falar de si poderiam buscar atendimento psicológico gratuito nos postos de saúde e na triagem do curso de psicologia.

As discussões que foram suscitadas serviram para acompanhar os processos de mudança no grupo, priorizamos as imagens para trabalhar com o grupo, em virtude da dificuldade com a leitura que a maioria apresentava. Assim, mesmo os cartazes que fizeram continham mais recortes do que palavras para indicar os diferentes papéis de gênero.

No encontro final vimos que todos trouxeram uma avaliação positiva dos encontros, indicando o quanto tinham aprendido com os vídeos e dinâmicas. Um dos assistidos A.M.S., 42 anos, que tinha esperança de reatar o relacionamento disse “agora é seguir em frente, infelizmente voltar atrás não dá, ela não quer”. Perguntamos como seriam os relacionamentos dali para frente e vimos que a palavra respeito ganhou destaque se repetindo na fala dos participantes.

Outros pontos que vimos surgir na fala dos assistidos corroboravam com o que tinha sido marcante nos encontros como a ideia de “não repetir o erro”, “tarefa de casa é para os dois”, “não vale a pena discutir”, “melhor se afastar do que viver brigando”.

Considerações Finais

[...] o homem atual está imerso em uma profusão infinita de estímulos e informações, parece fragmentado e o seu modelo de masculinidade historicamente dominante e correspondente está semelhantemente abalado. O domínio dos homens sobre as

mulheres, um dos principais elementos que auxiliavam a manter a figura masculina do patriarca, foi questionado e refutado pelos movimentos feministas (VIANA JR, 2017, p. 102).

Nos atendimentos e encontros notamos que os temas propostos nos encontros foram importantes para subsidiar uma nova representação dos papéis socialmente construídos, possibilitando uma reflexão necessária à mudança no modo de ver o outro.

Observamos que os participantes não tinham, no início, um bom repertório para lidar com as questões e problemas que enfrentavam no dia-a-dia com suas companheiras, a falta de argumentos acabava sempre provocando algum tipo de violência.

Assim, a queixa inicial da maioria dos assistidos que era de achar que a mulher também deveria participar de um grupo para discutir sua responsabilidade no relacionamento conjugal, aos poucos foi sendo abandonada, em face dos temas que fizeram surgir histórias familiares, em que testemunharam outras mulheres sendo vítimas de relacionamentos abusivos.

Os modelos que tiveram em casa e na sociedade entre os amigos passaram a ser questionados e aos poucos conseguiram se sentir responsáveis pelos acontecimentos, refletindo sobre os padrões de masculinidade adotados durante seus relacionamentos.

Para alcançar uma sociedade mais igualitária em que todos se respeitem e cooperem é necessário, antes romper com certos estereótipos, que enraízam preconceitos e difundem a ideia de um papel ou modo de ser feminino e de certo papel masculino na sociedade, em prol de uma convivência mais harmônica e pacífica.

Referências

- BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e Discurso**. São Paulo: Ática, 1995.
- BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

KUNDERA, Milan. **Risíveis Amores**. Trad. Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista/ Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013.

VIANA JR, Mário Martins. **Masculinidades: ampliando o debate**. Revista Fórum Identidades. |Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 23, p. 87-108, jan.-abr. de 2017.

SILVA, Sergio Gomes da. **A crise da Masculinidade**: uma Crítica à identidade de Gênero e à Literatura Masculinista. Psicologia, Ciência e Profissão, vol. 26, n. 1, pp. 118-131, 2006.

TAMBORIM, Jessica; CABREIRA, Luciana Grandini; PASQUINI, Adriana Salvaterra. Brinquedoteca: azul ou rosa? In: HUMMEL, Eromi; SILVA, Ricardo Desidério da; OLIVEIRA JR, Isaías Batista de (orgs.). Educação, Sexualidade e Diversidades. Londrina: Syntagma Editores, 2017. p.172-183. Acesso em: Setembro de 2017. Disponível em: <http://www.syntagmaeditores.com.br/Livraria/Book?id=1047>

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO NA PRISÃO

Selson Garutti

Introdução

A concepção de uma lógica homogênea e única de identidade social de gênero, naturalizada e cristalizada, deixa de ter sentido quando por volta da década de 1970, passa a ser questionada pelos Estudos Históricos a noção de heteronormatividade (do grego hétero, "diferente", e norma, "esquadro" em latim) (LOPES, 2004).

A noção de identidade cultural hegemônica vem perdendo sua força homogênea para as novas forças heterogêneas e múltiplas de identidades significativas interdependentes, a qual está levando ao colapso todas as identidades culturais fortes e está produzindo multiplicidade de estilos e fragmentações culturais, conforme afirma Hall (2006, p. 74):

Alguns teóricos culturais argumentam que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural descrita por Kenneth Thompson (1992), mas agora numa escala global – o que poderíamos chamar de pós-moderno global (HALL, 2006, p. 74).

Nesse sentido, a efemeridade das identidades culturais está cada vez mais dilacerada, produzindo novas identidades e identificações. Entre outros motivos, um dos maiores responsáveis é a possibilidade cultural que permite uma miscelânea

multicultural com um processo cada vez mais acirrado com os meios de comunicação tecnológico.

Constata-se assim que as identidades flutuam cada vez mais na liquidez do consumismo. Portanto, as identidades culturais deixam de serem estáticas, unificadas e homogêneas, tornam-se cada vez mais dialéticas e heterogêneas, produzindo uma (re)significação dos seus efeitos e, por conseguinte, suas identidades / identificações.

Material e método

Este texto apresenta uma pesquisa cujo objetivo consiste em mapear, identificar, analisar e discutir a produção acadêmica nos programas de pós-graduação sobre o tema “Educação Prisional no Brasil”, por meio do procedimento metodológico do estado do conhecimento, o qual consiste em fazer um levantamento da produção em pesquisa acadêmica em um determinado tema em estudo com descritores específicos que orientam e direcionam o processo de compreensão do tema em questão (ANDRÉ *et al.*, 1999).

Como desdobramento, é preciso salientar quais subtemas foram privilegiados em decorrência das pesquisas, produção e distribuição regional, além de identificar as instituições balizadoras de tais produções.

Para levar a contento a pesquisa do estado do conhecimento, faz-se necessário constituir uma boa identificação a respeito de qual seja o objeto de estudo, etapa importante para o desenvolvimento da investigação científica, é por meio dessa delimitação que se define o estado do conhecimento sobre o tema e o que seja objeto a ser investigado. Com isso, também fica delineado o problema da pesquisa proposta (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

A pesquisa do Estado do Conhecimento, bem como, o Estado da Arte, em posse dos dados obtidos e dos registros das dissertações, teses, artigos e/ou quaisquer outras formas de pesquisas realizadas e publicadas, deve ser entendida como preâmbulo de uma pesquisa maior, pelas quais se diminuem as

distâncias entre o desejado e o já realizado, indicando o que já foi produzido sobre educação prisional no Brasil, em detrimento do que pode vir a ser trabalhado em suas mais variadas possibilidades (FERREIRA, 2002).

Os procedimentos adotados para realização desta pesquisa constituíram em:

1. Pesquisa, seleção, identificação e coleta dos dados no(s) banco(s) de dado(s);
2. Leitura, seleção e classificação dos resumos;
3. Identificação dos descritores (categorias) referente ao tema;
4. Organização de um quadro de referências dos dados identificados na pesquisa;

A seguir, vem os resultados da produção sobre a temática pesquisada diluída em seus descritores e categorias, ao longo do período delimitado.

Resultado e discussão

O levantamento das teses e dissertações sobre o tema “ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO NA PRISÃO” foi realizado tomando-se, por referência as bases de dados, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), dos quais foram selecionadas vinte quatro (24) dissertações de mestrado e cinco (05) teses de doutorado, totalizando uma produção de vinte nove (29) trabalhos produzidos entre o período de 2003 a 2018. Conforme quadros a seguir.

DOUTORADO = 05 TRABALHOS

QUADRO 01: Distribuição das instituições & Programas das teses

Ano	Instituição	Tese Programa	Total
2013	UNESP	Psicologia	01
2014	UFPE	Antropologia	01
2014	UFPE	História	01
2016	FIOCRUZ	Bioética, Ética Aplicada Saúde Coletiva.	01
2018	UFBA	Cultura e Sociedade	01
Total			05

FONTE: CAPES.

QUADRO 02: Instituições de origem das Teses distribuídas por regiões

Região Teses	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte
		UNESP, 2013			
				UFPE, 2014	
				UFPE, 2014	
		FIOCRUZ, 2016			
				UFBA, 2018	
TOTAL= 05	00	02	00	03	00

FONTE: CAPES.

QUADRO 03: Quantidade de Programas das teses

Psicologia	01
Antropologia	01
História	01
Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.	01
Cultura e Sociedade	01
Total	05

FONTE: CAPES.

DISSERTAÇÃO = 24 TRABALHOS

QUADRO 04: Distribuição das instituições & Programas dissertações

Ano	Instituição	Dissertação Programa	Total
2003	UFRJ	Serviço Social	01
2006	UTFPR	Tecnologia	01
2006	UCB	Direito	01
2007	UFES	Psicologia	01
2009	UFPEL	Ciências Sociais	01
2010	UTFPR	Tecnologia	01
2010	UNICAMP	Sociologia	01
2013	UEL	Serviço Social Política Social	01
2014	UFRGS	Educação	01
2014	UFPE	Psicologia	01
2014	PUCRS	Serviço Social	01
2014	UFMG	Psicologia	01
2015	PUCSP	Ciências Sociais	01
2016	PUCRS	Direito	01
2016	UFAL	Letras e linguística	01
2016	UENF	Sociologia Política	01
2017	UFF	Sociologia e Direito	01
2017	USP	Direito	01
2017	UFSCar	Antropologia Social	01
2017	PUCRS	Psicologia	01
2017	UFRRJ	Ciências Sociais	01
2018	PUCRS	Psicologia	01
2018	UFPE	Psicologia	01
2018	USP	Direito	01
Total			24

FONTE: CAPES.

QUADRO 05: Quantidade de Programas das dissertações

Antropologia Social	01
Ciências Sociais	03
Direito	04
Educação	01
Letras e linguística	01

Psicologia	06
Serviço Social	02
Serviço Social e Política Social	01
Sociologia	01
Sociologia e Direito	01
Sociologia Política	01
Tecnologia	02
Total	24

FONTE: CAPES.

QUADRO 06: Instituições de origem das Dissertações distribuídas por regiões

Região Disserta	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte
	UTFPR, 2006	UFRJ, 2003	UCB, 2006	UFPE, 2014	
	UFPEL, 2009	UFES, 2007		UFAL, 2016	
	UTFPR, 2010	UNICAMP, 2010		UFPE, 2018	
	UEL, 2013	UFMG, 2014			
	UFRGS, 2014	PUCSP, 2015			
	PUCRS 2014	PUCRS, 2016			
		UENF, 2016			
		UFF, 2017			
		USP, 2017			
		UFSCar, 2017			
		PUCRS, 2017			
		UFRRJ, 2017			
		PUCRS, 2018			
		USP, 2018			
TOTAL= 24	06	14	01	03	00

FONTE: CAPES.

QUADRO 07: Programas de Pesquisa em relação às Teses e Dissertações.

M/D	2003	2006	2007	2009	2010	Total
	M	M	M	M	M	M
UFRJ	1					1
UTFPR		1				1
UCB		1				1
UFES			1			1
UFPEL				1		1
UTFPR					1	1
UNICAMP					1	1

M/D	2013		2014		2015	2016		2017		2018		Total	
	M	D	M	D	M	M	D	M	M	D	M	D	
UEL	1												1
UFRGS			1										1
UFPE			1										1
PUCRS			1										1
UFMG			1										1
PUCSP					1								1
PUCRS						1							1
UFAL						1							1
UENF						1							1
UFF								1					1
USP								1					1
UFSCar								1					1
PUCRS								1					1
UFRRJ								1					1
PUCRS										1			1
UFPE										1			1
USP										1			1
UNESP		1											1
UFPE				1									1
UFPE				1									1
FIOCRUZ							1						1
UFBA											1		1

FONTE: CAPES.

QUADRO 08: Relação entre Descritores & Palavras-chaves.

GENÊRO / IDENTIDADE	PRESÍDIO	VARIAVEIS
Afeto 01	Assistência 01	Antropologia 01
Direitos	Cárcere 02	Atores Institucionais
Reprodutivos 01	Colonialidade 03	01
Discriminação 01	Controle penal 01	Ciências sociais
Experiência 01	Criminalização 03	aplicadas 01
Família 01	Discurso jurídico 01	Cursos
Feminismo 02	Educação de presos	profissionalizantes 01
Gênero 17	02	Direitos Humanos 03
Homoafetiva 01	Justiça criminal 02	Etnografia 01
Homossexualidade	Legalidade 01	Experiências Sociais 02
02	Mulheres em conflito	História 02
Identidade 02	com a lei 06	Ideologia 01
Lésbicas 01	Penas alternativas 01	Interseccionalidade 01
Masculinidades 01	Penitenciária 02	Marcadores sociais 01
Masculino 01	Presas 03	Maternidade 02
População LGBT 02	Prisão 15	Mídia 02
Preconceito 01	Reflexos do	Migração 02
Relacionamento	Encarceramento 01	Políticas indenitárias
Amoroso 01	Sistema de Justiça	01
Resistência 01	Criminal 01	Políticas Públicas 01
Sexo 01	Sistema jurídico penal	Processos de
Sexualidade 05	brasileiro 01	subjetivação 01
Transexuais 01	Sistema prisional 01	Profissionais da saúde
Travesti 05	Violência 02	01
	Atores Institucionais	Raça 01
	01	Relações de poder 04
	Sujeição criminal 01	Representações Sociais
		01
		Tecnologia 01
		Pedagogia da
		Sobrevivência 01

FONTE: CAPES.

Discutindo as teses de doutorado

Bellinello (2013) teve por objetivo analisar a articulação entre os processos de subjetivação contemporâneos, as relações de poder e as formas sutis com que as tecnologias de gênero naturalizam e perpetuam ações nas relações, parcerias e lutas diárias que ocorrem em uma Penitenciária. Sua referência teórica foi a genealogia foucaultiana, teve por procedimento de pesquisa a análise de documentos institucionais e entrevistas realizadas com funcionários do Sistema Penitenciário que atuam em Londrina. Discutiu o entrelaçamento destas forças se engendrando na dinâmica das relações tanto de poder quanto de resistência entre os sujeitos apenados. De modo geral, sua discussão tange relações de processos construídos a partir da subjetivação disciplinar e normalizadora. Segundo o autor, a problematização destas grades biopolíticas binárias tem permitido a construção de outros fluxos, para além da grade de ferro e de si mesmo, levando os sujeitos presos processarem subjetivações daqueles que representam o Estado perante as pessoas presas, a partir dos passos de uma mulher entre as masculinidades.

Concluiu que esse percurso aponta para caminhos possíveis para o surgimento de possibilidades existências mais potentes e, pelas quais concretizam o fazer da execução penal, em especial nas penitenciárias, algo diferente da produção de incapazes.

Castro (2016) teve por objetivo analisar os efeitos da interseção de normas de gênero e das relações disciplinares sobre a experiência da maternidade na prisão, identificando controvérsias no plano dos valores, ressaltando as relações de poder e os discursos e práticas que as sustentam. Teve por procedimento de pesquisa um estudo empírico, em cinco penitenciárias femininas de quatro estados brasileiros. Foram entrevistadas gestantes e mulheres cujos filhos se encontravam junto a elas na prisão (n=22) e profissionais que atuam nas referidas unidades prisionais (n=19). Também foram feitos grupos focais com gestantes e mulheres com filhos na prisão (n=5) e com profissionais de saúde (n=3).

Os roteiros das entrevistas foram definidos de acordo com os seguintes eixos temáticos: 1) percepções da maternidade na prisão, o papel do pai e da família. 2) percepção e cuidados na gravidez e no parto; 3) cuidados e assistência à saúde da criança; 4) percepção do ambiente, das normas e das interações sociais; 5) vivência da separação e encaminhamento dos filhos às famílias e/ou instituições.

A partir do material coletado verificou-se que a atenção à saúde reprodutiva prestada à mulher presa tem por característica uma forte abordagem medicalizante, prescritiva e reducionista que, ao se integrar à ordem disciplinar das relações sociais nas prisões, intensifica as desigualdades de gênero, bem como, as relações de dominação, violando seus direitos reprodutivos.

Sua conclusão foi pela urgente aplicação de intervenções penais alternativas à prisão para gestantes e mulheres com filhos, como previsto na legislação brasileira e recomendado pela ONU. Destacou ainda, a necessidade de questionar a lógica de ampliação da intervenção penal como estratégia de controle da pobreza e de formas de vida contestadas.

Silva, Joao Ricard Pereira da (2014) teve por objetivo analisar a conjugalidade homoafetiva e seus processos de formalização na Região Metropolitana do Recife/PE. Em um movimento de compreensão dos mecanismos que interferem nas decisões dos casais pela formalização das suas conjugalidades na Colônia Penal Feminina do Recife.

Seu referencial teórico foi dado pelo campo etnográfico, organizado por meio da observação participante, entrevistas 'não diretivas' com os casais durante o trabalho de campo. Além da análise etnográfica de algumas matérias sobre a conjugalidade homoafetiva em revistas de grande circulação no Brasil. Nesse sentido, teve por procedimento metodológico, entrevistados com 12 (doze) casais compostos por mulheres, além de 03 (três) representantes políticos de reivindicação pelos direitos de lésbicas e gays no Estado de Pernambuco.

Sua conclusão foi que as mulheres mantêm as suas conjugalidades na prisão, mesmo que esse ambiente seja fortemente marcado por regras rígidas, além de carregarem os estigmas sociais próprios das pessoas encarceradas.

Silva, Vanuza Souza (2014) teve por objetivo analisar os processos históricos de mudanças sociais ocorridas desde os anos 60, 70 e 80 do século XX no lugar da mulher a partir dos movimentos feministas nas ruas, nas academias que reivindicavam a entrada da mulher no mercado de trabalho e questionavam a mulher enquanto símbolo apenas da maternidade e casamento. Constatou-se um predomínio de mulheres analfabetas e/ou semianalfabetas que estão fora do mercado de trabalho e sem nenhuma especialização profissional; além disso, integram, em sua maioria, famílias cujas mães solteiras.

Seu referencial teórico foi inspirado nos pós-estruturalistas Michel Foucault, Gilles Deleuze, Judith Butles e Gilles Lipovetsky os quais constroem discussões sobre os processos de subjetivação em uma sociedade disciplinar e de controle, pelo qual concluiu sobre a legitimação do sistema capitalista, capturam as mulheres para o mercado de trabalho, para a indústria da moda e da beleza.

Souza, Simone Brandao (2018) teve por objetivo analisar de que forma se dá o exercício da sexualidade, a construção e a afirmação das identidades de gênero, sexuais e étnico-raciais entre mulheres negras que se relacionam afetivamente e sexualmente com mulheres na prisão, a partir de pesquisa realizada no Conjunto Penal de Feira de Santana, unidade prisional do estado da Bahia.

Seu referencial teórico foi etnopesquisa e teve por procedimento de pesquisa a perspectiva interseccional, utilizando como instrumentos metodológicos de investigação, por meio de entrevistas narrativas, observação participante, oficinas temáticas e produção audiovisual de vídeo. Sua conclusão foi a sororidade ou o "continuum lésbico", construído entre as mulheres na prisão, como rota de fuga e deslocamento da heteronormatividade.

Considerações finais

A produção acadêmica entre o período de 2003 a 2018 demonstra uma evolução crescente sobre o tema, foram 24 dissertações de mestrado (80 %) e 05 teses de doutorado (20 %), totalizando 29 trabalhos. Uma das primeiras considerações a serem feitas é que essa produção, em certa medida, passou a ter uma maior visibilidade, um movimento por parte dos pesquisadores, quando pelo aumento da incidência de políticas públicas constituídas no espaço prisional.

Vale ressaltar também que parte da produção acadêmica foi produzida por autores que estão envolvidos no sistema de alguma forma. Além, da consciência da necessidade do engajamento político sobre a causa LGBT. Apesar de ter havido um aumento da produção acadêmica sobre o tema, ainda não foi suficiente para que os políticos olhem com mais afinco ao problema da identidade de gênero na prisão no Brasil. Destacar ainda, a efetividade da construção dessa área de conhecimento.

Referências

Fonte primária de teses

BELLINELLO, Cintia Helena dos Santos. **A Casa dos Homens: Passos de uma Mulher entre as Masculinidades na Prisão**. 2013. 98 f. Tese (Doutorado em psicologia) - Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=973081>.

Acesso em: 20 mar. 2019.

CASTRO, Vilma Diuana de. **Mulher, Gênero e Encarceramento: Implicações Sociais e Éticas**. 2016. 103 f. Tese (Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) - Fundação Oswaldo Cruz, Niterói, 2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/>

sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3933961>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA, Joao Ricard Pereira Da. **Vontade de Família: Uma Etnografia sobre a Conjugalidade Homoafetiva**. 2014. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2249339>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA, Vanuza Souza. **O Entre da Liberdade, As Prisões: Os feminismos que emancipam, prendem? Uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)**. 2014. 300 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2023275>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SOUZA, Simone Brandao. **Lésbicas, Entendidas, Mulheres Viados, Ladies: As várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma Unidade Prisional Feminina da Bahia**. 2018. 309 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6331325>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Fonte primária de dissertações

ALVES, Enedina do Amparo. **Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://sucupira>.

capex.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2686362>.

Acesso em: 25 mar. 2019.

BOLDRIN, Guilherme Ramos. **Desejo e Separação monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo**. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6286510>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CANHEO, Roberta Olivato. **"Puxa Pro Evaristo"**: Produção e Gestão da População LGBT presa na cidade do Rio de Janeiro. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5975565>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CARVALHO, Bruno Robson de Barros. **"Tá pensando que Travesti é bagunça?"**: Repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco. Recife. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014a. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10286/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Bruno%20Robson%20de%20Barros%20Carvalho.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de. **Nas entre-falhas da linha-vida**: experiências de gênero, opressões e liberdade em uma prisão feminina. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014b. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2197188>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CIARLINI, Rita de Cássia Lima Rocha. **Violência de Gênero Intrafamiliar nos Juizados Especiais Criminais**. 2006. 246 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de

Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/369>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

COSTA, Diego Lacerda. **Gênero e Prisão**: O Discurso Jurídico sobre a Mulher Presa. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em letras e linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3607669>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CUNHA, Isabela Rocha Tsuji. **Gênero, Migração e Criminalização**: Fronteiras e Deslocamentos nas trajetórias de Mulheres Migrantes em conflito com a lei em São Paulo. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6622838>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e Prisões**: A Experiência Social e a Materialidade do Sexo e do Gênero sob o luso fusco do cárcere. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5660/1/000454061-Texto%2BCompleto-0.pdf>>.

Acesso em: 25 mar. 2019.

KLEIN, Caio Cesar. **“A Travesti chegou e te convida pra roubar”**: representações sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3616337>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MACEDO, Natalia. **O Lugar das Trans na Prisão**: Um estudo comparativo entre o cárcere masculino (São Paulo) e alas LGBT (Minas Gerais). 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/tr>

abalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5819921>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MANFRIN, Silvia Helena. **Diversidade Sexual no Sistema Prisional**: Um olhar sobre o preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual a partir da Penitenciária Wellington Rodrigo Segura de Presidente Prudente/SP. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade estadual de Londrina. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=107832>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PADOVANI, Natália Corazza. **"Perpetuas Espirais"**: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278999>>. Acesso em: 25 de mar. 2019.

PAIXÃO, Andrea de Freitas. Encarceramento e Afetividades entre Mulheres no Presídio Talavera Bruce. 2017. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6252005>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PASE, Paola Fagundes. **O Recorte de Gênero no trabalho em saúde em um Estabelecimento Prisional Feminino**. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6651491>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma Ala para Travestis, Gays e Seus Maridos**: Pedagogias Institucionais da Sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto

Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106455>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PASTI, Nayara Moreira Lisardo. **Representações de gênero na aplicação do método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) em Itaúna – Minas Gerais. Campos dos Goytacazes, RJ.** 2016.109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Centro de Ciências do Homem, 2016. Disponível em: <<http://www.uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/DISSERTA%c3%87%c3%83O-NAYARA-PASTI-VERS%c3%83O-FINAL-COMPLETA.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PAZ, Sabrina Rosa. **“A Caravana do Amor”**: Um estudo sobre reciprocidades, afetos e sexualidade em um estabelecimento prisional que comporta homens e mulheres em seu interior, Rio Grande/RS. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/06/sabrina.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PIMENTEL, Solange Maria. **Gênero e penas alternativas**: Um Olhar sobre os Cursos Profissionalizantes. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZA6Jf_UDoQYZYm-XJR-OAy0p8MgRtLd6/view>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SANTOS, Laerte de Paula Borges. **Sexualidades Encarceradas**: Afetos, Desejos e Prazeres no Cotidiano do Cortiço-Prisão do interior pernambucano. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5617631>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, Gabriela Baptista. **Políticas Identitárias e de Conjugalidades**: Agenciamentos na Galeria LGBTQBT do Presídio Central de Porto Alegre. 2017. 65 f. Dissertação (Mestrado em

Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5199348>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, Valter Cardoso da. **A Educação atrás das grades: Representações de Tecnologia e Gênero entre Adultos Presos**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iIZQPU_kdK8sZFAS9s-altAAUf-_TWM_/view>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SOUSA, Taís Andrade Pimentel. **Mulheres Aprisionadas: Vivências Amorosas e Representações Sociais de Gênero e de Relacionamento Amoroso**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <<http://psicologia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGP/detalhes-da-tese?id=2193>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero e Marxismo: Um estudo sobre suas aproximações**. 2003. 284 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

Referências

ANDRÉ, M.; SIMÕES, R.H.S.; CARVALHO, J.M.; BRZEZINSKI, I. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, n° 68, dez. 1999, p. 301-309. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a15v2068.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FERREIRA, Norma S.A. As pesquisas denominadas Estado da Arte. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n° 79, ago. 2002, p. 257-272. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11^o ed. DPA, Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, Fabiana Teixeira. "Mujeres Alteradas": uma análise discursiva das identidades sociais de gênero. **Mneme – Revista de Humanidades**. Vol. 05. Nº 11, jul./set. de 2004, p. 18-38. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/224>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Vol. 6, nº 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BEIJO FATAL: ANÁLISE DO DISCURSO, HISTÓRIA DA IMPRENSA E DAS MULHERES, E REPRESENTAÇÃO NA ESCRITA DE CLARICE LISPECTOR (1960)¹

Kaoana Sopelsa

Introdução

Informações sobre a vida pessoal de Clarice de sua família mostram-se cruciais para o entendimento de sua escrita, como sugere Nádya Battella Gotlib (2013) em uma das biografias publicadas sobre a autora, intitulada *Clarice: uma vida que se conta* (grifo meu). Sua subjetividade, como sugere Gotlib, é parte da construção de si mesma, e reflete (como não poderia deixar de ser) em sua escrita.

Por seu lugar de fala enquanto mulher russo/judia, (i)migrante naturalizada brasileira, separada, e por sua atuação profissional enquanto escritora produziu fontes e, conseqüentemente, a possibilidade de analisar esse olhar contra hegemônico e, ao mesmo tempo subjetivo e plural, através da História das Mulheres e da existência de sujeitos desviantes ou desviados das representações dominantes, já que o acesso às informações, relatos, testemunhos e reflexões femininas permite o contraponto com as determinações masculinas hegemônicas, em argumentos sobre “a sujeição das mulheres a seu corpo e a seu sexo” (PERROT, 2005, p. 501).

O texto lispectoriano *Beijo Fatal* (LISPECTOR, 2008) serve, portanto, como exemplo que realoca olhares e representações. Desde a narrativa, que sugere um lugar de fala ameríndio, onde a selvageria não se legitima pela representação de inferioridade, há

¹ Texto publicado inicialmente no II CONEL – Congresso Nacional de Estudos Lispectorianos (UFPB 2019). Disponível em: <https://conelufpb.wixsite.com/2conel?fbclid=IwAR186tUOCBU-8S_gvKPD5bVaZZbvOjBQlyIr2QbTJEsV6kPtTQu2uyxrB3Y>.

o despertar de um pensamento crítico sobre o processo de colonização e sobre a participação feminina na História.

Publicado em 1960 - posterior ao rompimento de Clarice com o papel de esposa de diplomata (1943-1959) -, o ano traça o final do mandato do presidente Juscelino Kubitschek e o vindouro governo conservador, tradicional e anticomunista do presidente Jânio Quadros – última eleição presidencial realizada antes do Golpe Militar de 1964 -, assim como o retorno de Clarice ao meio jornalístico brasileiro.

Ao escrever e diagramar a coluna *Feira de Utilidades* (assinada pelo pseudônimo *Helen Palmer*) no jornal *Correio da Manhã*, deveria aproximar sua escrita do perfil propagandista e feminino de jornalismo, divulgando indiretamente os cosméticos da Pond's². Familiarizada com o meio jornalístico, a autora fez uso de brechas que tornaram possível esquivar-se do cerceamento socioeconômico contratual e contextual em textos como *Beijo Fatal*.

Utilizando essa fonte midiática, a adoção da Análise do Discurso foucaultiana como metodologia analítica, enriquecida pela História das Mulheres e da Imprensa, abarca tanto as contribuições e experiências de vida femininas, contextualizadas historicamente, como auxiliam no entendimento da representação da índia, inserida por Clarice na lenda sobre o nobre espanhol Don García de Peralta³.

² A comercialização dos cosméticos vendidos pela marca Pond's iniciaram-se no cenário brasileiro durante o século XX. Comprada pela Chesebrough Manufacturing Company, em meados do século passado, pertence hoje a Unilever N.U., cujas sedes situam-se, atualmente, na Inglaterra e na Holanda. Fonte: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/06/ponds-beauty-care-with-success.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

³ As ruas da Flor Alta e da Flor Baixa (em espanhol, calles de la Flor Alta e de la Flor Baja) na cidade de Madri – Espanha, foram assim nomeadas por estarem onde antes fora a casa de belos jardins do nobre espanhol *Don García Barrionuevo de Peralta*. Fonte: <<https://hotelarosa-historiasdemadrid.com/2013/06/24/calles-de-madrid-xiii/>>. Acesso em: 26 nov. 2019. A proximidade entre os nomes e períodos (século XVI), da História e da lenda de Clarice, despertam a possibilidade de ligação ou de existência dessa figura cujo nome pode ter sido aproveitado pela autora.

Metodologia

O uso metodológico da Análise do Discurso na perspectiva foucaultiana permite a caracterização da Imprensa como fonte do saber dos agentes pedagógicos, como veículo propagador do discurso hegemônico, onde “o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico”, e “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico”, de acordo com Maria do Rosário Gregolin (2007, p. 14-15).

A desconstrução de lugares e papéis sociais apresentada por Clarice em *Beijo Fatal* apresenta-se distinta da delimitação simbólica, binária e oposta dos universos feminino/masculino e dominante/dominado, exemplificando como interlocutores se apropriam, manipulam ou (dis)simulam o discurso de superioridade étnica e de gênero. Nestas linhas femininas, a História das Mulheres é vista como meio de resistência à invisibilidade e aos estereótipos, auxiliando na desconstrução da naturalização proposta pelos porta-vozes masculinos e pela História tida como Universal.

Essa História, de olhar europeizado herdado da Colonização Ibero-Lusitana, do *Novo Mundo* sobrepondo-se ao *Velho Mundo*. Ignorando as formas plurais de existência e vivência ameríndias, expropriando suas terras, e propondo o acultramento e apagamento, representou com superioridade os “civilizados” colonizadores em detrimento dos povos originários, utilizando a homogeneização ao classificar todos os ameríndios como índios ou indígenas.

As resistências, como explica De Certeau (2014), podem ser observadas em histórias, contos e lendas, no uso de (dis)simulação, de reviravolta. O autor assim explana:

Uma formalidade das práticas cotidianas vem à tona nessas histórias, que invertem frequentemente as relações de força e, como as histórias de milagres, garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico. Este espaço protege as armas do fraco contra a

realidade da ordem estabelecida. (...) essas histórias “maravilhosas” oferecem a seu público (ao bom entendedor, um cumprimento) um possível de táticas disponíveis no futuro (DE CERTEAU, 2014, p. 80).

Ao conduzir a escrita, Clarice adota um modelo que sugere a memória ameríndia, distinta da ordem estabelecida pela colonização. É na definição de lenda que essa inversão se faz assertiva, por possuir como parte de seus preceitos a “fantasia”, o uso da “imaginação”. Todavia, a ação audaciosa de Clarice não se limita a encontrar a esquiva, mas se prolonga ao revisitar representações, ao mesmo tempo que viabiliza interpretações incomuns, ao abster-se de explicações. Essa forma de escrita cobra de quem pesquisa a imersão analítica, cujo aprofundamento se torna fecundo, proveitoso e – por que não? – encantador.

Deste modo, o agrupamento da História das Mulheres e da Imprensa com a Análise do Discurso traz solidez para o desvelamento do discurso hegemônico, tendo como base a escrita feminina, que elucida sobre “(...) que estratégias de (in)visibilidade foram submetidas essas mulheres que ousaram transgredir o tabu do objeto, o ritual da circunstância, o direito privilegiado e exclusivo do sujeito que fala” (BORGES, 2013, p. 16). Suas estratégias possibilitaram a inserção de deslocamentos do discurso patriarcal e hegemônico no espaço de escrita que conquistou para si na Imprensa brasileira. É sobre um de seus textos estratégicos e deslocados que se debruça essa análise.

Resultados e Discussão

Foi durante a Guerra Civil Russa (1918-1923) e a diáspora familiar que Clarice nasceu (1920), enfrentando nos primeiros momentos de vida o antissemitismo e a precariedade. O perigo da fuga acompanhou a recém-nascida até a chegada ao Brasil⁴ (1922).

⁴ Clarice e seus familiares residiram primeiramente em Maceió, migrando em pouco tempo para Recife (1925) e, após a morte de Mania – sua mãe –, para o Rio de Janeiro (1935), na contínua busca por melhores condições de vida. Todavia,

Aluna de educação básica durante a Erva Vargas (1930 – 1945), portanto em contato com o autoritarismo e o conservadorismo ditatorial espelhado no modelo fascista. Do Nacionalismo varguista resultou a inclusão do Dia do Índio no calendário cívico brasileiro, sem buscar conhecer a pluralidade, a memória ou identidade indígena, mantendo o discurso sobre o descobrimento de uma terra já habitada.

Apesar da educação recebida, Clarice trouxe em *Beijo Fatal* “movimento | deslocamento” de pressupostos “natos” a seu gênero e aos ameríndios. Luciana Borges (2013) caracteriza a escrita feminina que se movimenta, que se desloca como forma de ação, de atuação sobre o mundo, por buscar a desconstrução, possibilitar o rompimento da estrutura que legitima construções sociais.

Assim como é possível adequar os deslocamentos e movimentos que Borges (idem) caracteriza como desconstrução para além dos gêneros, a estrutura que oprime as mulheres e os ameríndios, ao ser protagonizada pelo mesmo grupo privilegiado não deixa de ser parte da estrutura patriarcal, que se beneficia com ambas as opressões. Todavia, isso não significa que a opressão ocorra com a mesma intensidade ou da mesma forma nos dois casos.

Possuidora de um olhar sensível e empático, Clarice cursar Direito na Universidade do Brasil (1939), no Rio de Janeiro, sonhando em promover mudanças e justiça. Foi lá que ela conheceu aquele (Maury Gurgel Valente) com quem se casou em 1943, logo após conseguir a naturalização brasileira. A procura por remuneração, unida a insatisfação com o Direito, resultou no início da carreira midiática de Clarice, cujo trabalho como funcionária pública possuía vínculo com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP⁵), órgão responsável pela manutenção da imagem positiva do ditador e do governo.

as migrações traziam consigo a necessidade de reestabelecer as redes de sociabilização, levando-os a procurar nos bairros judeus por fagulhas de pertencimento e solidariedade.

⁵ A criação do DIP em 1939 demonstrou cabalmente do que o Estado Novo foi capaz nesse setor. O órgão ficava subordinado diretamente à presidência da República

O perfil patriarcal e tradicionalista instituído por Vargas utilizava a *Imprensa Feminina*, limitada as temáticas limitadas do chamado “universo feminino”, ou seja, reforçando a representação das mulheres de classe média (ou mais abastada) ao ambiente privado, restritas ao casamento, ao trabalho doméstico e à maternidade. Desta forma, legitimava a autoridade do líder – e, em consequência, dos homens, trazendo contos e “relatos”, por exemplo, onde modelos desviantes do gênero feminino eram “punidos” com o escárnio social e a solteirice, enquanto personagens que representavam as “boas moças” eram “premiadas” com o casamento, por adequar-se ao papel social delimitado.

Este padrão elitista de família nuclear burguesa romantizava o espaço privado como reino feminino, através do termo “rainha do lar”, e responsabilizava as mulheres, “mães dedicadas” pela educação da prole, enquanto a realidade das mulheres com famílias monoparentais e/ou de classes menos favorecidas as impossibilitava de adequar-se, pois a sobrevivência dependia do trabalho (mal)remunerado delas.

Tanto Clarice como suas irmãs Tania e Elisa empregavam sua força de trabalho no governo, em busca de remuneração e sustento. Ela, ao trabalhar para o jornal *A Noite*, figurou como uma das primeiras repórteres brasileiras (GOTLIB, 2013, p. 169-170), publicando contos e artigos em veículos impressos, ainda em 1940 e 1941. Mascarando possíveis dissonâncias – ora relacionadas ao governo, ora às exigências contratuais - que a expusessem, lidou com o controle da opinião pública e com sua condição como imigrante russo/judaica em meio a discursos de combate ao comunismo (lê-se União Soviética URSS, de 1921 até 1991) e

e sob o comando de Lourival Fontes, com apoio direto de Cândido Mota Filho e Cassiano Ricardo, reinterpretares privilegiados das diretrizes oficiais. Eram atribuições do DIP controlar e exercer a propaganda e a censura, assim como promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo (LENHARO, 1986, p. 39 e 40).

xenofobia, visualizada pela existência de um decreto de expulsão de estrangeiros⁶.

Seu casamento com Maury Gurgel Valente (1943-1959) modificou a condição socioeconômica vivenciada por ela durante sua vida. Participando de eventos luxuosos e agindo de forma cortês, Clarice Gurgel Valente viveu anos regados a viagens e moradas internacionais, exigindo dela maior adequação as representações patriarcais femininas que enalteciam a abnegação das mulheres em nome da felicidade conjugal e da família. Logo ela, *uma* repórter entre *os* repórteres; ela, cuja escrita foi reconhecida nacionalmente já na primeira obra publicada⁷.

O esforço para cumprir com as obrigações que advinham da condição de esposa de diplomata logo foram interpretados como negligência as próprias necessidades. Para sair das sombras de Maury, Clarice retornou ao Brasil e ao Rio de Janeiro (1959) com os filhos e iniciou o processo de separação, concluído anos depois, em 1964. As responsabilidades de uma família monoparental (ainda que apenas no Brasil) e o preconceito social sobre mulheres separadas trouxeram novos desafios a serem superados.

Ainda que o Brasil estivesse sob regime democrático, em fins do mandato presidencial de Juscelino Kubitchek (1955-1960), a estrutura patriarcal mantinha-se resistente às demandas econômicas. O cenário brasileiro otimista, com crescimento econômico e entrada de capital estrangeiro abria-se para o trabalho feminino remunerado. Todavia, o discurso hegemônico elitista pretendia manter a dependência financeira das mulheres de sua classe, cujo trabalho doméstico e responsabilização pela educação da prole fornecia suporte para o desenvolvimento produtivo masculino.

⁶ Ver mais em RIBEIRO, Mariana Cardoso. **Venha o decreto de expulsão: A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)**. Editora Humanitas: São Paulo, 2012.

⁷ O livro *Perto do Coração Selvagem* foi publicado pela primeira vez em 1943 e foi premiado no ano seguinte pela Fundação Graça Aranha (GOTLIB, 2013).

Um ano antes Clarice retornou com os filhos, dando fim as diásporas de sua vida. Nesse momento de reinvenção, enfrentando a nova condição como mulher separada e mãe de uma família monoparental – ao menos no país, ela buscou trabalho produtivo remunerado⁸ nos jornais brasileiros, retomando as atividades desenvolvidas anos antes.

O contrato de trabalho do jornal *Correio da Manhã* na escrita e diagramação da coluna feminina *Feira de Utilidades*, inserindo o consumo de produtos no cotidiano populacional, como já se visualizava nos Estados Unidos da América – e Clarice viveu durante anos no país. Em meio a conselhos femininos, ela inseriu textos deslocados das normas, como a publicação abaixo, do *Correio da Manhã*, em 1960:

Existe uma lenda que fala de um nobre espanhol, Don García de Peralta, que se apaixonou loucamente por uma jovem índia. Esta, porém, amava a um moço de sua tribo, e não aceitou as homenagens e propostas de Don García. Furioso, o nobre mandou aprisionar o eleito de sua amada e torturá-lo. Vendo que só havia um caminho para salvar o homem que amava, a moça procurou Don García, *oferecendo-se a ele* pela libertação do índio. Encantado com a vitória, Don García pôs-se a beijar os lábios da índia... caindo morto. É que a jovem besuntara os próprios lábios com um veneno violentíssimo, usado pelos índios em suas setas (LISPECTOR, 2008, p. 118, grifo meu).

A aproximação com a tradição oral ameríndia, utilizada para perpetuar a cultura, a tradição e a identidade são visualizadas no texto de Clarice pelas diferenças de representação. O episódio sobre o nobre espanhol, iniciado de forma romântica (que, estrategicamente se aproxima do modelo de escrita adotado pela Imprensa Feminina) no emprego das palavras “se apaixonou loucamente” (a paixão, diferente do amor, não era alimentada pelo perigo que representava às jovens moças, cujo julgamento estaria

⁸ Essa condição reflete em sua escrita, cujo trabalho na imprensa é encarado por ela como meio de subsistência (GOTLIB, 2013).

comprometido) e “homenagens e propostas” (uma etapa de aproximação para o início de namoros sérios, comprometidos com o casamento) se finda junto com sua vida, pois é no exemplo da jovem índia que reside o modelo de resistência e vitória sobre o invasor de modos violentos em contato com a “tribo”.

No caso ameríndio, o enfrentamento em defesa de suas terras, vidas, crenças e modos, foi utilizado pelo discurso hegemônico em prol da justificativa para inferiorizar os povos originários e banalizar a violência europeia empregada contra eles. As representações colonizadoras fundamentaram-se, portanto, no papel salvacionista europeu, realizado através da expropriação cultural e territorial, na promessa da elevação dos chamados índios e indígenas pela conversão cultural ao cristianismo e seus dogmas.

Unindo gênero e etnia, os marcadores das mulheres ameríndias as homogeneizaram como corpos hipersexualizados e passivos, desconsiderando o que Geneviève Fraisse (2012) define como “consentimiento colectivo” (p. 60). Em resumo, a dupla representação de inferioridade (mulher e ameríndia) potencializa a desumanização presente na objetificação, banalizando a ausência do consentimento a ponto de renegá-lo. O não reconhecimento da humanidade nesses corpos e vidas foi favorável aos colonizadores, despreocupados com as violações do trabalho compulsório e da violência sexual que praticavam, devido as representações construídas por eles mesmos para seus potenciais vítimas.

A palavra *proposta*, quando analisada em conjunto com a estratégia da índia que procura o malfeitor “oferecendo-se a ele” sugere uma conotação sexual implícita que se relaciona com a violência sexual praticada pelos invasores europeus contra as mulheres ameríndias. Retoma-se aqui a reflexão sobre o consentimento, ausente em relações desiguais de poder.

A violação (como a tortura do índio) e a coerção de Don García são apresentadas em dois momentos: o primeiro, por mostrar-se enfurecido frente a negação ameríndia; o segundo, pelo *encantamento* com a *vitória* (trazendo a reflexão sobre a repulsa ignorada frente a provação da virilidade), mesmo ciente de que a

negociação foi fraudulenta. A indiferença que propicia o êxtase narcisista e a incongruência dos méritos atribuídos aos europeus e ao processo de colonização são parte da denúncia realizada por Clarice.

Christelle Taraud (2013), ao refletir sobre a virilidade, contextualiza como, nas colônias de exploração (caso da América do Sul), o estatuto de dominante dos invasores europeus (sejam portugueses ou espanhóis), legitimava-se após “desarmar” os indígenas e desvirilizá-los (a posse do corpo e a servidão das mulheres indígenas, para os europeus, ao mesmo tempo que diminuía a virilidade dos homens indígenas, comprovava a sua, potencializada quando resultava na reprodução), tornando-os domesticados e aptos para a escravização. Nessa tática de guerra, o “corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil” (FOUCAULT, 1997, p. 117), a “conquista” da terra se estendia para a exploração das pessoas e dos recursos existentes.

Em seu texto, Clarice insere a possibilidade interpretativa de enaltecimento do conhecimento, da inteligência e da sobrevivência indígena, voltando seu olhar para as ações da jovem índia, responsável pelo desfecho da lenda sobre nobre espanhol. O conhecimento histórico atual demonstra, por se abrir a outras fontes e metodologias, o enriquecimento presente na pluralidade. Isto posto, a existência de mulheres ameríndias em posições de destaque pode ser observada, como expõe a citação a seguir:

As tradições histórias dos Incas revelam indícios de mulheres assumindo diferentes atributos e funções independentes de seu sexo biológico; este é o caso da personagem Mama Huaco que ao lado de seu irmão Manco Cápac aparece na história das origens dos Incas como guerreira conquistadora de terras e povos, responsável pela fundação do Tawantinsuyo. Essa mesma personagem foi ainda identificada como a primeira Coya (governadora do Tawantinsuyo), tornando-se também reverenciada como huaca (ancestral sacralizado). As crônicas coloniais revelam ainda que os Incas

também moveram guerras contra grupos de mulheres (OLIVEIRA, 2010, p. 3).

Assim como a jovem índia da lenda, os Incas também enfrentaram a nobreza espanhola em seu território. O conhecimento sobre essa memória aproxima a escrita de *Beijo Fatal* de “jovens índias” protagonistas, deslocadas da passividade e do erotismo contidos nas representações coloniais, tornando a escrita de Clarice ainda mais significativa ao narrar a resistência ameríndia.

O destaque dado para hábil articulação feminina em defesa de si e de seus iguais revela a ação de Clarice sobre o discurso hegemônico, tanto quando embaralha as representações dos três sujeitos presentes na lenda, quanto ao desconstruir a representação feminina marcada por dependências e incapacidades.

Considerações Finais

Quando Clarice escreve, ela apresenta leituras indiretas sobre questões que lhe são contemporâneas. Para isso, recorre a exemplos aquém de seu contexto social e temporal, em estratégica esquiva da censura, onde “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2011, p. 9).

Portanto, é na temática do amor que reside o subterfúgio necessário para a publicação do texto *Beijo Fatal* na coluna feminina *Feira de Utilidades*; e, na definição de *lenda*, o deslocamento das demarcações discursivas, apresentando um viés crítico frente a construção histórica e identitária de base hierárquica.

Mais importante do que caracterizar Clarice como precursora é valorizar e fazer uso de seus textos publicados em jornais, em contextos históricos restritos para as mulheres. Clarice acreditou em si mesma, transpôs barreiras e marcadores discursivos que puseram as mulheres em posição hierárquica inferior aos homens. Seu movimento mostra como não aceitou o apagamento, em um

contexto de exclusão para mulheres separadas com filhos e de desvalorização do trabalho produtivo feminino. Nessa trajetória, há muita inspiração e superação, não havendo motivos para excluir das análises partes de sua obra, como os textos assinados por pseudônimos.

É simplista determinar que, devido ao contrato, Clarice tenha se resignado às exigências, que não lhe representavam⁹. Ao imergir na fonte e em sua análise, é possível identificar as estratégias de escrita adotadas por Clarice para deslocar-se do cerceamento sem grandes prejuízos – fosse para evitar a exposição, que não lhe agradava, fosse por preocupações socioeconômicas em sua vida, mas também na dos filhos Pedro e Paulo, sob sua responsabilidade.

Mesmo que Clarice não possa ser classificada como testemunha ameríndia devido a origem judaico/russa, sua proposição textual deslocada do discurso brasileiro de 1960, traz a possibilidade de uma outra História, pouco explorada por seus contemporâneos. Na existência do jogo da escritura discursiva, revelar marcadores, o breve texto trazido por Clarice é inovador tanto pela escrita quanto pelo heroísmo voltados ao feminino, além de apostar em uma narrativa por um outro olhar, de outros sujeitos históricos.

Referências

- BORGES, Luciana. **O erotismo como ruptura na ficção brasileira de autoria feminina: um estudo de Clarice Lispector, Hilda Hirst e Fernanda Young**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.
- CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

⁹ Se representassem, não faria sentido sua escolha de retornar ao Brasil, enfrentando uma condição tão complexa, quando a condição elitizada de esposa de diplomata lhe ofertou, como nenhum outro momento em sua vida, aproximação da mulher idealizada pelos padrões normativos.

DE CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

OLIVEIRA, S. R. de. **As mulheres indígenas nas lutas contra a opressão e dominação colonial no Peru (séculos XVI-XIX)**. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277868857_ARQUIVO_Mulheresnaslut.as.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

FIGUEIREDO, E. **Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 1997.

FRAISSE, G. **Del consentimiento**. PUEG: UNAM, México, 2012.

GREGOLIN, M. R. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. São Paulo, v.4, n.11, p. 11 – 25, nov. 2007.

LASMAR, C. Mulheres indígenas: representações. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1 -2, p. 143-156, 1999.

GOTLIB, N. B. **Clarice: uma vida que se conta**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

LISPECTOR, C. **Clarice na cabeceira: jornalismo**. In: NUNES, A. M. (Org.). Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

LENHARO, A. Sacralização da política. 2ª. ed. – São Paulo: Papirus, 1986.

_____. **Só para mulheres**. In: NUNES, A. M. (Org.). Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

NASCIMENTO, A. F. do. **A questão indígena no livro escolar no Estado Novo (1937-1945)**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de graduação no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. SC, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/86>>. Acesso em: 23 out. 2019. Acesso em: 28 nov. 2019.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

TARAUD, C. A virilidade em situação colonial: do final do século XVIII à Grande Guerra. In. CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (org.). **História da virilidade**. 2. O trunfo da virilidade: O século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 (p. 414-436).

AS NARRATIVAS FILMICAS, FORMACAO CONTINUADA E O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL

Izana Stamm Brol
Andréa Cristina Martelli

Abuso sexual e a importância das formações continuadas

Todo ato, jogo, contato ou interação sexual realizada por um alguém em estágio de desenvolvimento mais adiantado que uma criança ou adolescente é considerado abuso sexual (HABIGZANG *et al.*, 2008). Nesse caso, as crianças e adolescentes são apresentadas ao contato sexual precoce e enviezadamente (CORDEIRO, 2006). O abuso sexual pode ocorrer no âmbito intrafamiliar ou extrafamiliar (FLORENTINO, 2015), entretanto, é no ambiente intrafamiliar que ocorre a maioria dos abusos sexuais contra crianças, geralmente praticados por pessoas muito próximas ou que desempenham papel de proteção (HABIGZANG *et al.*, 2005).

De acordo com a Childhood Brasil¹, em 2016, o número de abusos cometidos no grupo familiar correspondia a 77% dos casos. Já o relatório do Ministério da Saúde de 2018, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2011 a 2017, apresentou o relato de 184.534 casos de violência sexual, 58.037 casos contra crianças e 83.068 contra adolescentes, o que representa 76.5% dos casos de violência sexual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Esse mesmo relatório destaca

¹ A Childhood Brasil é uma organização brasileira e faz parte da World Childhood Foundation, instituição internacional criada em 1999 por Sua Majestade Rainha Sílvia da Suécia para proteger a infância e garantir que as crianças sejam crianças. No Brasil, a organização influencia políticas públicas e privadas e estimula a sociedade civil a olhar para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/quem-somos>>.

que houve um aumento geral de 83% no número de casos de abuso sexual em relação ao ano anterior. Em comparação com o mesmo período, os casos de abuso sexual contra crianças aumentaram 64.6%, já contra adolescentes esse aumento foi de 83.2%.

O fato desta violência ser muitas vezes praticada por alguém da família ou por pessoas próximas em quem crianças e adolescentes confiam, torna sua denúncia e identificação mais difícil e complexa, e as estatísticas oficiais podem ser muito subestimadas. A posição de confiança perante a sociedade na qual os agressores se encontram, facilitam ao mesmo encobrir o crime por ele praticado, seja pela persuasão da criança ou adolescente ou pela “descredibilidade” da mesma frente ao agressor (ABRÁPIA, 2002). O medo, receio ou vergonha das consequências de delatar o abusador faz com que crianças e adolescentes passem longos períodos de suas vidas expostas a esta violência, e o silêncio é uma das características do abuso sexual. “Qualquer palavra é repreendida pelo agressor, através de ameaças ou de seduções” (MACHADO *et al.*, 2005, p. 55).

A criança ou adolescente vítima de abuso sexual no ambiente intrafamiliar é obrigada a conviver diariamente com seu agressor e, mantendo o silêncio por diversas razões, tem a formação de sua personalidade profundamente afetada e esses efeitos psicológicos e traumatizantes podem comprometer a sua vida adulta (SCODELARIO *et al.*, 2004). Como as crianças e adolescentes se encontram em uma condição especial de crescimento e desenvolvimento (MINAYO, 2001), as consequências do abuso sexual ou da omissão perante elas, mesmo quando não fatais, deixarão traumas, sequelas e diversas incapacidades, temporárias ou permanentes, e muitos destes necessitam de atendimento e acompanhamento de saúde por toda a vida (SOUZA; JORGE, 2006). Além da vítima não relatar o abuso sexual sofrido, seja por medo ou vergonha, pessoas próximas como familiares, vizinhos e professores, por exemplo, também não denunciam, muitas vezes também movidos pelo medo do escândalo, do envolvimento, da repressão. Tal omissão dificulta ainda mais a identificação do

agressor, sua punição e a intervenção na vida das crianças e adolescentes, resultando inclusive em mortes precoces e traumas permanentes (GARBIN *et al.*, 2010).

A dificuldade na identificação do abuso sexual é um dos agravantes da falta de denúncia, visto que, na maioria das vezes ele não vem acompanhado de lesões físicas visíveis. Contudo, algumas regiões específicas do corpo podem e devem ser objeto de atenção para identificar possíveis casos de abuso sexual, como as áreas geralmente atribuídas as práticas sexuais, como boca, mamas, genitais, região perineal, nádegas e ânus (SANCHEZ; MINAYO, 2006). Esses são alguns cuidados e atenção que pais, responsáveis ou profissionais envolvidos devem ter, e que podem levar a identificação precoce do abuso sexual com contato físico.

O abuso sexual sem contato físico é ainda mais difícil de identificar. Ele pode ocorrer por meio de um telefonema obsceno, um ato exibicionista (mostrar órgãos genitais ou se masturbar) diante de crianças ou adolescentes, o voyeurismo (olhar fixamente gestos ou órgãos sexuais de uma pessoa, quando está não deseja tal situação) ou o assédio sexual (uma relação sexual proposta, em muitos casos, com base na relação de poder que existe entre as partes) (ABRAPIA, 2002; SANTOS, 2011). As dificuldades de identificar o abuso sexual aumentam, pois, os sintomas psicológicos apresentados pelas vítimas podem variar “dependendo da idade, das condições psicológicas das vítimas, da sua história anterior, do grau de parentesco com o abusador e da frequência e repetição do ato” (SANCHEZ; MINAYO, 2006, p. 34). É preciso considerar os diferentes fatores o que pode dificultar a identificação. Contudo, alguns comportamentos podem ser considerados indicadores de abuso sexual, tais como “dificuldade de aprendizagem, distúrbios de comportamento como dispersão, fobias e terror noturno, comportamentos autodestrutivos, isolamento social, atitudes ironizadas com interesse por brincadeiras sexuais, dificuldade para fazer amizades, baixa autoestima e depressão” (SANCHEZ; MINAYO, 2006, p. 34).

Vítimas de abuso sexual podem ver o mundo e os relacionamentos interpessoais de forma negativa e conflituosa, efeito dos sentimentos que cercam essas crianças e adolescentes como a culpa, vergonha, inferioridade, incapacidade, medo e tantos outros. “Consequentemente, pode ser difícil para elas voltar a confiar em alguém, e isso pode gerar problemas graves em seus relacionamentos sociais e sexuais na vida adulta” (ABRÁPIA, 2002, p. 43). Nesse sentido, a identificação e o correto encaminhamento podem amenizar as implicações causadas por essa violência.

Depois do ambiente familiar é na escola que crianças e o adolescentes passam boa parte do seu dia, interagindo com professores/as, colegas, equipe pedagógica e demais profissionais presentes no ambiente escolar. Nesse ambiente, é importante que todos os profissionais estejam atentos pois sinais de abuso sexual podem ser percebidos a partir de sintomas psicológicos que crianças e adolescentes apresentam em virtude da violência sofrida. Sintomas como tristeza, desânimo, sonolência diurna, medo exagerado de adultos, normalmente do sexo do abusador, comportamento sexual inapropriado para a idade, masturbação constante, tiques ou manias, incontinência urinária, incontinência de fezes e baixa autoestima (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005), são muitas vezes característicos de abuso sexual. Nesse sentido, a escola pode ser um espaço de identificação da violência e os/as professor/as devem ser capazes de identificar, notificar e encaminhar a criança ou adolescente para atendimento imediato (ARAÚJO *et al.*, 2014). Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as suspeitas de qualquer castigo físico, crueldade, maus tratos ou abusos devem ser, obrigatoriamente, comunicados ao Conselho Tutelar local, sem qualquer prejuízo de outras providências legais (ECA, 2019). Na ausência de um Conselho Tutelar local, os casos devem ser direcionados a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e/ou à Vara da Infância e da Juventude (CORDEIRO, 2006). Na inexistência destes, deve-se encaminhar o caso à delegacia mais

próxima ou utilizar o Disque Denúncia, conhecido como disque 100.

Professores/as têm papel importante na notificação do abuso sexual contra crianças e adolescentes, pois a relação de proximidade e confiança que existe entre estes pode facilitar a identificação de casos desta violência. Por isso os professores/as devem estar atentos aos comportamentos apresentados pelas crianças ou adolescentes, e o convívio com esses atores pode auxiliar na identificação de qualquer abuso.

Dessa forma, formações continuadas são um instrumento capaz de possibilitar ou facilitar a identificação e notificação de casos pela escola, promovendo assim a prevenção secundária desta violência, que é a detecção de crianças e adolescentes em situações de abuso. As formações continuadas podem ser fonte e recurso para conhecimentos, planejamentos, apoio e incentivo ao trabalho atualizado de professores e professoras com a educação sexual, tornando a sexualidade uma constante em todas as disciplinas (BROL; MARTELLI, 2018), prevenindo primariamente crianças e adolescentes do abuso sexual.

Formações continuadas e artefatos culturais

As narrativas fílmicas são artefatos culturais muito utilizados nas formações continuadas de professores e professoras. Elas podem ser um importante instrumento na formação desses profissionais para identificação e denúncia de possíveis casos de abuso sexual. Esses artefatos culturais, devido a sua fidedignidade e/ou por serem baseados em fatos reais, podem despertar nos/nas professores/as um olhar mais atento aos seus/as alunos/as, e nesse ambiente os/as alunos/as podem se sentir mais a vontade e confessar ou relatar aos professores/as e/ou colegas as situações de abuso que está sujeito/a.

Dentre a grande variedade de narrativas fílmicas que poderiam ser sugeridos e listados, quatro filmes constituem um rico material que pode ser utilizado em formações continuadas de

professores e professoras: “Spotlight – Segredos Revelados”, “O Quarto de Jack”, “Preciosa – Uma História de Esperança” e “A ira de um anjo”. Estudos a partir de filmes possibilitam um olhar diverso daqueles geralmente encontrados em manuais didáticos (VARANI; CHALUH, 2008), sendo possível tocar e provocar sentimentos agradáveis e desagradáveis com histórias cinematográficas. A materialização das imagens diante de nós e o sentimento de estarmos vivenciando determinadas situações, permitem aos professores/as a possibilidade de enxergarem melhor o comportamento dos alunos e, aos alunos, uma possibilidade de abertura (JUNIOR, 1999). Considerando que as narrativas fílmicas têm potencialidade para ser excelentes recursos didáticos, descrevemos a sinopse dos filmes listados acima para que esse possam ser usados em formações continuadas de professores/as.

O filme americano “Preciosa – uma história de esperança” do diretor Lee Daniels, lançado em 2010, traz a história comovente e revoltante da jovem “Preciosa” Jones, uma adolescente de 16 anos que sofre uma série de privações e abusos durante sua juventude. Violentada pelo pai e abusada pela mãe, ela cresce irritada e sem qualquer tipo de amor. O fato de ser pobre e obesa também contribui para as dificuldades encontradas. Além disto, “Preciosa” tem um filho, chamado vulgarmente de “Mongo”, por ser portador de síndrome de Down, que está sob os cuidados da avó. Quando engravida pela segunda vez, ela é suspensa da escola. A sra. Lichtenstein consegue para ela uma escola alternativa, que pode ajudá-la a lidar melhor com os problemas da sua vida. Nesta escola “Preciosa” encontra um meio de fugir de sua existência traumática, se refugiando em sua imaginação.

“Spotlight – segredos revelados” é um filme americano, lançado em 2016 e dirigido por Tom McCarthy. Baseado em uma história real, o drama mostra um grupo de jornalistas em Boston que reúne milhares de documentos capazes de provar diversos casos de abuso de crianças efetuados por padres católicos. Durante anos, líderes religiosos ocultaram o caso transferindo os padres de região ao invés de puni-los pelo caso. Após meses de investigação

e coleta de provas, os jornalistas divulgam a reportagem com uma lista imensa de padres acusados de praticar abuso contra crianças. Assim que a matéria é divulgada os telefones da equipe editorial do jornal “Boston Globe” começam a tocar incessantemente com inúmeras denúncias.

“O quarto de Jack” filme dirigido por Lenny Abrahamson, lançado em 2016, conta o drama vivido pela jovem Joy e seu filho Jack. Mãe e filho vivem isolados em um quarto. O único contato que ambos têm com o mundo exterior é a visita periódica de Nick, sequestrador de Joy e pai de Jack, que os mantém em cativeiro. Joy foi sequestrada aos dezessete anos, ela está sendo mantida em cativeiro há sete anos e sua única companhia é a de seu filho Jack, de cinco anos. Joy faz o possível para tornar suportável a vida deles dentro daquele quarto. Contudo, cansada e preocupada com a possibilidade de seu filho jamais ver a luz do dia, ir para a escola, conviver com outras crianças, ela elabora um plano que poderá enganar Nick e levá-la e seu filho de volta a vida em sociedade.

“A ira de um anjo” filme baseado na história real de Beth Thomas, dirigido por Larry Pearce e lançado em 1992. O filme retrata a história de uma criança que foi severamente abusada sexualmente e apresentou comportamentos violentos, conforme o documentário mostra. O vídeo retrata alguns trechos do processo terapêutico real e alguns depoimentos, da criança em duas fases, dos pais e do terapeuta. No filme, a trama aborda um drama familiar, focando na menina de sete anos que foi adotada junto ao irmão por uma família bem-sucedida e até então feliz. Problemas começam a aparecer com o comportamento da menina, que consegue influenciar de forma maldosa o irmão, além de manipular os adultos ao seu redor, mostrando um lado violento de sua personalidade. Com o passar do tempo o casal percebe que o comportamento dela não pode ser somente consequência do novo ambiente e imagina então que isso se deve ao passado desconhecido dessa criança. Antes de desistir da adoção, eles vão buscar respostas na história de vida da criança, depois de muita insistência e questionamentos eles conseguem informações

esclarecedoras sobre o comportamento da filha. A menina havia perdido a mãe com apenas um ano de idade e ao ficar sob a tutela de seu pai, foi abusada sexualmente, motivo pelo qual ela foi encaminhada a assistência social. As angústias vividas pelos pais adotivos, que se esforçam para amar e proteger a menina apesar de seu comportamento, são retratadas no filme. Ao perceberem que são incapazes de mudar o comportamento da filha sozinhos, buscam ajuda de profissionais, que a encaminham para uma clínica especializada por um determinado tempo, com muita empatia, compreensão e tempo ela começa a conhecer e construir sentimentos que antes não faziam parte da sua vida.

Artefatos culturais no enfretamento do abuso sexual

O ambiente familiar é o local de maior ocorrência de abuso sexual contra crianças e adolescentes, “logo, a família que deveria ser o ambiente seguro e de proteção à criança, transforma-se em espaço de violência” (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 130). Essa violência no espaço que deveria garantir proteção e segurança vem acompanhada de várias outras, “[...] muito comumente, as crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais no contexto familiar são também vítimas de negligência, abusos emocionais e físicos” (HABIGZANG *et al.*, 2005, p. 342), acarretando a curto, médio e longo prazo diversas consequências na vida destas vítimas e dificultando sua denúncia. A escola, um espaço social de importância para crianças e adolescentes, onde elas podem construir relações sociais não abusivas, se torna local para o trabalho de prevenção e identificação de possíveis vítimas. “A escola é reconhecida como espaço de formação e socialização, sendo referência no fortalecimento dos valores éticos, morais, sociais e culturais fundamentais para a construção da cidadania” (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 133).

“Uma vez que o principal agressor sexual se encontra na família, a escola mostra-se como local ideal para detecção e intervenção junto a tais casos” (BRINO; WILLIAMS, 2003b, p. 115).

Diante disso, a escola passa a ser uma alternativa ou a única opção das vítimas de abuso sexual se sentirem, mesmo que por poucas horas, livres e seguras da violência que as/os atormenta. Assim, “[...], por ser uma instituição que ocupa lugar privilegiado na rede de proteção a crianças e adolescentes, a escola deve assumir o papel de protagonista na prevenção primária da violência sexual” (SANTOS, 2011, p. 18).

Como prevenção primária queremos dizer que a escola deve trabalhar com a orientação, no sentido de minimizar os fatores que favorecem esse tipo de violência, ou seja, trabalhar em sala de aula temáticas sobre sexualidade, gênero, diversidade sexual, respeito a si e ao próximo, limites entre meu corpo e o do outro, por exemplo. Por meio da educação sexual, é possível trabalhar com as crianças e adolescentes, “temas como o conhecimento de si mesmo, identidade, corpo, autoestima e autonomia, respeito às diferenças e à diversidade” (SANTOS, 2018, p. 19).

É na escola também que pode e deve ocorrer a prevenção secundária, ou seja, a identificação da criança ou adolescente vítima de abuso sexual. Afinal, este é um local de interação e,

a violência pode ser observada sob suas mais variadas formas, no cotidiano com os colegas, na postura para com as outras crianças, na forma de comportamento, entre outros indicadores que trazem características de que essa criança sofre violência. Assim, a escola pode ser o espaço da identificação da violência sofrida pela criança e, nesse caso, o professor poderá fazer essa identificação, notificação e encaminhamento para a rede que atende às crianças e adolescentes (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 130).

Aos professores e professoras cabe a responsabilidade da identificação e notificação da situação aos profissionais ou órgãos competentes. Entretanto, é comum constatar a falta de formação e conhecimento destes/as para a abordagem e o correto encaminhamento diante da situação. Adotar medidas coerentes e obrigatórias está relacionado ao ato de notificar casos suspeitos ou

ocorrências de abuso sexual identificadas na escola. “[...] o ato de notificar as autoridades responsáveis pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual que, reiteradas vezes, vem sendo transmitido de geração para geração” (SANTOS, 2011, p. 95). “A capacitação de diferentes profissionais e a abertura de novos serviços que atendam esse público são destacadas como necessidades urgentes” (PELISOLI; PICCOLOTO, 2010, p. 113). A formação continuada de professores e professoras pode ser um caminho para a identificação e encaminhamento de vítimas de abuso sexual e as narrativas fílmicas podem atuar com instrumentos de detecção.

As formações continuadas sobre a temática podem permitir a abordagem e o trabalho nas salas de aulas sobre a prevenção ao abuso sexual. Brino e Williams (2003b) destacam que há uma lacuna no conhecimento de professores e professoras sobre abuso sexual, bem como falta planejamento para a inclusão da temática nos currículos escolares e nos cursos de reciclagem e aperfeiçoamento profissional. “Nessa direção, a formação inicial e continuada de professores desempenha uma função fundamental” (FREIRE, 2016, p. 21). Contemplar formações iniciais e continuadas com conteúdos sobre abuso sexual é uma forma de preparar professores e professoras para a identificação e acolhimento dessas vítimas no espaço escolar.

As formações continuadas são um meio pelo qual os professores e as professoras possam se qualificar e ampliar seus conhecimentos e práticas (BROL; MARTELLI, 2018). Tendo em vista que é comum a formação inicial não contemplar temáticas como sexualidade, gênero, abuso sexual, dentre outros, é por meio de formações continuadas que estes/as profissionais poderão manter-se informados e atualizados.

É necessário que o professor/a construa um ambiente de confiança com seus alunos/as de forma que eles consigam expressar suas dificuldades (MACHADO; BOTTOLI, 2011). Contudo, “[...], a maioria dos educadores percebe o que está acontecendo, mas não sabe como proceder, agindo, muitas vezes,

de modo inadequado” (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 130). Nesse sentido, é preciso pensar em formações que contribuam com capacitação de professores e professoras enquanto agentes de prevenção primária e secundária em relação ao abuso sexual. Assim, como recurso didático a ser utilizado em formações continuadas, sugerimos filmes que abordem a temática, afinal, esses são um recurso acessível e que tendem a retratar de forma muito verossímil situações de abuso sexual.

Em “[...] curso de formação de professores, as narrativas dos filmes podem proporcionar aos alunos uma experiência estética a partir da qual conseguem produzir leituras do mundo” (VARANI; CHALUH, 2008, p. 7). “O cinema passa a ser um riquíssimo dispositivo de formação, pois é uma ferramenta instigante que provoca/implica o outro a pensar, a falar de suas significações” (DEUS; PEREIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 4), leituras que permitam compreender e considerar a possibilidade destes fatos fazerem parte da sua realidade, despertando a preocupação e atenção com a temática. Nesse sentido,

[...] os filmes se apresentam diante de nós como efêmeros e eternos, mostrando-nos em cenas breves e fugidias imagens conhecidas de todos e que mergulham fundo na memória cultural do Homem (imagens das faces da felicidade, da meditação, da nostalgia, da santidade, etc. não precisam ser explicadas com palavras para serem compreendidas pelos espectadores) (JUNIOR, 1999, p. 171).

Os recursos cinematográficos nos permitem pensar em formações continuadas que visem o preparo de professores/as e a compreensão do seu papel diante dessa modalidade de violência, tornando estes/estas importantes agentes na prevenção e intervenção. “O cinema [...] contribui para a resignificação do professor e suas práticas pedagógicas, ou seja, pensar possíveis mudanças a partir da relação do imaginário, cinema e educação” (DEUS; PEREIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 4).

“Preciosa – uma história de esperança” possibilita problematizar o abuso sexual no espaço intrafamiliar, o incesto. “O filme [...] vem como um terremoto que faz desmoronar as falsas fantasias criadas ligadas ao ambiente familiar como a célula da sociedade, local de acolhimento, amor e carinho” (LIMA, 2011, p. 1). A partir da história de “Preciosa” é possível problematizar os ambientes familiares em que muitas crianças e adolescentes se encontram.

A nova escola para qual a protagonista é transferida lhe proporciona novas perspectivas de vida, e a professora tem papel fundamental nessa transformação (ESTRELA *et al.*, 2017). Aspecto este que pode ser trabalhado, haja visto que diante de suspeitas por vezes professores/as e a escola no todo, ignoraram por desconhecer suas obrigações ou por insegurança diante de tais situações. A partir da história e das reflexões sobre o filme é possível que estes/as profissionais compreendam seu papel, se sintam tocados e motivados a intervir junto a situações de violência pelas quais seus alunos e alunas possam passar.

“Spotlight – Segredos Revelados”, mostra o quão passiva e dissimulada foi a igreja católica ao longo dos anos, escondendo os muitos padres abusadores sexuais de menores. A igreja acobertou por décadas muitos sacerdotes que, com a certeza da impunidade e, usando roupas e hábitos religiosos, abusaram de muitas crianças. A história permite problematizar o quão vulneráveis e suscetíveis estão crianças e adolescentes a esta modalidade de violência, necessitando que pais, responsáveis e profissionais das mais diversas áreas estejam atentas e preparados para identificar e intervir nestas situações.

“O Quarto de Jack” o filme permite trabalhar a “culpa” a partir dos sentimentos e pensamentos da personagem principal Joy, jovem sequestrada e refém por sete anos de seu sequestrador. A personagem em diferentes momentos se culpa, em outro ela culpa a mãe, mas a culpa fica clara nos olhos dela como se ela se arrependesse de ter estado ali. É possível problematizar os sentimentos de culpa e silêncio que pairam sobre as vítimas de abuso sexual. Refletir sobre os motivos, sentimentos e situações que acabam influenciando a não revelação e/ou a sensação de culpa

pelo ocorrido pode levar professores/as a práticas diferentes diante de situações de violência.

“A ira de um anjo” apresenta as consequências emocional e psíquica que o abuso infantil pode causar no ser humano. A história da pequena Beth, vítima de abuso sexual praticado por seu pai biológico, causa espanto e aversões em um primeiro momento. “Antes do tratamento, só raiva e medo são emoções que a menina conhece. Ela não tem ideia do que seja afeto, confiança, respeito, amor” (SANTOS, 2013, p. 1). Problematizar as consequências do abuso sexual a curto e longo prazo pode ser uma forma de contribuir para a compreensão dos profissionais da educação sobre a importância e necessidade de intervir e dar suporte as vítimas dessa modalidade de violência.

“Através do código criado pelo cinema, é notável a possibilidade de convencimento; de registrar e reproduzir a realidade; contar histórias e entreter; sensibilizar e conscientizar, [...]” (PINHEIRO, 2016, p. 12). Nesse sentido, os filmes descritos possibilitam problematizar o abuso sexual contra a crianças e adolescentes junto a professores/as de forma realística, os conscientizando das diferentes formas de abusos, das consequências e dos possíveis sinais apresentados pelas vítimas.

Vagostello *et al.* (2003), aponta que embora a escola identifique a violência, ela tem dificuldade na abordagem, o que gera negação, ocultação ou tratamento inadequado da situação. É importante destacar que,

A escola não é um espaço de intervenção propriamente dita, na medida em que não possui autoridade e recursos adequados para apurar e atuar diretamente em casos de violência doméstica, mas pode e deve ser um espaço de prevenção e proteção de seus alunos, através da identificação e comunicação aos órgãos competentes (VAGOSTELLO *et al.*, 2003, p. 195).

Apesar de não ser sua função primeira, é responsabilidade da escola também assegurar os direitos da criança e do adolescente. “É

dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (ECA, 2019, p. 47). Nesse sentido, as formações continuadas podem ser um meio de problematizar e mostrar a professoras e professores a importância de suas responsabilidades e práticas diante do abuso sexual, os levando a novas práticas pedagógicas. “O cinema pode ser considerado instrumento para atuação na consciência das pessoas, uma vez que conta histórias a partir de imagens e sons” (PINHEIRO, 2016, p. 14). O uso deste recurso pode contribuir para a construção de novas práticas pedagógicas de professores/as diante dessa violência.

A escola frente ao abuso sexual contra crianças e adolescentes tem o dever de estar preparada, informada e capacitada a trabalhar com a prevenção a esta modalidade de violência. Deve/deveria fazer parte da prática pedagógica do corpo docente e demais profissionais do espaço escolar o trabalho com a prevenção primária, abordagem da educação sexual, desde as séries iniciais, bem como a prevenção secundária, profissionais capacitados e seguros do seu papel de responsável em identificar e denunciar possíveis situações de abuso sexual.

Formações continuadas ofertadas de forma sistemática, podem ser uma ferramenta na atualização e formação de professores e professoras agentes ao enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes. O uso de filmes nas formações continuadas como recurso didático possibilita abordar a temática, frequentemente permeada de tabus, medos, receios, preconceitos e desconhecimento. Estas situações fictícias podem facilitar a abordagem, compreensão e envolvimento destes/as profissionais na identificação de casos e na adoção de novas práticas pedagógicas. Proporcionar estes momentos de debates, conversas e reflexões pode ser uma forma de motivá-los a conhecerem e reconhecerem seus conceitos, preconceitos, crenças, seu papel e suas responsabilidades diante do abuso sexual.

Professores e professoras podem a partir da educação sexual colocar em pauta questões relativas ao corpo, levando crianças e

adolescentes a compreenderem e conhecerem o que é permitido ou não, quem pode ou não lhe tocar, conscientizando-os da importância e particularidade de seu corpo, seu espaço, dos limites existentes entre seu corpo e o corpo das outras pessoas. É possível trabalhar de diversas formas questões relativas a sexualidade, respeitando o estágio de desenvolvimento que a criança ou os adolescentes se encontram.

Crianças e adolescentes, sujeitos em fase de desenvolvimento, se encontram vulneráveis e expostos a violências que podem comprometer negativamente suas vidas. Diante disso, acreditamos que a escola se apresenta como um espaço social capaz de proporcionar mudanças por meio da prevenção ao abuso sexual, trabalhando questões de sexualidade e gênero de forma emancipatória, dando-lhes a oportunidade de falar, pensar, questionar e se conhecer. Conhecendo seu corpo, seus direitos, limites e espaços, crianças e adolescentes se tornam pessoas autônomas e capazes de se proteger de situações que coloquem em risco sua integridade.

Referências

- ABRÁPIA. **Abuso sexual mitos e realidade**. 3ª ed. Petrópolis - RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.
- ARAÚJO, P. V.; FERREIRA, C. L. de L.; PEREIRA, A. D.; RANGEL, R. F. Espaço escolar : O professor frente à problemática da criança em situação de violência. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**, v. 14, n. 2, p. 129–137, 2014.
- BRINO, R. de F.; WILLIAMS, L. C. de A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 119, p. 113–128, 2003a.
- BRINO, R. de F.; WILLIAMS, L. C. de A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 1–10, 2003b.

BROL, I. S.; MARTELLI, A. C. Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino. **Revista Ártemis**, v. 25, n. 1, p. 274–291, 2018.

CORDEIRO, F. de A. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília - DF: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

DEUS, A. I. S. de; PEREIRA, C. S. R.; OLIVEIRA, V. F. de. Linguagem cinematográfica e formação docente. **Revista Gestão Universitária**, p. 1–10, 2018.

ECA. **Estatuto da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro - RJ.

ESTRELA, L. R.; SENA, L.; LUCENA, S.; FERRONATO, C.; MACHADO, T. P. Educação e filosofia: uma análise do filme Preciosa. **Revista entreideias**, v. 6, n. 1, p. 63–77, 2017.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139–144, 2015.

FREIRE, S. B. **Abuso sexual infantil: sentidos compartilhados por professores**. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

GARBIN, C. A. S.; QUEIROZ, A. P. D. de G. e; COSTA, A. A.; GARBIN, A. J. I. Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. **Educar em Revista**, v. 2, p. 207–216, 2010.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A.; MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341–348, 2005.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; STROEHER, F. H.; HATZENBERGER, R.; CUNHA, R. C.; RAMOS, M. da S. Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Estudos de Psicologia**, v. 13, n. 3, p. 285–292, 2008.

JUNIOR, W. M. de O. Filmes & Professores: momentos de uma oralidade muito presente. **Pro-Posições**, v. 10, n. 28, p. 163–178, 1999.

LIMA, F. F. **Análise do filme: Preciosa**. 2011.

MACHADO, H. B.; LUENEBERG, C. F.; RÉGIS, E. I.; NUNES, M. P. P. Abuso sexual: diagnóstico de casos notificados no município de Itajaí/SC, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 14, p. 54–63, 2005.

MACHADO, T. B.; BOTTOLI, C. Como os professores percebem a violência intrafamiliar. **Barbarói**, v. 1, n. 34, p. 38–59, 2011.

MINAYO, M. C. D. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 1, n. 2, p. 91–102, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim Epidemiológico**, v. 49, n. 27, 2018.

PELISOLI, C.; PICCOLOTO, L. B. Prevenção do abuso sexual infantil: estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 6, n. 1, p. 108–137, 2010.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 197–204, 2005.

PINHEIRO, J. C. **Conscientização no cinema: representações do abuso sexual infantil no filme "As vantagens de ser invisível**. Centro Universitário de Brasília, 2016.

SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C. de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In: **Violência Faz Mal à Saúde**. Brasília - DF: Brasil, Ministério da Saúde, 2006. p. 29–39.

SANTOS, B. R. Dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: EDUR, 2011.

SANTOS, E. de S. **Caminhos para a prevenção primária do abuso sexual contra crianças: uma reflexão sobre as tecnologias educativas**. 2018. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, 2018.

SANTOS, P. S. de A. **Abuso, transtorno do desvio de conduta, psicopatia, abuso sexual infantil, adoção, relações familiares**. 2013.

SCODELARIO, A. S.; CAMARGO, C. N. M. F. de; FERRARI, D. C. de A.; SILVA, M. A. de S.; MYAHARA, R. P. **O Fim da Omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica**. São Paulo - SP: Fundação ABRINQ, 2004.

SOUZA, E. R. de; JORGE, M. H. P. de M. Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade. In: **Violência faz mal à saúde**. Brasília - DF: Brasil, Ministério da Saúde, 2006. p. 23–28.

VAGOSTELLO, L.; OLIVEIRA, A. de S.; SILVA, A. M. Da; DONOFRIO, V.; MORENO, T. C. de M. Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. **Paidéia**, v. 13, n. 26, p. 191–196, 2003.

VARANI, A.; CHALUH, L. N. O uso do filme na formação de professores. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 10, n. 1, p. 1–23, 2008.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Andréa Cristina Martelli

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste (1994), Mestrado em Educação (1999) e Doutorado em Educação (2009) pela Universidade Estadual de Campinas- Unicamp. Atualmente é professora Associada "B" da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Tem experiência na área de Educação, desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes temáticas: formação de professores, sexualidade (sexualidade infantil, violência sexual e diversidade sexual) e educação. De 2011 a 2018, atuou na Coordenação de área de gestão de processos educacionais do PIBID. É integrante do grupo de pesquisa Violar/Unicamp e coordena o grupo de pesquisa e de extensão Grupo de estudos sobre educação e sexualidade - GEPEX.

Dilermando Aparecido Borges Martins

Bacharel em Direito e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa "Direitos Humanos e Democracia". Membro do grupo de pesquisa "Proteção Social e MERCOSUL" - UEPG e "Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos" - NEDISH - UFPR. Professor do curso de Direito na Universidade Norte do Paraná - UNOPAR e Faculdade de Jaguariaíva - FAJAR. Pesquisador na área de Direito Internacional, Direitos Humanos e Direitos LGBT. Advogado.

Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto

Possui graduação em Psicologia na Universidade Paranaense - UNIPAR (2017). Mestranda em Sociedade, Estado e Educação na Unioeste - campus Cascavel (2018 - 2020). Coordenadora do Núcleo

de Diversidade de Gênero e Sexualidades do Conselho Regional de Psicologia, sede Cascavel.

Ingrid Gili Martins

Graduanda do curso de Direito (Bacharelado) da Universidade Estadual de Maringá/PR. Atualmente membro e atuante da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero - OAB, da subseção de Maringá/PR (CDSG). Membro e atuante do Grupo de Advogados Maringaenses pela Diversidade (AMADI - Maringá), e pesquisadora na área de gênero, sexualidades e discurso de ódio.

Izana Stamm Brol

Graduada em Pedagogia (2019) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e em Letras - Português/Inglês (2008) pela União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC). Bolsista PIBIC de 2017 a 2019.

Joice Souza Garcia

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (conclusão: 2004). Mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (defesa: agosto de 2019). Pós-graduação (lato sensu) em História e Cultura, pelo Centro Universitário Toledo de Araçatuba-SP (conclusão:2011). Têm experiência em ensino de História e desenvolvimento de projetos nas áreas de Gênero e História das Mulheres.

Julia Polato

Possui graduação em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2019). Mestranda em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá - UniCesumar.

Kaoana Sopelsa

Doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, Mestre em Educação pela Universidade do Oeste do Paraná (2017), Pós-graduação lato sensu da Universidade

Paranaense, campus Cascavel (2017). Possui graduação em História pela Universidade Paranaense (2008). Membro do Laboratório de Estudos de Gênero e Interculturalidade (LEGHI) Cátedra UNESCO/BR (UFGD), membro do Grupo de Trabalho Nacional de Estudos de Gênero da ANPUH, membro do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Gênero e Sexualidade (GEPEX - UNIOESTE) e bolsista CAPES desde 2018.

Lislei Teresinha Preuss

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1996), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas. Grossa. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: proteção social, política social de saúde, política social de saúde na América Latina, atenção primária à saúde.

Luana Regina Borges

Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2010- 2013). Pós-graduada em Língua Inglesa: Estudos linguísticos, literários e culturais - Fundação Assis Gurgacz (2014- 2016). Pós-graduada em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pela UTFPR. (2017-2018). Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. É integrante do Grupo de Estudos sobre Educação e Sexualidade - GEPEX. Possui vasta experiência como Professora regente da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais. Atualmente é Professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais na escola pública do município de Cascavel – PR.

Luciana Grandini Gonçalves Cabreira

Psicóloga (2001), Mestre em Educação (2006), Doutorado em Educação (em curso). Com atuação como Professora Orientadora no Projeto PATRONATO (2015 a 2019).

Miguel Faria

Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1993) e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2009). Professor assistente da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Orientador da Área de Administração do PATRONATO de Apucarana.

Sandra Cristina Martins Nogueira Guilherme de Paula

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 1992) e Mestre em Direito Negocial (UEL, 1999). É doutoranda em Direito, linha de pesquisa Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais na Universidade de Marília/UNIMAR. Professora assistente da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Coordenadora do PATRONATO de Apucarana.

Selson Garutti

Possui graduação em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração (1997), graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (2000), Especialista em Pesquisa Educacional (2003), Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2015). Atualmente é Professor Padrão (QPM) na disciplina de Filosofia pelo Estado do Paraná.

Tatiana Richetti

Advogada inscrita na OAB/PR sob nº 31.325, com graduação em Direito pela Universidade Paranaense (2000). Especialista em direito do trabalho pela Universidade Católica Dom Bosco (2010) e

mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar (2014). Professora/advogada no Núcleo de Prática Jurídica da UniCesumar e Professora na graduação e pós-graduação em Direito da UniFamma e da UniCesumar. Professora convidada da pós-graduação da Unipar e Uningá. Conselheira da OAB - PR, Subseção de Maringá, Gestão 2019-2021.

Valéria Silva Galdino Cardin

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1986), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), doutorado em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e pós-doutorado pela Universidade de Lisboa, em Portugal (2013). Atualmente é professora associada da graduação, na Universidade Estadual de Maringá, e professora da graduação e do mestrado no Centro Universitário de Maringá. Tem experiência na área do Direito Civil, Direito Processual Civil, da Bioética e do Biodireito, atuando principalmente nos temas correlatos ao Direito das Famílias, à Responsabilidade Civil, aos Direitos da Personalidade, bem como aos direitos dos animais, das mulheres, negros, dos índios, das pessoas com deficiência, das minorias sexuais e dos demais grupos e minorias.

Em nossos estudos, sobre Feminismos, destacamos que o patriarcado é baseado em um sistema de hierarquia baseado nas questões de gênero, que atribui, quase desde o útero, mais valor e supremacia aos homens. As amarras são tão fortes e tão aprisionantes que fazem que tanto homens quanto muitas mulheres, acabem reforçando essas cenas, educando as crianças com as marcas indelévels de gênero, que separam características ditas para “meninos” e outras para “meninas”, reforçadas pelas roupas, cores, brinquedos, atitudes, ações diferenciadas, destacando mais os homens do que as mulheres, num mundo que se quer heterossexista, como forma de se gostar de alguém.

Sair e romper essas amarras não são muito fáceis, ainda mais em um país que ainda somos controladas, governadas, regidas por homens, geralmente brancos, heterossexuais, que se dizem cristãos e de classe média. São eles que ocupam cargos políticos, dos meios de comunicação, de empresários e, assim, detentores do poder econômico. Enquanto nós, mulheres e pessoas LGBT, priorizando-se pessoas negras, que são mais invisibilizadas ainda, não ocuparmos estes cargos, visando à igualdade de direitos, continuaremos colaborando com atitudes machistas, misóginas, violentas que nos calam, nos machucam e nos aprisionam.

Eliane Rose Maio

Capa: Ingrid Gili Martins

